

Relatório da Administração e de Sustentabilidade 2017



Sumário

03 Apresentação

04 Destaques 2017

06 Mensagem do Governo do Paraná

08 Mensagem da Administração da Sanepar

11 A Sanepar

16 Modelo de negócios

20 Governança corporativa

24 Gestão de riscos e controles internos

27 Sustentabilidade

28 Desempenho econômico e financeiro

38 Estratégia e gestão

41 Clientes

41 Poder concedente

43 Consumidor final

49 Processos

58 Gestão ambiental

67 Pessoas

67 Profissionais Sanepar

72 Responsabilidade socioambiental

76 Balanço Social Ibase

78 Sobre o relatório

80 Sumário de conteúdo GRI

84 Demonstrações Contábeis

COMPROMISSO

A Companhia tem como propósito usar com responsabilidade os recursos hídricos do Paraná

Apresentação

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) apresenta o Relatório da Administração 2017, que inclui as demonstrações contábeis e os temas ligados à sustentabilidade. O documento compartilha com o mercado e a sociedade a atuação da empresa e suas metas para assegurar a continuidade do negócio e a geração de valor, reunindo as principais estratégias e resultados econômico-financeiros, sociais, ambientais e de processos do período.

Nas páginas a seguir, o leitor encontrará dados sobre avanços e desafios durante 2017, pertencentes ao conjunto de nove temas extremamente relevantes para a Companhia e seus públicos de relacionamento:

- governança corporativa, transparência e combate à corrupção
- conformidade legal e relações com entidades regulatórias
- rentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro
- qualidade dos serviços
- eficiência operacional e melhoria de infraestrutura
- redução dos impactos ambientais da operação e busca de eficiência energética
- gestão de recursos hídricos
- acesso à água e aos serviços de esgotamento sanitário
- educação socioambiental

O relatório é uma importante ferramenta no processo de gestão. Mas é, principalmente, a reafirmação do compromisso da Sanepar com a transparência das informações prestadas a todas as suas partes interessadas.

As informações
estão distribuídas
entre as quatro
perspectivas do
planejamento
estratégico:
sustentabilidade,
clientes, processos
e pessoas

Destques 2017

As principais conquistas do ano estão relacionadas aos temas de maior relevância para a Companhia e seus públicos de relacionamento. G4-19, G4-20, G4-21, G4-26, G4-27

Tema material	Destques
Governança corporativa, transparência e combate à corrupção	Aperfeiçoamento das estruturas de governança corporativa. Elaboração das políticas de: Governança Corporativa; Dividendos; Divulgação de Ato ou Fato Relevante; Gerenciamento de Riscos Estratégicos; Negociação de Valores Mobiliários; Porta Vozes; e Políticas Institucionais. Revisão e disseminação do Código de Conduta e Integridade da empresa aos empregados e demais partes interessadas. Elaboração e aprovação da Matriz de Riscos Estratégicos.
Conformidade legal e relações com entidades regulatórias	Passa a operar em ambiente regulado e realiza sua primeira Revisão Tarifária Periódica definida pelo órgão regulador. Adequação da gestão para atender a Lei 13.303/2016 e aos requisitos do Nível 2 de governança do mercado de capitais.
Rentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro	Alta de 11,3% na receita operacional líquida. Crescimento de 9,5% do lucro líquido. Melhora no indicador de inadimplência, que foi reduzido em 47,5%.
Qualidade dos serviços	99,8% é o índice de conformidade ao padrão de potabilidade da água. 100% do esgoto coletado é tratado. 80,3% dos clientes satisfeitos com os serviços prestados. Manutenção das Certificações externas ISO 9001 para os sistemas de Curitiba (água) e Londrina (água e esgoto) e ISO 14001 para os sistemas de água e de esgoto de Foz do Iguaçu e para o aterro sanitário de Cianorte.
Eficiência operacional e melhoria da infraestrutura	Investimentos de R\$ 880,5 milhões, aplicados na ampliação e melhoria da infraestrutura e na garantia da segurança hídrica. Captação de R\$ 1,5 bilhão junto a Caixa Econômica Federal. Volume médio de perdas de água representou 34,5%, em 2016 (abaixo da média nacional, de 38,1%, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, de 2016).

Tema material	Destaques
Redução dos impactos ambientais da operação e busca de eficiência energética	Iniciada a pré-operação da CS Bioenergia, geradora de energia a partir da biodigestão do lodo, resíduo do tratamento de esgoto sanitário na ETE Belém, em Curitiba. Financiamento de R\$ 194 milhões (50 milhões de euros) captados junto ao banco alemão KfW, com a contrapartida da Sanepar de aplicar outros R\$ 48,5 milhões (12,5 milhões de euros), em projetos de eficiência energética para as estações de tratamento de esgoto e a redução de impactos ambientais.
Gestão de recursos hídricos	Gestão de segurança de suas barragens atendendo à Política Nacional de Segurança de Barragens. Início das obras da Barragem Miringuava, que ampliará a reserva hídrica da região metropolitana de Curitiba. Programa de Revitalização dos Rios Urbanos voltado para iniciativas de despoluição das águas. Lançamento do programa Moringa Cheia, linha de crédito para produtores rurais recomprem áreas de mananciais nas suas propriedades.
Acesso à água e ao serviço de esgotamento sanitário	100% de cobertura no fornecimento de água tratada à população urbana da área de atendimento. 70,6% de cobertura com rede coletora de esgoto à população urbana da área de atendimento. Expansão da rede coletora de esgoto, de 33 mil para 35 mil km.
Educação ambiental	Programa Se Ligue na Rede voltado para a conscientização das comunidades sobre a importância da correta ligação entre o imóvel e a rede coletora. Ecoexpresso, ampliação da frota para cinco ônibus que percorrem as regiões atendidas pela Sanepar, disseminando boas práticas de saneamento e conservação de água. Se ligue nessa ideia: Sem óleo na rede, estímulo ao descarte correto de óleo de cozinha entre empregados e comunidade.

Mensagem do Governo do Paraná

Administração empresarial sem perder a função social

O saneamento é tema prioritário para o Governo do Estado e essa decisão tem a ver com a posição do Paraná no setor, ao coletar 70% de seu esgoto, enquanto a média do país é de 50%, conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), de 2015. Reforçamos, assim, a cada ano a meta da Sanepar de atender todas as famílias paranaenses.

Ao longo de seus 54 anos, a Companhia chegou a índices invejáveis: trata 100% do esgoto coletado, alcançou 99,8% de conformidade ao padrão de potabilidade da água, e atingiu mais de 80% de satisfação dos clientes na última pesquisa realizada. Números que são motivos de orgulho, mas também que impõem à empresa o compromisso de elevar cada vez mais os seus padrões.

Por sinal, desafios não faltaram nos últimos tempos. A Companhia adequou a sua gestão, passando a atender plenamente à Lei das Estatais (13.303/2016), aos requisitos do Nível 2 de governança da B3 (antiga BM&FBovespa) – um segmento de listagem que reúne empresas com práticas de governança mais rígidas – e a operar em ambiente regulado, fazendo com que toda revisão tarifária passe pela avaliação de um agente regulador independente do Estado (no caso, a Agepar), medida necessária para a empresa que abriu suas ações ao mercado.

O objetivo de tantas mudanças foi voltado para o aprimoramento da sua gestão profissional, já consolidada, e baseada em preceitos éticos e de transparência nas tomadas de decisão. A empresa queria ir além e adotar medidas de administração mais modernas e empresariais, com foco nos resultados, sem perder, no entanto, sua função social, característica de uma empresa pública. Os resultados econômico, financeiros e socioambientais apresentados neste relatório comprovam que a escolha

desse caminho foi correta. O desempenho financeiro no período remete a um lucro líquido de R\$ 686,2 milhões, aumento de 9,5% em comparação a 2016.

Tantos esforços não passaram em vão do reconhecimento público. Em 2017, a Sanepar conquistou o troféu Quíron Bronze do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS). Em 20 anos de premiação promovida pelo Comitê Nacional de Qualidade da Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental), a Companhia chega a marca de 42 troféus e, pela primeira vez, recebeu o prêmio de forma corporativa. A empresa foi a única representante do segmento de saneamento básico no Prêmio Valor Inovação 2017, do jornal Valor Econômico em parceria com a consultoria PwC, ao ficar em terceiro lugar entre as cinco colocadas no setor Serviços. A Sanepar também integra novamente o grupo das Maiores e Melhores da revista Exame: no setor infraestrutura, a companhia alcançou a 18ª posição entre as 100 maiores empresas do Brasil e ocupa o segundo lugar na região Sul.

Todo esse desempenho se transforma em estímulo para oportunidades futuras, como a de avançar na universalização da coleta de esgoto, semelhante ao que acontece com a água, e o de integrar o projeto do governo que é o “Lixão Zero”, dando destinos mais corretos aos resíduos sólidos e reduzindo o número de aterros. Essas duas metas no horizonte próximo da Companhia, ao lado de sua já reconhecida atuação, a prepara para ser mais competitiva. Como se sabe, a Sanepar não tem exclusividade, ela firma contratos com os municípios, e o Estado tem recebido novas empresas privadas que querem investir no setor. Concorrência, por sinal, bem vista.

A busca por bons resultados nos negócios, no entanto, não se sobrepõe ao respeito pelo meio ambiente.

A empresa tem fortalecido cada vez mais o seu perfil ambiental com adoção de programas que envolvem comunidades urbana e rural, e treinamento de seus empregados, reforçando a importância da atuação da empresa em parceria com o meio ambiente. Nesse sentido, importante ressaltar que em 2017, os riscos ambientais da atividade passaram a fazer parte dos seis principais riscos identificados pelo Gerenciamento de Riscos Estratégicos, com suporte de consultoria especializada.

Faz parte dos propósitos assumidos pela Companhia o uso com responsabilidade dos recursos hídricos do Paraná. O Plano Estadual de Recursos Hídricos aponta que a disponibilidade hídrica do Estado é de 1.153.170 litros por segundo (l/s), volume superior à demanda estimada em 51.364 l/s. Embora favorável, a empresa não trabalha com conforto sobre esse indicador, pois entende que as mudanças climáticas alteram todas as condições e que, por isso mesmo, a água deve ser tratada como o bem mais valioso, mais do que nunca.

Beto Richa

Governador do Estado do Paraná

“

O objetivo de tantas mudanças foi voltado para o aprimoramento da gestão profissional, já consolidada, e baseada em preceitos éticos e de transparência nas tomadas de decisão

”

Mensagem da Administração da Sanepar

G4-1, G4-2

Importantes conquistas em período difícil

Excepcional, assim avaliamos 2017 para a Sanepar levando-se em conta o cenário do país, que apresenta uma leve recuperação econômica depois de um difícil período recessivo. A Companhia registrou bons resultados durante o ano, como aumento de 9,5% do lucro líquido em relação a 2016, e investimentos vultosos, na ordem dos R\$ 5 bilhões nos últimos sete anos, que colocaram a empresa em ótima posição no mercado. Mas se sobressair em meio a condições externas pouco favoráveis é fruto de uma série de compromissos bem traçados nos últimos anos. O principal deles foi a adoção de uma administração moderna, empresarial, sem perder a função da empresa pública que tem um caráter social. Dentro desse aspecto, cabe ressaltar a Tarifa Social e o Programa Caixa-D'Água para famílias de baixa renda, como alguns exemplos que nos move a atender todos os paranaenses. Por sinal, essas são algumas das ações que levam ao cumprimento da Missão da empresa.

Porém, para que a Companhia cumpra seu papel mantendo-se como uma empresa pública eficiente é necessário buscar resultados financeiros e a sustentabilidade dos negócios. Para isso, não nos privamos de adotar medidas ousadas, com riscos bem calculados, como o re-IPO realizado em 2016, quando o país vivia sua recessão na plenitude. Com os recursos captados, avançamos para uma maior liquidez da Companhia, que interferiu de forma exitosa no desempenho de 2017. Mas não foi só isso.

Reforçamos nosso compromisso com a transparência aderindo ao Nível 2 de Governança da B3 (antiga BM&FBovespa), o que implica em uma série de exigências como o mandato unificado de dois anos para todo o Conselho de Administração, a disponibilização do balan-

ço anual seguindo as normas de contabilidade internacional, adesão à Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos societários, entre outros fatores, que requerem maior amadurecimento da Companhia – o caminho que decidimos trilhar. De um ano para o outro, a Sanepar registrou aumento de 1.750% no número de investidores. Ele saltou de 2 mil, em 2016, para 35 mil, em 2017, provando o reconhecimento da Empresa pelo mercado.

A Companhia, além das ações ordinárias e preferenciais, passou também a negociar Unit. Cada Unit é formada por 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais. Em dezembro, acionistas da Sanepar, em uma Oferta Pública Secundária, venderam 18,85 milhões de Units, o que rendeu aos mesmos mais de R\$ 1 bilhão, fruto da forte demanda dos investidores pelos papéis da Companhia. Na Oferta Pública Secundária o acionista Estado do Paraná vendeu o excedente de ações que possuía, permanecendo com 60,1% das ações ordinárias, ou seja, do capital votante.

O aspecto financeiro foi um dos frutos de uma gestão empresarial mais moderna. Outros ainda podem ser citados como as mudanças realizadas no processo de gestão de pessoas, focando a formação de líderes, e a reafirmação da posição da Sanepar como cuidadora do meio ambiente ao abrigar projetos como a revitalização dos rios urbanos; o programa Moringa Cheia, uma parceria com produtores rurais para que eles recomponham as áreas de mananciais de suas propriedades; e a qualificação de seus próprios profissionais para a gestão ambiental. Afinal, saneamento e meio ambiente não podem caminhar em lados opostos.

Nesse sentido, nos sentimos orgulhosos de receber o reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU)

pela destinação de parte do resíduo do esgoto tratado, na forma de adubo, para produtores que cultivam grãos e lidam com reflorestamento. Pretendemos fazer da CS Bio, unidade de biodigestão de alta tecnologia construída na Estação de Tratamento de Esgoto Belém, em Curitiba, um caso de sucesso e de *benchmarking*. Por meio dela, daremos início à produção de energia elétrica a partir do lodo e de outros materiais orgânicos. Programada para entrar em funcionamento em 2018, a unidade tem previsão de geração de 22,4 GW/h de energia por ano, suficiente para atender 2.100 casas. Esse projeto, como tantos outros, é fruto de boas parcerias com empresas ou de pesquisa e inovação junto a universidades e instituições internacionais.

Todos nós, como sociedade, precisamos entender de uma vez por todas que a frase “o planeta responderá no futuro pela forma como o temos tratado” envelheceu. O futuro já chegou. De nada adianta investimentos bilionários em estruturas para abastecimento, se a água, recurso natural, se tornar cada vez mais escassa com o assoreamento dos rios.

Por fim, tornar a Sanepar em modelo de estatal para o setor, com foco cada vez maior na gestão ambiental, só foi possível por meio do apoio irrestrito do Governo do Estado do Paraná. Tivemos todo o estímulo para modernizar a gestão, torná-la eficiente, independentemente do governo. Passamos por momentos difíceis com o impacto do congelamento da tarifa (de 2006 a 2010), que afetou a excelência da prestação de serviços da Companhia.

Quando olhamos para o futuro, vemos nele uma Sanepar moderna, com profissionais altamente qualificados e com o orgulho de termos sido a primeira empresa

do setor no País a adotar um programa de equidade de gênero, um dos desafios dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nas páginas desse relatório, você conhecerá o desempenho da Companhia (nos aspectos econômico, financeiro e socioambiental) durante 2017, as lições que levaremos para os próximos anos e a história de uma empresa de 54 anos que ousou se reinventar.

Mounir Chaowiche

Presidente da Sanepar

“
Se sobressair em meio a condições externas pouco favoráveis é fruto de uma série de compromissos bem traçados nos últimos anos
”



A Sanepar

TEMAS MATERIAIS PRESENTES NO CAPÍTULO

- Governança corporativa, transparência e combate à corrupção
- Conformidade legal e relações com entidades regulatórias

EXPANSÃO

Em 2017, a Sanepar atingiu 3,8 milhões de economias ativas de água e 2,7 milhões de esgoto

Fundada na década de 1960, e hoje uma das maiores empresas em operação no Estado, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), sediada em Curitiba (PR), é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, e tem 7.165 empregados. [G4-3](#), [G4-4](#), [G4-5](#) e [G4-7](#)

A Companhia é responsável pela prestação de serviços de saneamento básico a 345 cidades paranaenses e uma em Santa Catarina, além de 293 localidades de menor porte. A Sanepar disponibiliza mais de 53 mil quilômetros de tubulações utilizadas para distribuição de água potável e mais de 35 mil quilômetros de rede coletora de esgoto. Na área de resíduos sólidos, a empresa opera aterros sanitários em Apucarana, Cornélio Procopio e Cianorte, atendendo no total sete municípios. Em 2017, foram tratadas 62,1 mil toneladas de resíduos, beneficiando 289 mil pessoas. [G4-6](#)

A Sanepar fornece água tratada a 100% da população urbana dos municípios atendidos. Coleta mais de 70% e trata 100% do esgoto coletado, a média nacional de coleta é de 50% e de tratamento é de 74% (conforme Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS 2015). Também realiza a gestão de resíduos sólidos urbanos.

Essa ampla atuação requer investimentos constantes como forma de garantir a excelência dos serviços. Nos últimos sete anos foram aportados R\$ 5 bilhões. O desempenho financeiro da companhia em 2017 remete a um lucro líquido de R\$ 686,2 milhões, aumento de 9,5% em comparação a 2016.

A Sanepar detém também 40% da participação acionária da CS Bioenergia SA (sociedade constituída com a

Catallini Bioenergia) para explorar a produção de energia a partir do lodo de esgoto, na unidade de biodigestão localizada ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto Belém, em Curitiba. A potência instalada é de 2,8 MW, com capacidade prevista de produção de energia para 22,4 GWh por ano. Essa atividade atende à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) atuando nos eixos de não geração/redução, reutilização, tratamento e disposição de resíduos.

CONTEXTO OPERACIONAL

O Plano Estadual de Recursos Hídricos aponta que a disponibilidade hídrica do Paraná é de 1.153.170 litros por segundo (l/s), volume superior à demanda estimada em 51.364 l/s. A proporção é considerada confortável, mesmo que na região metropolitana da capital paranaense esteja o maior ponto de atenção, pois a demanda alcança cerca de 23% da disponibilidade total do Sistema de Abastecimento de Água Integrado de Curitiba e Região Metropolitana (Saic).

No entanto, essa condição favorável, que inclui bons regimes de chuvas nos últimos anos e uma estrutura de captação diversificada, não é avaliada pela Sanepar como confortável. A empresa investe no planejamento de longo prazo, a exemplo da Barragem Miringuava, na região metropolitana de Curitiba, na excelência da gestão, na redução de perdas e na qualidade da água para garantir a estabilidade dos serviços diante de riscos futuros de estiagem e do aumento da demanda, cenários inerentes ao setor.

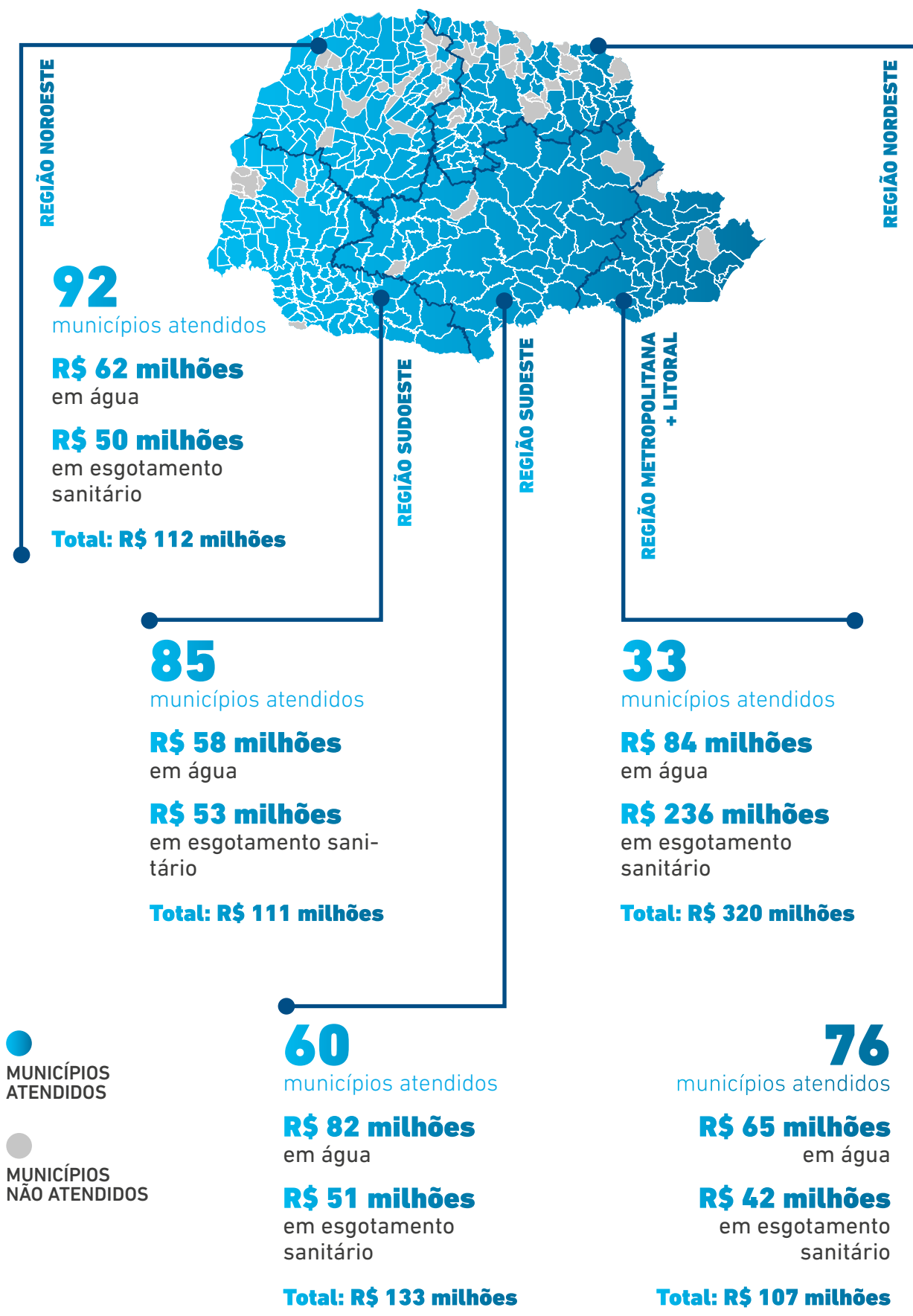
A Sanepar também vem expandindo os serviços de coleta e tratamento de esgoto, viabilizando o lançamento do efluente tratado e reduzindo os impactos nos corpos d'água.



MODELO

A Sanepar se destaca por tratar 100% do esgoto coletado

LOCAIS DE ATUAÇÃO E DE INVESTIMENTO G4-8, G4-9





INVESTIMENTOS (R\$ MILHÕES)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2011/ 2017
Água	123,7	208,6	348,4	408,6	300,4	261,9	351,6	2.003,2
Esgoto	207,1	240,6	361,5	468,0	446,8	431,3	432,0	2.587,3
Outros	23,4	27,1	77,1	77,4	47,8	49,2	96,9	398,9
TOTAL	354,2	476,3	787,0	954,0	795,0	742,4	880,5	4.989,4

PRÊMIOS E DESTAQUES

- Conquista do troféu Quíron Bronze do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS). Em 20 anos da premiação promovida pelo Comitê Nacional de Qualidade da Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental), a Sanepar chegou a marca de 42 troféus. Pela primeira vez, a Sanepar recebeu o prêmio de forma corporativa.
- Única representante do segmento de saneamento básico no Prêmio Valor Inovação 2017. Ficou em terceiro lugar entre as cinco colocadas no setor Serviços. O *ranking* é elaborado pelo jornal *Valor Econômico* em parceria com a consultoria PwC.
- Integra novamente o grupo das Maiores e Melhores da revista *Exame*: no setor de infraestrutura, a Companhia é a melhor colocada entre as 100 maiores da Região Sul e está em segundo lugar, no setor, entre as 1.000 maiores empresas do Brasil. No *ranking* geral da Região Sul, a Sanepar ocupa a 18ª posição, ante o 24º lugar na edição anterior.
- No *Ranking* Abes da Universalização do Saneamento 2017, que avalia as condições do saneamento em relação à universalização nas cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes, dois Municípios atendidos pela Sanepar, Curitiba e Maringá, integram o grupo de estudos denominado “Rumo à universalização”.



A Empresa tem o reconhecimento da ONU por destinar parte do resíduo do esgoto tratado na forma de adubo para a agricultura, reforçando que saneamento e meio ambiente não caminham em lados opostos

CONQUISTA

Pela primeira vez, a Sanepar recebeu o prêmio Quíron Bronze PNQS, de forma corporativa



MODELO DE NEGÓCIOS

A representação a seguir demonstra como a Sanepar utiliza os diferentes capitais em suas operações e quais são as principais entregas à sociedade, conforme mapeamento baseado nas diretrizes de Relato Integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC).

ALOCÇÃO DE RECURSOS E ACESSO AOS CAPITAIS



Capital financeiro

Patrimônio líquido R\$ 5.152,7 milhões e geração de caixa R\$ 1.353,8 milhões
Investimentos de R\$ 880,5 milhões em 2017
Nível de endividamento: 1,6 vezes o Ebitda (dívida bancária X Ebitda)



Capital natural

Disponibilidade hídrica de cerca de 1,2 milhão l/s
Recursos energéticos de 2,6 milhões de GJ



Capital humano

7.165 empregados próprios



Capital intelectual

523.451 horas de treinamento e mais de R\$ 7,9 milhões investidos em pesquisa e desenvolvimento



Capital social

80,1% dos clientes desejam que a Sanepar continue atuando em seus municípios
Relacionamento com comunidades
Relações com o Poder Concedente (prefeituras municipais)

GERAÇÃO DE VALOR

Governança

Aperfeiçoamento da estrutura de governança corporativa e compromisso social do Estado do Paraná

Estratégia

Planejamento estratégico robusto, foco em contratos de longo prazo e diversificação dos negócios

Presença e capilaridade

346 municípios atendidos

Investimentos

R\$ 880,5 milhões

Meio Ambiente

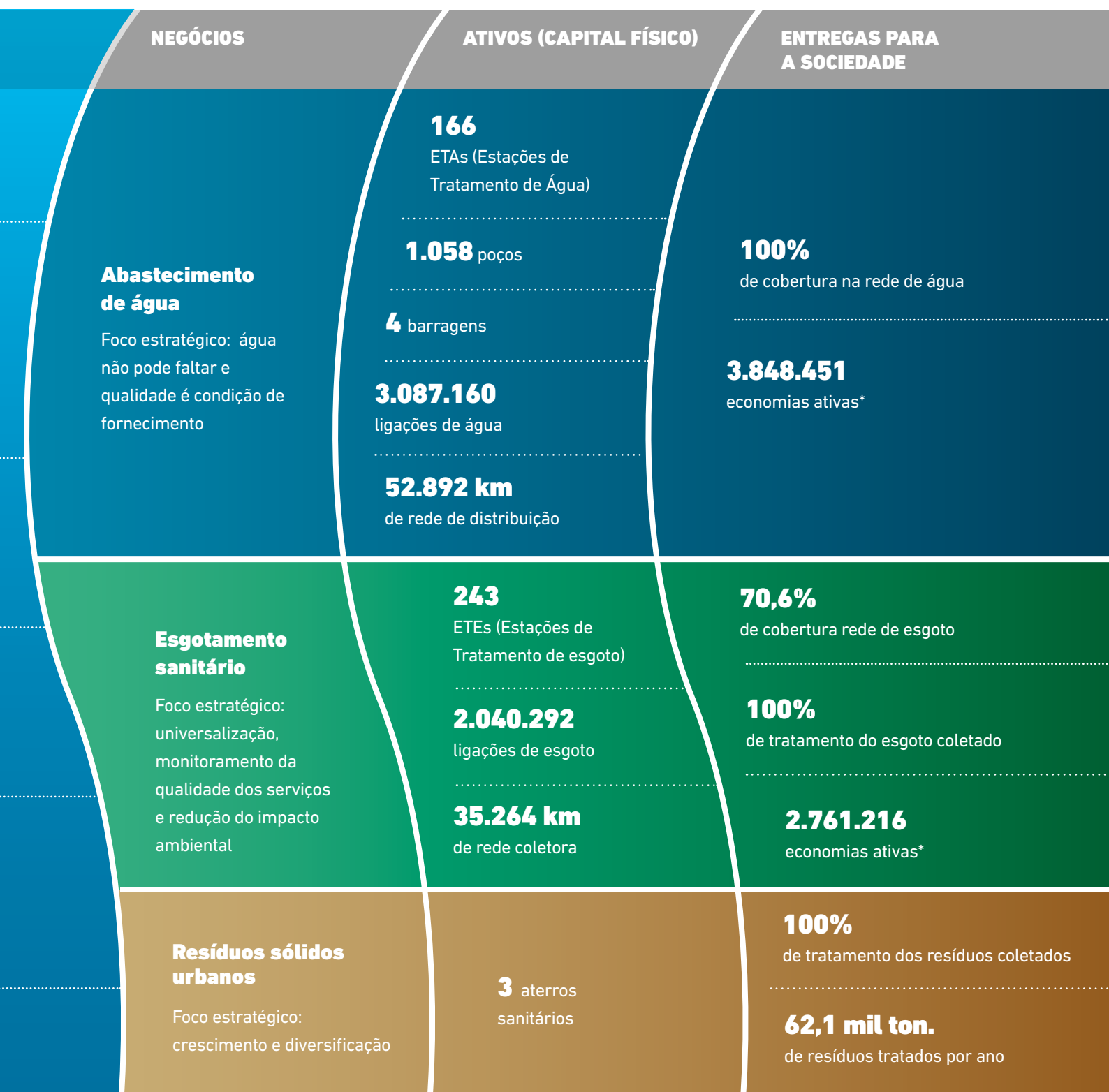
Gestão de impactos e conservação de corpos hídricos

Qualidade

99,8% de conformidade da água distribuída e mais de **84,6 mil** toneladas de carga orgânica removida ao ano nas Estações de Tratamento de Esgoto

VANTAGENS COMPETITIVAS

- Riqueza em recursos hídricos
- Negócio previsível e resiliente, com base de clientes diversificada e credibilidade no mercado
- Desempenho financeiro acima dos pares do setor
- Pagamento de dividendos e geração de caixa
- Excelência operacional, com ações para aumento de eficiência
- Excelência na gestão



*O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar.

LINHA DO TEMPO

Mais de meio século cuidando do saneamento do Paraná

DÉCADA DE 1960

1963

- Sancionada a Lei Estadual 4.484, em 23 de janeiro, autorizando o Governo do Estado a constituir a Companhia de Água e Esgotos do Paraná (Agepar)

1964

- Pela Lei 4.878, de 19 de junho, foi alterada a denominação social de Agepar para Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar)

1969

- Inaugurado o Sistema de Abastecimento de Água Iguaçu, em Curitiba

DÉCADA DE 1970

1971

- A Sanepar incorporou o Departamento de Água e Esgoto (DAE)

1972

- A empresa adere ao Plano Nacional de Saneamento (Planasa), iniciando efetivamente suas atividades de operação, manutenção e administração dos sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotos do Paraná

1979

- Inaugurada a Barragem Piraquara (também conhecida como Represa Cayguava), a primeira grande barragem de acumulação de água no Paraná

DÉCADA DE 1980

1980

- Entra em operação a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Belém, em Curitiba.

1981

- Implantação do Sistema de Atendimento Telefônico (195)

1982

- Implantação do Sistema Gerencial de Manutenção (SGM), que proporciona uma visão integrada no atendimento às demandas diárias de serviço

1983

- Inaugurada a primeira etapa da obra do Sistema de Abastecimento de Água Passaúna, em Curitiba

1988

- Implantação do sistema de leitura e entrega de contas de forma simultânea, modelo pioneiro no setor de saneamento no Brasil

DÉCADA DE 1990

1991

- Adotadas as Políticas do Meio Ambiente, da Qualidade Total e do Patrimônio Histórico e Tecnológico do Saneamento
- Instituída a Tarifa Social
- Entra em operação o Sistema Tibagi para atender Londrina e Cambé, considerado um dos mais avançados sistemas de água do Sul do país

1992

- Entrega da segunda etapa da obra do Sistema Passaúna, quando a produção atinge 1.000 litros de água por segundo

1996

- Lançado oficialmente o programa de Educação Ambiental da Sanepar

1997

- A Companhia é a primeira empresa do setor de saneamento da América Latina a receber a certificação ABNT NBR ISO 9001:1994 para um sistema produtor de água – a Unidade de Produção Itaquí, em Campo Largo
- Ano de criação do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS). A Sanepar é premiada com Troféu Nível I, para a Unidade de Cornélio Procopio

1998

- O Estado vendeu 39,7% da sua participação acionária para o Grupo Dominó Holdings S/A

1999

- O Sistema de Foz do Iguaçu recebe certificação pela ABNT NBR ISO 14001:1996. É a primeira das Américas a conquistar o certificado ambiental para os processos de água e esgoto (do rio ao rio)

DÉCADA DE 2000

2000

- A Sanepar torna-se uma empresa de capital aberto

2002

- A empresa efetuou o registro na Bovespa, atual B3
- Entra em operação a Estação de Tratamento de Água (ETA) Iraí, a maior do Paraná
- Atingida a marca de 2 milhões de ligações de água
- A Sanepar assume a gestão do Aterro Sanitário de Cianorte e inicia as atividades na área de gestão dos resíduos sólidos urbanos

2004

- Centenário do Saneamento do Paraná

2006

- Atingida a marca de 1 milhão de ligações de esgoto
- O Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS) completa 10 anos, e a Sanepar, por meio de suas unidades, recebe seu 15º troféu Quíron

2008

- Inaugurado em Foz do Iguaçu o projeto piloto de produção de energia elétrica a partir do gás metano
- Centenário do Reservatório do Alto São Francisco e do Sistema de Mananciais da Serra
- Entrega do Sistema Miringuava e da Barragem Piraquara II

2009

- Primeira empresa do setor de saneamento a realizar e divulgar o inventário de gases de efeito estufa por meio do Mapeamento de Gases de Efeito Estufa – MARGE.

DÉCADA DE 2010

2010

- Atingida a marca de 2,5 milhões de ligações de água
- A Sanepar assume a gestão do Aterro Sanitário de Apucarana
- Ampliação do escopo de Campo Largo para a Unidade Regional de Londrina Cambé (URLC) e Unidade de Serviço Industrial de Londrina (USID-LD) pela ABNT NBR ISO 9001:2008

2012

- Atingida a marca de 1,5 milhão de ligações de esgoto
- Aterro Sanitário de Cianorte recebe certificação ABNT NBR ISO 14001:2004

2013

- A Sanepar chega aos 50 anos como referência entre as melhores empresas de saneamento do país

2014

- O Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) é incluído no escopo certificado da ABNT NBR ISO 9001:2008
- A Gerência Geral Noroeste é premiada no Nível I do PNQS, primeira da Sanepar
- Disponibilizado o 0800 200 0115 para ligações gratuitas

2015

- Inaugurado o Laboratório Central de Curitiba, mais moderno e completo laboratório de saneamento da América Latina

2016

- A Sanepar adere ao Nível 2 de Governança da B3
- A empresa dá início às ações de adequação para atender os termos da Lei das Estatais 13.303/2016
- A Sanepar conclui o processo de oferta pública de ações ao mercado (re-IPO)
- Atingida a marca de 3 milhões de ligações de água

2017

- Implantado o processo de Gerenciamento de Riscos Corporativo, com a metodologia Coso ERM
- Atingida a marca de 2 milhões de ligações de esgoto
- A Sanepar conquista, no âmbito corporativo, o troféu Quíron Bronze do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS). Nos 20 anos dessa premiação, a Sanepar soma 42 troféus
- Iniciada a pré-operação da CS Bioenergia, geradora de energia a partir da biodigestão do lodo, resíduo do tratamento de esgoto sanitário
- A Sanepar passa a operar em ambiente regulado e realiza sua primeira Revisão Tarifária Periódica definida pelo órgão regulador
- Concluída a formação de Units com as ações ordinárias e preferenciais de sua emissão, efetuando oferta pública secundária no mercado
- A Sanepar adere aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda socioambiental da Organização das Nações Unidas, e adota programa de equidade de gênero

Governança corporativa

Em 2016, a Sanepar se impôs o desafio de aprimorar sua gestão profissional que já era consolidada, seguindo os preceitos éticos e de transparência nas tomadas de decisão. Mas foi no ano de 2017 que a Companhia passou a adotar medidas de administração mais modernas e empresariais, com foco nos resultados, sem perder, no entanto, sua função social, característica de uma empresa pública.

Nesse sentido, há alguns itens que merecem destaque:

- Alinhamento aos requisitos do Nível 2 de governança do mercado de capitais, composto por critérios mais rigorosos, como balanço anual seguindo as normas de contabilidade internacional, mandato unificado para todo o Conselho de Administração, direito à voto às ações preferenciais em algumas matérias.
- Adequação à Lei das Estatais 13.303/2016, que regulamenta a atividade econômica das empresas públicas e das sociedades de economia mista, como é o caso da Sanepar e subsidiárias. Considerada um marco no país, a lei estabelece regras mais rígidas para compras, licitações e nomeações de diretores, presidentes e membros de conselho de administração.
- Operar dentro de ambiente regulado: toda revisão tarifária passa pela avaliação de um agente regulador independente do Estado (no caso, a Agência Reguladora do Paraná - Agepar), medida necessária para a empresa que tem suas ações no mercado. O aumento da tarifa em 25,63%, em 2017, diluído ao longo de oito anos foi uma decisão do órgão, por exemplo. Se por um lado, o novo modelo é considerado mais claro porque toda avaliação é feita por meio de modelos matemáticos, por outro, ele impõe metas desafiadoras que fazem a empresa buscar mais eficiência e menor custo. A revisão tarifária implica também no cálculo

do “Fator X”, espécie de fotografia da produtividade da empresa. O “Fator X” tem como objetivo compartilhar com os clientes os ganhos de produtividade decorrentes do crescimento do mercado do serviço regulado, previstos para o ciclo tarifário (período compreendido entre as revisões tarifárias), onde é aplicado um deflator (%) sobre os reajustes tarifários anuais. Para o primeiro ciclo (2017-2020) o “Fator X” é de 0,77%, que corresponde a R\$ 143 milhões. A Companhia analisa mensalmente sua eficiência, que representa o “Fator X”, e define ações para garantir que tais ganhos de produtividade sejam, no mínimo, iguais ao percentual definido na revisão tarifária. Embora a regulação seja uma mudança importante para a Sanepar, a Companhia se prepara para ela desde 2013. Com o apoio de uma consultoria especializada, a empresa elaborou uma metodologia de reajuste tarifário e de Revisão Tarifária Periódica (RTP), atualizou o Regulamento Geral dos Serviços e veio capacitando ao longo do tempo os empregados, além de realizar diversas atividades inerentes ao processo regulatório. A Sanepar acredita que esse aprimoramento do modelo tarifário proporciona valores justos e adequados à tarifa para garantir a qualidade dos serviços e o equilíbrio financeiro da empresa.



Missão

Prestar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.



Visão

Ser uma empresa de excelência, comprometida com a universalização do saneamento ambiental.



Valores

Valores; responsabilidade, inovação, competência, respeito, comprometimento, profissionalismo, transparência e ética [G4-56](#)

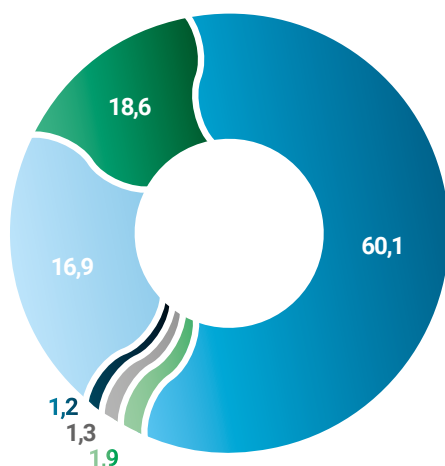
Composição acionária

Por estar na lista do Nível 2 de governança da B3, a empresa é impulsionada a adotar boas práticas de governança e de comunicação com os investidores e o mercado. A Sanepar é controlada pelo Estado do

Paraná, que detém 20,0% do capital total e 60,1% do capital votante. A outra parte das ações pertence a acionistas minoritários. O *free float* (ações negociadas livremente no mercado de capitais) é de 79,97%.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA POR TIPO DE INVESTIDOR:

CAPITAL VOTANTE



Estado do Paraná

Morgan Stanley Uruguay Ltda

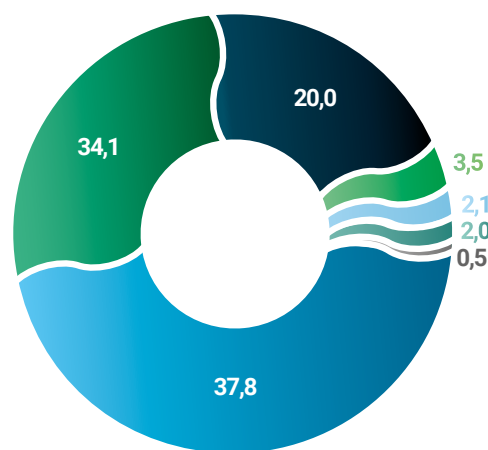
Government of Singapore

Merrill Lynch Internacional

Acionistas Estrangeiros

Demais Acionistas

CAPITAL TOTAL



Estado do Paraná

Morgan Stanley Uruguay Ltda

Government of Singapore

Merrill Lynch Internacional

Prefeituras Municipais

Acionistas Estrangeiros

Demais Acionistas

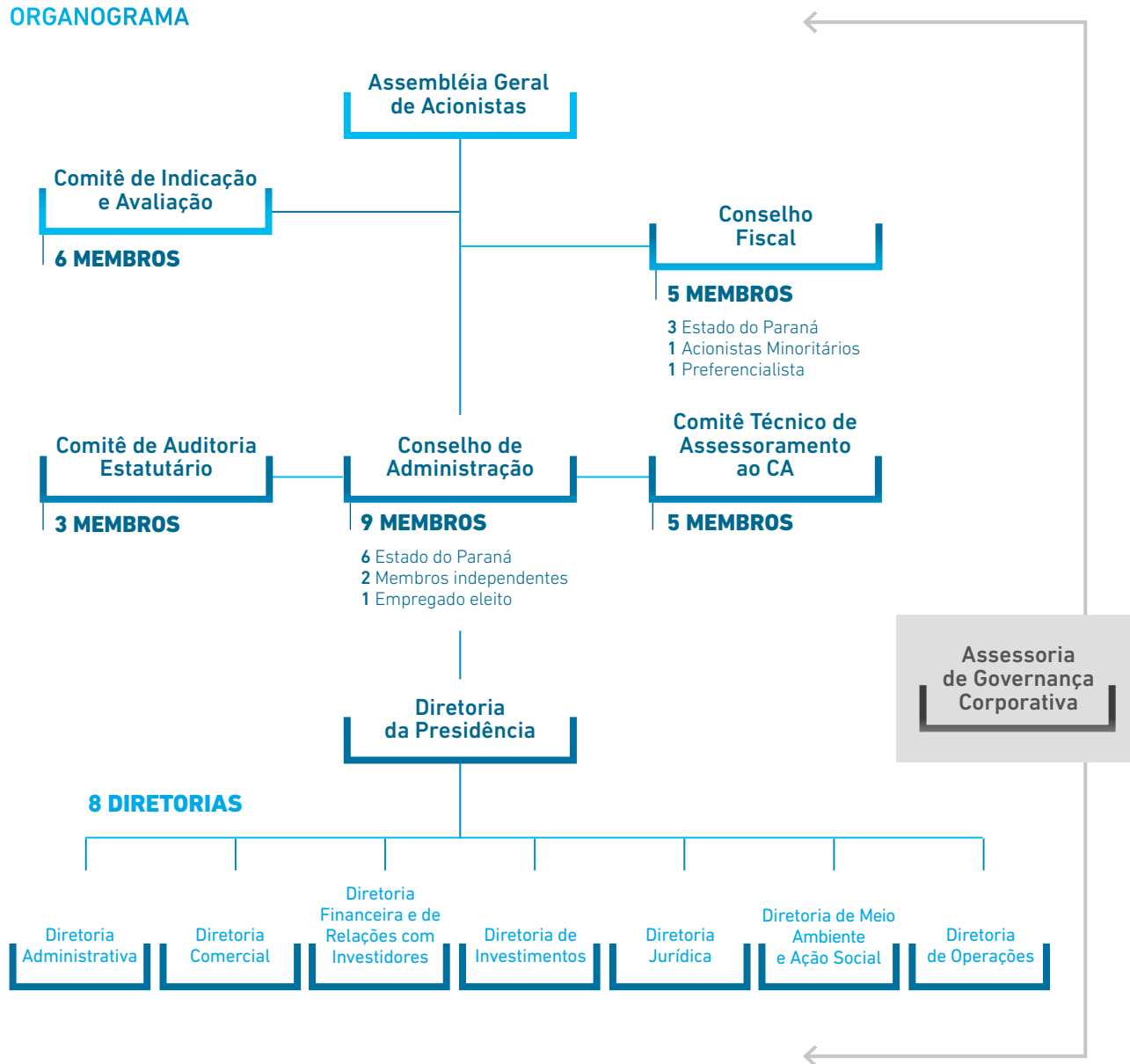
ESTRUTURA DE TOMADA DE DECISÃO G4-34

O Conselho de Administração (CA), responsável pela condução estratégica do negócio, é composto por nove membros efetivos, sendo necessariamente um deles eleito entre os empregados e 25% membros independentes, além de nove suplentes distribuídos de igual forma. Todos têm direito a voto e são eleitos pela Assembleia geral dos Acionistas para mandatos de dois anos, limitado a três reconduções consecutivas. As reuniões acontecem mensalmente, com pos-

sibilidade de convocações extraordinárias. Fazem parte das atribuições do Conselho: fixar a orientação geral do negócio, realizar gestão de risco, fiscalizar a atuação da Diretoria Executiva, selecionar auditores independentes e homologar processos licitatórios e compras públicas acima do valor determinado pelo Estatuto Social da Empresa.

A Companhia também tem um Comitê Técnico, cuja função é assessorar tecnicamente as tomadas de deci-

ORGANOGRAMA



são do Conselho de Administração, um Comitê de Auditoria Estatutário e um Comitê de Indicação e Avaliação.

O Conselho Fiscal acompanha as práticas fiscais e contábeis da Companhia e a prestação de contas anual. É composto por cinco membros, um deles indicado pelo acionista minoritário e outro pelo preferencialista. Os conselheiros são eleitos anualmente pela Assembleia Geral, limitado a duas reconduções consecutivas. O órgão é permanente e se reúne mensalmente.

Com a responsabilidade de executar a estratégia de negócio e as diretrizes gerais estabelecidas pelo CA, a Diretoria Executiva é composta por oito membros aptos para exercer a função, com formação específica para o cargo e reputação ilibada. Essa diretoria se reúne semanalmente ou de forma extraordinária, desde que convocada pelo Diretor-presidente ou por dois Diretores.

RELACIONAMENTO COM OS INVESTIDORES

A Sanepar divulga informações trimestrais, além de demonstrações contábeis anuais, avisos aos acionistas, comunicados ao mercado, fatos relevantes e cotação de ações. Também são disponibilizadas informações sobre a regulação do setor de saneamento e a destinação de lucros da Companhia.

A divulgação é dirigida, principalmente, a acionistas, analistas de mercado e investidores. Os dados ajudam na tomada de decisão sobre o investimento em ações da Companhia e são publicados no site <http://site.sanepar.com.br/investidores>

COMPLIANCE, ÉTICA E TRANSPARÊNCIA G4-DMA

A Sanepar está comprometida com a conformidade e a ética, investindo de forma contínua no aprimoramento de suas estruturas internas como forma de assegurar os mais altos padrões na condução dos negócios. Em 2017, a empresa passou a seguir as melhorias em governança, incluindo evoluções de *compliance*, implantadas pela revisão do Estatuto da Companhia no ano anterior, como a entrada de três membros independentes no Conselho de Administração, indicados pelo acionista minoritário, e a criação do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê de Indicação e Avaliação.

O Programa de Integridade também foi estruturado como forma de sistematizar medidas anticorrupção previstas pela Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e detalhadas no artigo 41 e seguintes do Decreto Federal 8.420/2015. Além da legislação, o programa segue parâmetros de referência, como os manuais da Controladoria Geral da União (AGU) e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Alguns destaques:

- Implantação da Matriz de Riscos Estratégicos, que norteia o Sistema de Gestão de Riscos Corporativos.
- Intensificação da utilização e comunicação do Código de Conduta e Integridade, que orienta empregados e parceiros de negócios sobre temas diversos: relacionamento no ambiente de trabalho com diferentes públicos (fornecedores, concorrentes, Poder Concedente, entre outros), conflito de interesses, recebimento de presentes e suborno.
- Aperfeiçoamento do Relatório Anual de Controle Interno, que reúne as ocorrências significativas da área, e subsidia a elaboração do Parecer do Controle Interno. Os órgãos de controle utilizam esse documento nas avaliações anuais da Sanepar, especialmente, na prestação de contas anual da Companhia.

Essas e quaisquer mudanças necessárias acontecem simultaneamente aos processos cotidianos da Empresa, com a disseminação de informações e a capacitação dos empregados por meio de treinamentos periódicos e de campanhas, além da auditoria de processos. Ao longo do ano, 7.164 empregados foram capacitados, num total de 523.451 horas de treinamento. Todas as unidades da Sanepar passaram por avaliação de riscos, incluindo os de corrupção. Em 2017, foram realizados 61 trabalhos de auditoria, na grande maioria das 84 unidades organizacionais. Nesses trabalhos, foram avaliados os riscos de processo e problemas de gestão, inclusive a identificação de eventuais casos de denúncias. Em atenção à Lei Anticorrupção (12.846/2013), a Sanepar mantém 100% da avaliação de suas operações e não houve comprovação de nenhum caso nesse sentido nos últimos três anos, metas que seguem para 2018. G4-S03

A Ouvidoria é um dos canais voltados para o tema. Por meio dela, foram recebidas, em 2017, 13 denúncias de corrupção. Porém não houve nenhum caso comprovado. Por cautela, as situações suspeitas foram encaminhadas aos órgãos responsáveis para investigação e tomada de providência. Por meio do site da empresa (www.sanepar.com.br) é possível acessar o Portal da Transparência, que permite o maior controle social das informações, e do Canal de Denúncia, com garantia de anonimato ao denunciante. G4-S05



Todas as unidades da Sanepar passaram por avaliações de riscos, incluindo os de corrupção

Gestão de riscos e controles internos

Em 2017, a Sanepar implementou o processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos, com suporte de consultoria especializada, por meio de mecanismos que incorporam a gestão de risco em todas as instâncias decisórias da Companhia: conselhos, diretorias e gerências, prevendo ainda, a capacitação de agentes internos e o alinhamento das rotinas de controles e auditorias internas.

A Matriz de Riscos Estratégicos foi definida com base na metodologia COSO – ERM e identificou 25 Riscos Estratégicos e 115 Fatores de Riscos, priorizados e validados pela Diretoria, pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração. Nessa primeira fase do processo, foram definidos seis riscos estratégicos a serem tratados e monitorados pelos seus respectivos responsáveis, com os principais pontos de mitigação:

1. Redução de Receita

Risco de natureza financeira voltado à gestão operacional e ligado à perspectiva estratégica Sustentabilidade, em busca do equilíbrio econômico, financeiro e socioambiental da Companhia.

Pontos de mitigação: redução de fraudes, índice de inadimplência, interrupção no fornecimento de água, diminuição de consumo, utilização de fontes alternativas pelos clientes e perdas de água acima do previsto.

Dono do risco: Diretor de Operações.

2. Não renovação ou perda de contratos de programa

Risco de natureza contratual voltado para a gestão das concessões e ligado às perspectivas estratégicas Sustentabilidade e Clientes, com foco na manutenção e na ampliação do mercado de atuação da Companhia.

Pontos de mitigação: reduzir o não cumprimento das metas contratuais, a ampliação e agressividade da concorrência, buscar o reconhecimento da relação custo x benefício, diminuir as influências do macroambiente político e econômico e a insegurança jurídica.

Dono do risco: Diretor Comercial

3. Não cumprimento das leis e responsabilidades ambientais

Risco de natureza ambiental voltado para a gestão operacional e de compliance ambiental, ligado às perspectivas estratégicas Sustentabilidade, Clientes e Processos, que focam na manutenção e ampliação do mercado de atuação da Companhia, no fortalecimento da imagem da empresa e na garantia da gestão ambiental.

Pontos de mitigação: evitar a operação inadequada de estações, a morosidade na implantação e regularização ambiental, alterações legais, autonomia dos municípios na definição de requerimentos ambientais e falha nos projetos relacionados aos aspectos ambientais.

Dono do risco: Diretor de Meio Ambiente

4. Falhas na concepção e a não execução do Plano Plurianual de Investimentos

Risco de natureza operacional voltado à gestão dos empreendimentos, ligado à perspectiva estratégica Clientes, que tem como o objetivo promover a universalização do saneamento ambiental.

Pontos de mitigação: reduzir a baixa disponibilidade de fornecedores qualificados, a inclusão de projetos não priorizados no plano de investimentos, a ausência de institucionalização do plano plurianual, o atraso na criação dos projetos e complexidade no atendimento aos requisitos regulatórios.

Dono do risco: Diretor de Investimentos

5. Falha no posicionamento perante sociedade do propósito Sanepar

Risco de natureza de imagem voltado a gestão da comunicação, ligado às perspectivas estratégicas Clientes e Pessoas, que buscam elevar a satisfação do cliente e a atuação da empresa com responsabilidade socioambiental.

Pontos de mitigação: melhorar as formas de comunicação, sensibilizar os clientes sobre a cadeia de valor do processo de fornecimento de água e coleta de esgoto, diminuir a deficiência no processo de comunicação e a deterioração da reputação/marca.

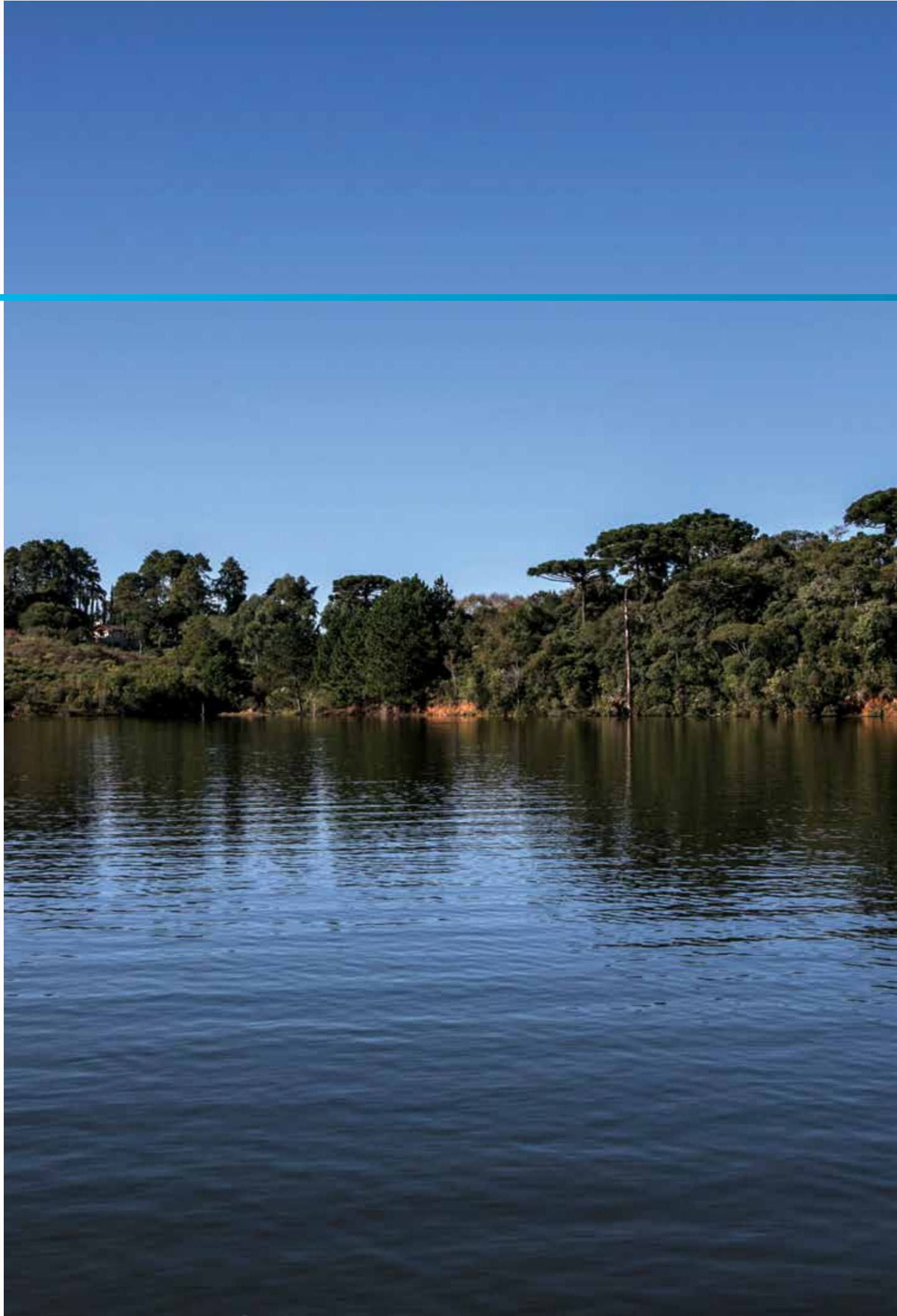
Dono do risco: Diretor-Presidente

6. Desequilíbrio econômico-financeiro frente aos contratos de programa

Risco de natureza financeira voltado para a gestão regulatória, ligado à perspectiva estratégica Sustentabilidade, com foco na sustentabilidade econômico, financeira e socioambiental dos negócios.

Pontos de mitigação: reajuste da tarifa, reduzir o aumento dos custos operacionais e de novos contratos com municípios deficitários e sem planejamento, ter cautela quanto a investimentos não prudentes e evitar a falha no atendimento ao novo modelo de composição tarifária ("Fator X").

Dono do risco: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Sustentabilidade

TEMA MATERIAL PRESENTE NO CAPÍTULO

- Rentabilidade e equilíbrio-financeiro

Na Sanepar, a sustentabilidade é entendida e praticada de maneira integrada, considerando os aspectos econômico-financeiro, social e ambiental. Por essa razão, ela integra uma das perspectivas do Mapa Estratégico da Companhia e direciona seus esforços de geração de valor compartilhado para os públicos de relacionamento. Mais do que um conceito, a sustentabilidade é praticada de maneira transversal na Companhia, tendo em vista que as tomadas de decisão consideram o aspecto econômico-financeiro alinhado aos pilares ambiental e social. A empresa persegue resultados financeiros consistentes, pois só assim será capaz de manter e ampliar o fornecimento de água de qualidade e a coleta e tratamento do esgoto de modo eficiente e responsável.

Por depender dos recursos hídricos, a Companhia reconhece que o cuidado com o meio ambiente é imprescindível para os negócios e para a perenidade da empresa. Essa atuação conjunta faz com que a Missão da Sanepar seja voltada para a prestação de serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

PRECAUÇÃO

A Companhia reconhece que o cuidado com o meio ambiente é imprescindível para os negócios e para o futuro da empresa

Há dois anos, a Empresa definiu nove temas materiais que norteiam as prioridades na gestão cotidiana da sustentabilidade e direcionam os esforços de geração de valor compartilhada da Companhia e seus públicos estratégicos. Os temas mais relevantes são apresentados considerando a forma como a Sanepar os gerencia, suas interconexões com as atividades da Empresa e os principais resultados alcançados no ano. [G4-18](#), [G4-24](#), [G4-25](#)

- Governança corporativa, transparência e combate à corrupção
- Conformidade legal e relações com entidades regulatórias
- Rentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro
- Qualidade dos serviços
- Eficiência operacional e melhoria de infraestrutura
- Redução dos impactos ambientais da operação e a busca de eficiência energética
- Gestão de recursos hídricos
- Acesso à água e aos serviços de esgotamento sanitário
- Educação ambiental



Desempenho econômico e financeiro G4-DMA

Ainda com um cenário macroeconômico instável no Brasil, a Sanepar obteve resultados importantes em um ano que foi marcado pela conclusão da Primeira Revisão Tarifária Periódica (RTP). A Companhia teve a aprovação da revisão pela Agência Reguladora do Paraná (Agepar), medida necessária por conta do ambiente regulado. O índice de reposição tarifária proposto pela Companhia de 25,63% foi aprovado para ser diferido em oito anos, sendo a primeira parcela de 8,53% implementada a partir junho de 2017 (*leia mais no quadro ao lado*).

A Companhia também seguiu avançando nos investimentos em infraestrutura e na busca pela excelência dos serviços. O valor investido foi ampliado em 2017, chegando a R\$ 880,5 milhões, alta de 18,6% em relação

ao volume aplicado no ano anterior, de R\$ 742,4 milhões. Parte desses recursos foi destinado para a expansão da rede de coleta e tratamento de esgoto, além de garantir a segurança hídrica aos municípios atendidos (*saiba mais em Estratégia e Gestão*).

A busca por produtividade e eficiência em 2017 foi reforçada com os programas de Aposentadoria Incentivada (PAI) e de Demissão Voluntária (PDV). O resultado foi a adesão de 299 funcionários nos dois programas, que representará uma economia anual de cerca de R\$ 59 milhões para a Empresa. Isso representa uma redução de 5,4% na folha de pagamento – o *payback* dos programas está estimado em nove meses (*saiba mais no capítulo de Pessoas*).

Vale ressaltar que a Sanepar mantém sua previsibilidade de receita com contratos de longo prazo e base de clientes diversificada, o que garante a resiliência da Companhia. Com prazo médio de 20 anos dos contratos vigentes, o índice de *maturity* (prazo remanescente proporcional à participação da receita para os dez maiores contratos da Sanepar), é de 17,1 anos. A base de clientes é bastante pulverizada: 345 municípios e 291 distritos do Paraná (93% da população do Estado) e um município em Santa Catarina. Atualmente, 4,1% dos contratos estão em processo de renovação, 17,3% vencem até 2026 e 78,6% foram renovados, com vencimento após 2027.

Outro destaque do período diz respeito à classificação da agência de riscos Moody's, que elevou a nota da Sanepar para Ba2, em escala global, e para Aa2.br, em escala nacional. Segundo a agência, essa evolução se deve à conclusão da primeira revisão tarifária sob um mecanismo mais previsível de estabelecimento de tarifas. A Moody's destacou também o perfil de crédito da Sane-

par "suportado pelo histórico de intervenção estatal limitado" e a expectativa de que "o desempenho operacional resiliente continuará traduzindo-se em métricas de créditos fortes".

Apesar da recessão econômica, a agência considera que as quatro companhias de saneamento do País avaliadas devem manter um desempenho operacional "relativamente isolado" do contexto brasileiro, em razão da natureza essencial do serviço de fornecimento de água, da elevada concentração em clientes residenciais e do histórico de compensação tarifária para custos relacionados à inflação. Entretanto, a perspectiva visualizada pela Moody's é negativa para os *ratings* dos títulos do governo do Brasil – e a qualidade de crédito de companhias como a Sanepar continua altamente dependente da qualidade de crédito soberano. Já a Fitch Ratings manteve o Rating Nacional de Longo Prazo AA(bra) à Sanepar, com perspectiva estável, concedido em 2016.

NOVO MODELO TARIFÁRIO

Em um processo que teve início em 2014, a definição da Primeira Revisão Tarifária Periódica (RTP) foi concluída em 2017 por meio da Resolução Homologatória nº 003 de 12 de abril de 2017, emitida pela Agência Reguladora do Paraná (Agepar), que definiu o Reposicionamento Tarifário, Diferimento e Reestruturação Tarifária a serem adotados pela Sanepar.

O índice de 25,63%, foi aprovado pela Agepar, que decidiu pela aplicação do reajuste parcelado em oito anos. A primeira parcela de 8,53%, foi efetuada em 2017, e as demais, serão aplicadas a cada ano, a um índice de 2,11% acrescido da diferença entre a receita requerida e a receita verificada com

correção financeira pela Taxa Selic. Os requisitos e benefícios da Tarifa Social foram mantidos. A Sanepar acredita que o novo modelo confere mais segurança ao processo, proporcionando valores justos e adequados para garantir a qualidade e o equilíbrio do sistema.

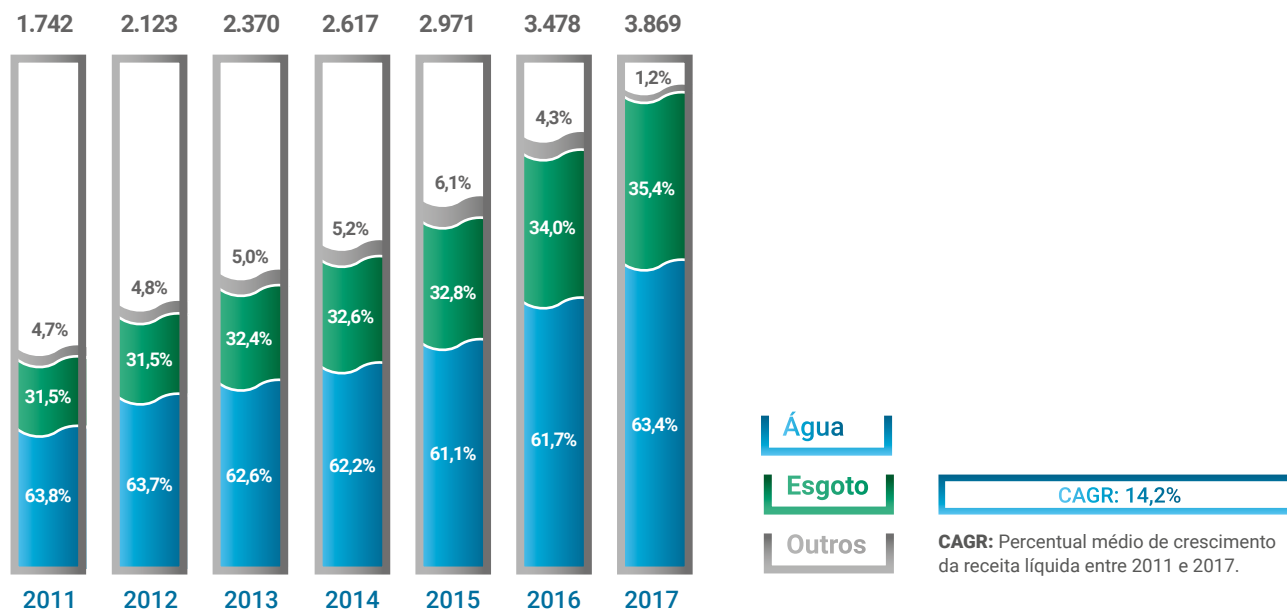
As metodologias para Revisão Tarifária Periódica (RTP) propõem um realinhamento econômico da tarifa, que inclui a atualização dos valores de todos os ativos da empresa. O objetivo é redefinir a Base de Ativos Regulatória (BAR), considerando também a real necessidade de investimentos, para além da reposição das perdas com a inflação.

RECEITAS

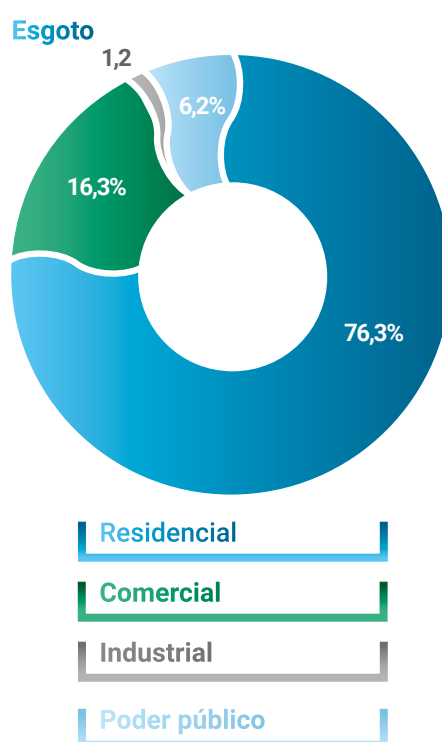
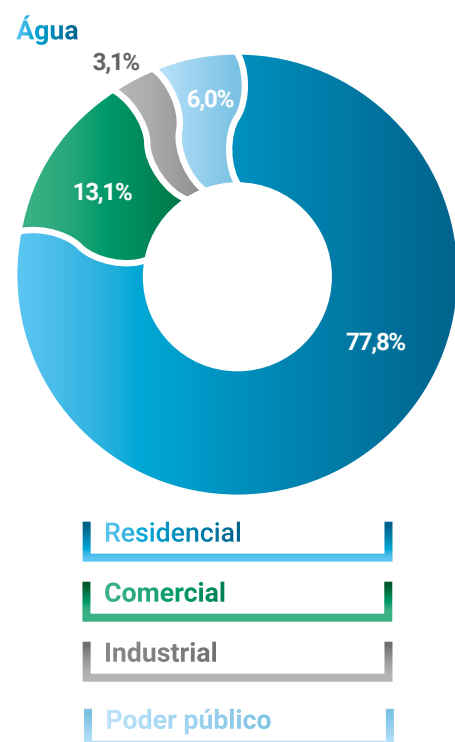
A receita operacional líquida cresceu 11,3% em comparação com o ano de 2016, influenciada, principalmente, pela Revisão Tarifária Periódica, com reajuste de 8,53% nas tarifas, aplicado nas contas faturadas a

partir de junho. A constante ampliação dos serviços, com 61 mil novas ligações de água e 87 mil ligações de esgoto, também contribuiu para o incremento na receita.

RECEITA LÍQUIDA (R\$ MILHÕES)



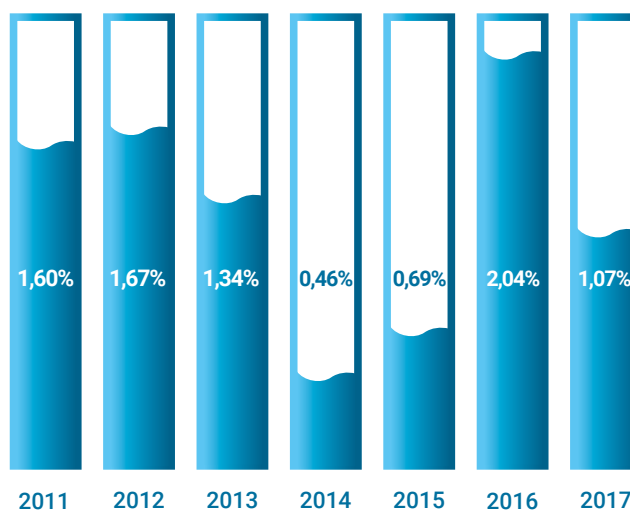
COMPOSIÇÃO DA RECEITA 2017



INADIMPLÊNCIA

Em 2017, a Companhia melhorou sua performance quanto à inadimplência, reduzindo o índice de 2,04%, em 2016, para 1,07%. Mesmo diante de um cenário macroeconômico desfavorável, as ações de aperfeiçoamento contínuo no relacionamento com os clientes e de negociação dos débitos produziram os efeitos positivos planejados.

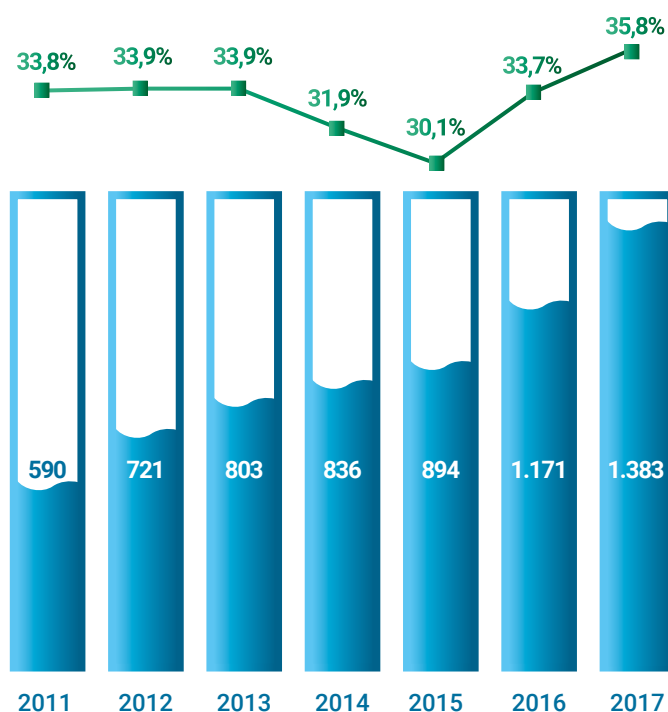
ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA



EBITDA

O EBITDA, que representa a geração de caixa operacional da Companhia, atingiu R\$ 1.383,5 milhão em 2017, contra R\$ 1.171,0 milhão no ano anterior. O resultado positivo é decorrente do crescimento de 11,3% na receita operacional líquida, enquanto os custos e despesas que impactaram o EBITDA tiveram aumento de 7,8%. O custo com energia elétrica, principal insumo da Companhia, foi 1,6% inferior ao exercício de 2016. Os custos e despesas com pessoal cresceram 4,9% em 2017, enquanto em 2016 eles apresentaram um crescimento de 10,7%. A queda é resultado dos esforços da administração para controle de gastos com implementação de programas como o PAI – Programa de Aposentadoria Incentivada e o PDV – Programa de Demissão Voluntária. A combinação desses esforços permitiu também uma evolução na margem EBITDA que chegou a 35,8% – em 2016 foi de 33,7%.

EBITDA E MARGEM EBITDA



EBITDA

CAGR: 15,3%

Margem EBITDA (%)

CAGR: Percentual médio de crescimento do EBITDA entre 2011 e 2017.

EBITDA¹ (R\$ MIL)

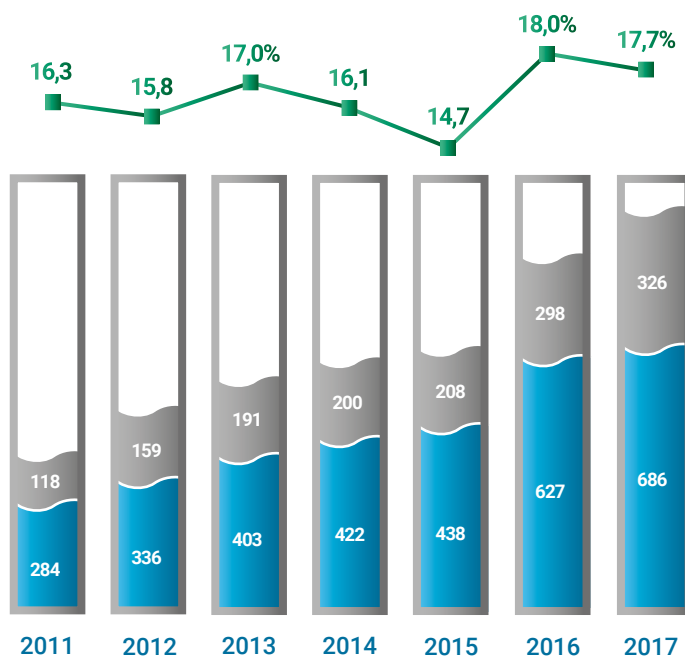
DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	Var. % 2016 x 2017
Lucro líquido	438.444	626.847	686.172	9,5%
(+) Tributos sobre o lucro	101.870	162.738	227.901	40,0%
(+) Resultado financeiro	159.474	164.281	222.167	35,2%
(+) Depreciações e amortizações	194.194	217.111	247.282	13,9%
(=) EBITDA	893.982	1.170.977	1.383.522	18,2%
Margem EBITDA	30,1%	33,7%	35,8%	2,1 p.p.

¹ A Companhia calcula o Ebitda conforme a instrução nº 527 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

LUCRO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Sanepar registrou crescimento de 9,5% no lucro líquido, que foi de R\$ 686,2 milhões em 2017. No ano anterior, o valor registrado foi de R\$ 626,8 milhões. A margem líquida foi de 17,7%. Além do aumento da receita e da gestão eficiente de custos e despesas, a economia tributária decorrente do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos contribuiu positivamente para o crescimento do lucro no montante de R\$ 108,5 milhões.

LUCRO LÍQUIDO, MARGEM LÍQUIDA E DIVIDENDOS



Lucro líquido (R\$ milhões)

CAGR: 15,8%

Margem líquida (%)

CAGR: Percentual médio de crescimento do lucro líquido entre 2011 e 2017.

Dividendos (R\$ milhões)

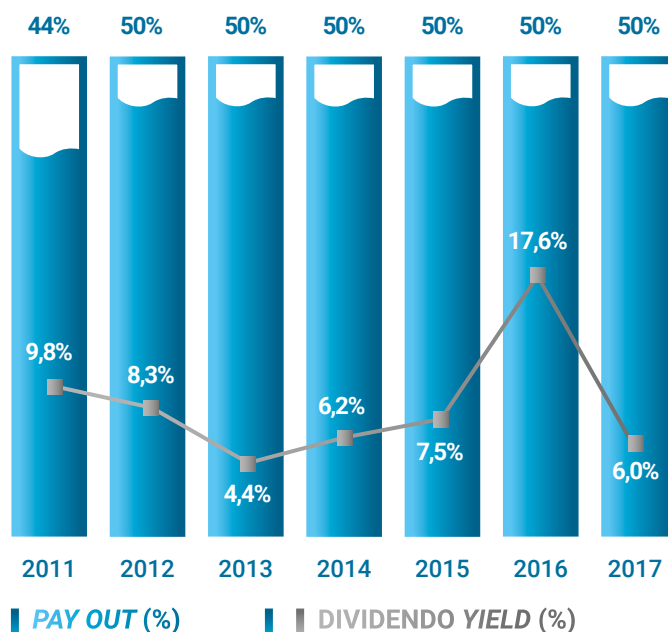
A determinação legal concede aos acionistas o direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado líquido ajustado. Contudo, a política de dividendos da empresa prevê que a administração poderá, além do dividendo anual obrigatório, observada a saúde financeira e o interesse público que motivou a constituição da Companhia, aprovar a distribuição como dividendo adicional e/ou juros sobre capital próprio de até mais 25% do lucro líquido. A administração da Companhia está propondo a distribuição de 50% do lucro líquido ajustado a título de juros sobre o capital próprio e dividendos no valor de R\$ 325,6 milhões, referentes ao resultado de 2017. O pagamento ocorrerá em até 60 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária, que aprovará as contas do exercício de 2017. O rendimento da ação aos acionistas (Dividendo Yield) foi de 6,0% em 2017.

A operação da empresa gerou um caixa de R\$ 1.353,8 milhão em 2017, variação de 23,4% em relação ao exercício anterior. No mesmo período, foi pago o montante de R\$ 281,3 milhões de dividendos e juros sobre o capital próprio, valor 42,4% superior ao exercício anterior.



Apesar do cenário macroeconômico no Brasil, a Sanepar obteve resultados importantes em 2017

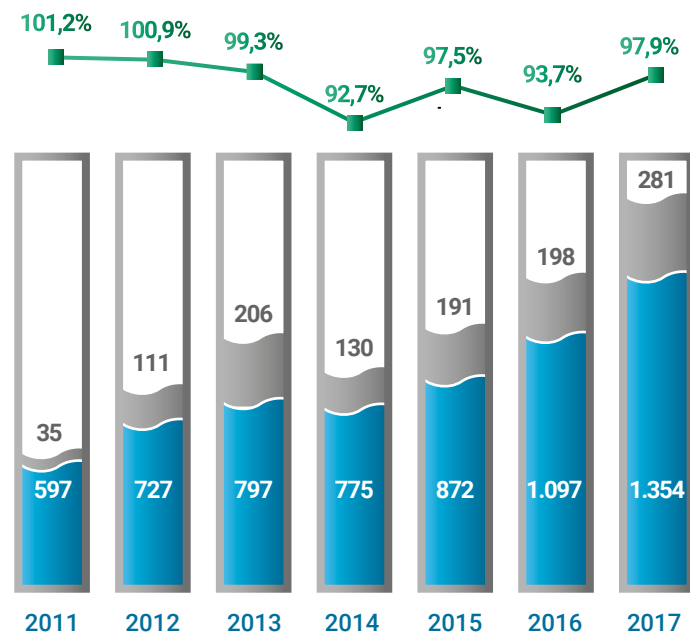
PAY OUT¹ E DIVIDENDO YIELD²



¹ Pay out: percentual de distribuição do lucro.

² Dividendo yield: evolução do lucro distribuído com relação ao ano anterior.

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL, PAGAMENTOS DE DIVIDENDOS E CONVERSÃO EBITDA



GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL (R\$ milhões)

PAGAMENTOS DE DIVIDENDOS (R\$ milhões)

CONVERSÃO EBITDA EM %

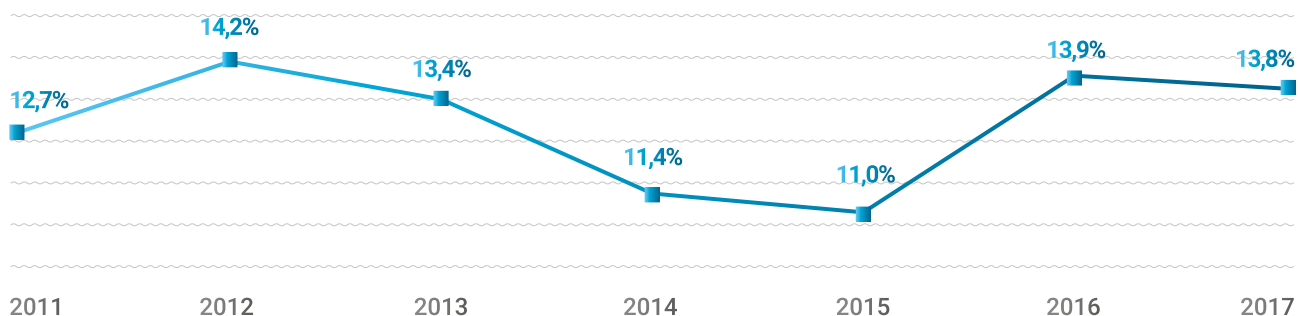
CAGR: 14,6%

CAGR: Percentual médio da geração de caixa operacional entre 2011 e 2017.

ENDIVIDAMENTO E RENTABILIDADE

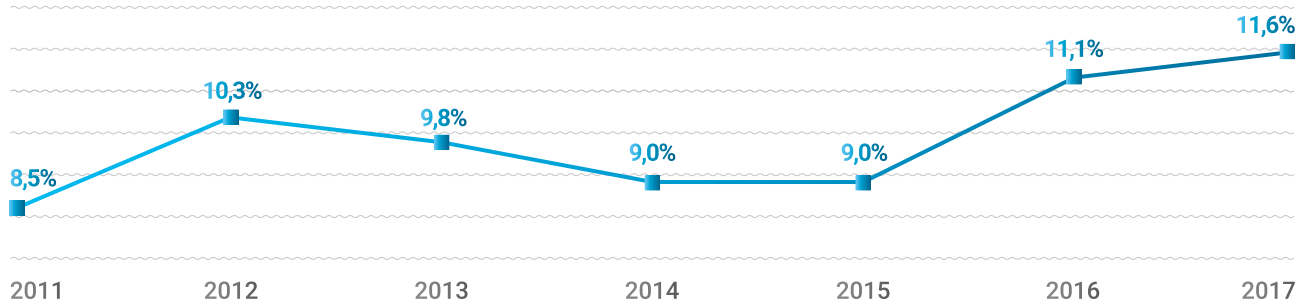
A rentabilidade em relação ao patrimônio líquido manteve-se estável, alcançando 13,8% em 2017, tendo chegado a 13,9% no ano anterior. A Companhia encerrou o exercício com ativos de R\$ 10,1 bilhões e dívida total de R\$ 5 bilhões. O Índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 49,1%, enquanto o Patrimônio Líquido correspondeu a R\$ 5,2 bilhões.

RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

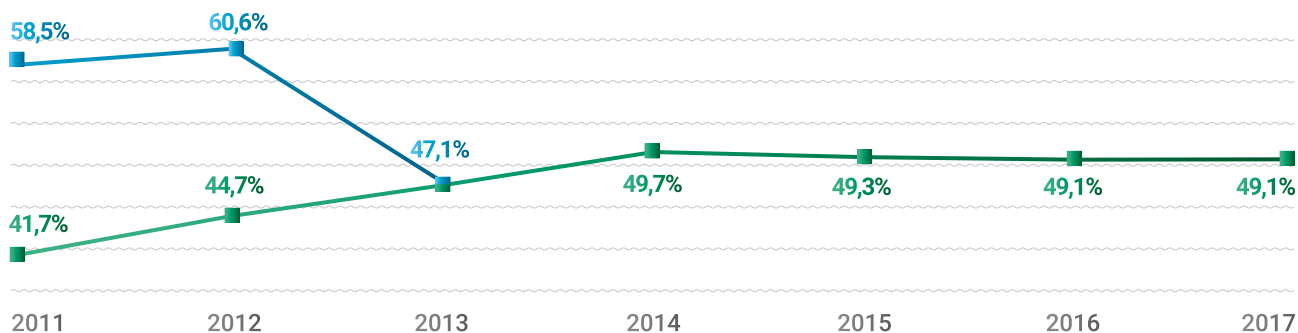


O retorno sobre o capital investido foi de 11,6%, superior ao ano anterior que foi de 11,1%.

RETORNO SOBRE CAPITAL INVESTIDO



ENDIVIDAMENTO SOBRE O ATIVO¹



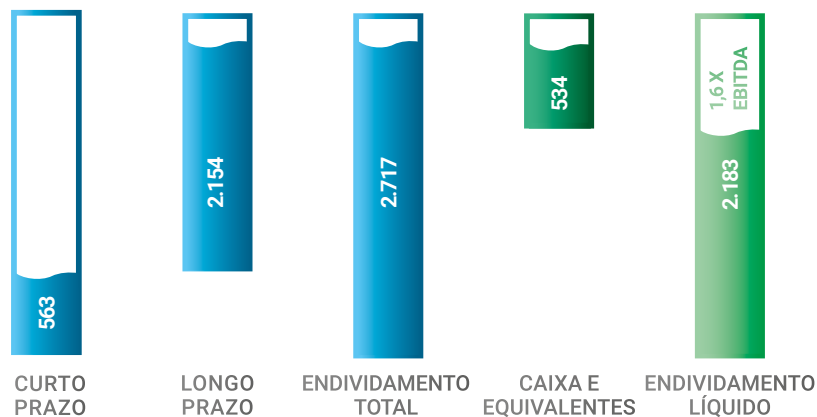
COM AFAC **SEM AFAC**

¹ AFAC: adiantamento para futuro aumento de capital.

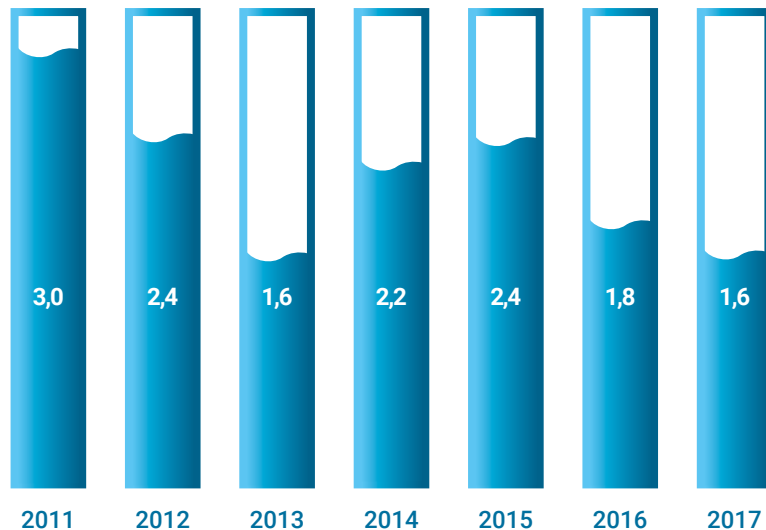
DÍVIDA LÍQUIDA

A Companhia apresentou uma dívida líquida de R\$ 2.182,9 milhões ao final do exercício de 2017. A Dívida Bancária Líquida *versus* o EBITDA foi de 1,6 vezes. Com isso, a Companhia atendeu às obrigações contratuais (*covenant*) decorrentes de empréstimos, financiamentos e debêntures, que é de até 3 vezes.

DÍVIDA LÍQUIDA E ALAVANCAGEM (R\$ MILHÕES)



DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA¹



¹ Proporção entre a dívida líquida e o EBITDA.

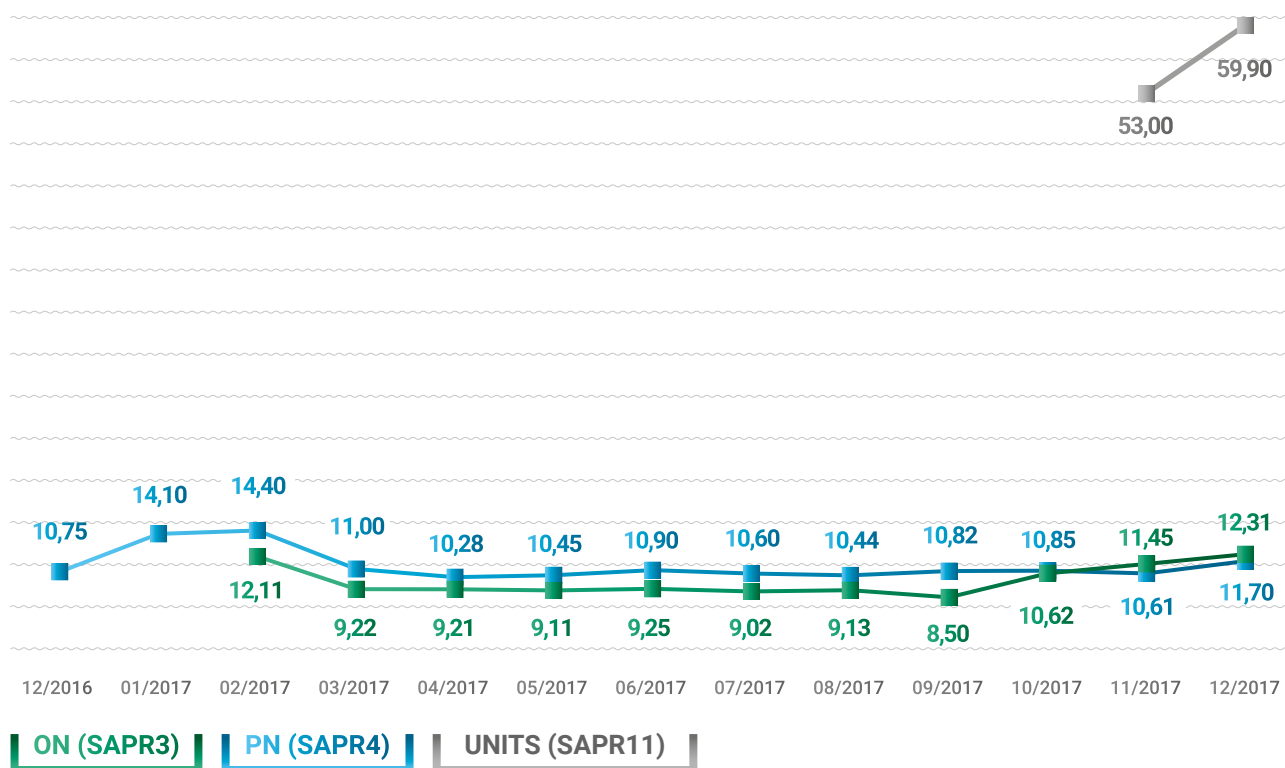
MERCADO DE AÇÕES

Por solicitação dos acionistas, a Companhia aprovou em 2017 a formação de Units com as ações ordinárias e preferenciais de sua emissão. Em novembro do mesmo ano, a empresa passou a negociar juntamente com as ações ordinárias (SAPR3) e preferenciais (SAPR4) certificados de depósitos – Units (SAPR11), que possuem em sua formação uma ação ordinária e quatro ações preferenciais.

Em dezembro, as ações Preferenciais Nominativas (PN) da Sanepar – SAPR4 – fecharam em R\$ 11,70, ficando 8,84% superior ao valor de fechamento de 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$ 10,75. As ações Ordinárias Nominativas (ON) fecharam em R\$ 12,31, ficando 104,49% superior ao valor da última negociação ocorrida em 2016, que foi de R\$ 6,02. Os Certificados de Depósitos – Units (SAPR11) atingiram R\$ 59,90.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 10,23, ante os R\$ 9,55 de 31 de dezembro de 2016. O volume financeiro de negócios com ações e Units da Sanepar em 2017 foi de R\$ 10.434,7 milhões e em 2016 foi de R\$ 1.257,9 milhão. Com a entrada das Units, houve migração de ações alterando a composição acionária da empresa. G4-13.

COTAÇÃO DAS AÇÕES DA SANEPAR (EM R\$)



SERVIÇOS PRESTADOS POR AUDITORES INDEPENDENTES

A Sanepar respeita a independência do auditor externo, entendendo a importância da capacidade que a entidade de auditoria deve ter de julgar e atuar com integridade e objetividade para poder emitir relatórios ou pareceres imparciais. A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. atuou como auditora da Sanepar na revisão das informações trimestrais (ITR) desde o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2012 até o trimestre concluído em 30 de junho de 2017, também emitiu a Carta de Conforto para a operação de re-IPO no ano de 2016 e para o processo de formação de Units no ano de 2017. Nesse período, foram revisadas as informações trimestrais e auditadas as demonstrações financeiras dos exercícios de 2012 a 2016.

Atualmente, a BDO RCS Auditores Independentes S.S. atua como auditora da Sanepar para a execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis do exercício de 2017 e a emissão dos relatórios de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITRs) do 3º trimestre de 2017 e dos 1º e 2º trimestres de 2018. O contrato com a auditoria tem duração de 12 meses, contados a partir de 3 outubro de 2017. Adicionalmente, emitiu a Carta de Conforto para a operação de formação de Units no exercício de 2017. Não foram executados pelos auditores independentes outros serviços que não os aqui relatados.

VALOR ECONÔMICO DIRETO GERADO (R\$ MIL) G4- EC1

	2015	2016	2017
Receitas	3.172.795	3.708.034	4.068.820
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.038.811)	(1.132.166)	(1.191.478)
Depreciações e Amortizações	(194.194)	(217.111)	(247.282)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.688)	(3.361)	(1.791)
Receitas Financeiras	51.999	80.526	91.882
TOTAL	1.990.101	2.435.923	2.720.151

VALOR ECONÔMICO DISTRIBUÍDO (R\$ MIL)

	2015	2016	2017
Empregados e administradores	835.508	932.680	977.092
Governos (tributos)	465.837	586.280	694.959
Financiadores	250.311	290.116	361.928
Acionistas	207.904	297.585	325.633
Lucro líquido retido	230.541	329.262	360.539
TOTAL	1.990.101	2.435.923	2.720.151

VALOR ECONÔMICO DISTRIBUÍDO (%)

	2015	2016	2017
Empregados e administradores	42%	38%	36%
Governos (tributos)	23%	24%	26%
Financiadores	13%	12%	13%
Acionistas	11%	12%	12%
Lucro líquido retido	12%	14%	13%
TOTAL	100%	100%	100%

Estratégia e Gestão

O planejamento estratégico da Sanepar está alinhado à Lei 13.303/2016, aos princípios institucionais e aos Valores da Empresa (Responsabilidade, Inovação, Competência, Respeito, Comprometimento, Profissionalismo, Transparência e Ética) e se organiza a partir das perspectivas e objetivos estratégicos abaixo. Ele guia todas as áreas da Companhia na elaboração e execução dos planos de ação e orienta as iniciativas para gerar resultados que atendam aos desafios atuais e futuros, proporcionando o melhor desempenho e gerando valor para as partes interessadas. Os objetivos estratégicos relacionados a cada perspectiva são:

- Sustentabilidade: buscar a sustentabilidade econômico-financeira e socioambiental.
- Clientes: manter e ampliar o mercado de atuação, promover a universalização do saneamento, elevar a satisfação dos clientes e fortalecer a imagem da empresa.

- Processos: investir no desenvolvimento institucional, melhorar a eficiência dos processos, buscar a excelência dos produtos e serviços e assegurar a gestão ambiental.
- Pessoas: aprimorar a gestão do conhecimento, promover a satisfação das pessoas e atuar com responsabilidade socioambiental.

PLANO DE INVESTIMENTOS

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) é elaborado com uma visão de cinco anos, considerando estudos técnicos preliminares, planos diretores de saneamento, diagnósticos operacionais e ambientais, demandas dos sistemas de abastecimento das localidades, além de compromissos assumidos, como as metas dos contratos de programa e de concessão e possíveis adequações para o cumprimento de exigências ambientais suplementares.



NORTE

O planejamento estratégico guia todas as áreas da Companhia e orienta as ações para a geração de resultados

Os investimentos de curto, médio e longo prazo da Sanepar são previstos no PPI, que inclui os projetos com fontes de recursos asseguradas por meio de financiamento ou orçamento da empresa, e aqueles para os quais é necessário a captação de recurso. Em 2017, todos os 346 municípios atendidos pela Sanepar foram contemplados com investimentos em água ou esgoto; foi iniciada a obra da Barragem Miringuava e as obras do sistema de esgotamento sanitário no Litoral foram antecipadas em quase um ano em relação ao cronograma previsto.

EXCELÊNCIA RECONHECIDA

As boas práticas de gestão e os resultados de desempenho possibilitaram, pela primeira vez, em 2017, a premiação da Sanepar no nível corporativo com o Troféu Quíron Bronze do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS), promovido pelo Comitê Nacional de Qualidade da Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental), o maior reconhecimento para o setor no país. A empresa também foi contemplada com

Troféus Quíron Ouro para a Gerência Geral Sudoeste e para as Unidades Regionais Cascavel e Pato Branco. Essa premiação reflete para o mercado que a Sanepar adotou por completo o Modelo de Excelência de Gestão® (MEG), composto por metodologia de autoavaliação, avaliação independente e reconhecimento de boas práticas de gestão, desenvolvido pela Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) e introduzida no setor pelo PNQS.



O planejamento estratégico guia todas as áreas da Empresa, com o objetivo de melhorar o desempenho delas e gerar resultados

ESFORÇOS

Um dos reconhecimentos das boas práticas de gestão da Sanepar foi a conquista do Troféu Quíron de Bronze do PNQS



www.saneppar.com.br



Clientes

TEMAS MATERIAIS PRESENTES NO CAPÍTULO

- Qualidade dos serviços
- Acesso à água e aos serviços de esgotamento sanitário

PRIORIDADE

Uma das metas da Companhia é fortalecer as relações com seus dois grupos de clientes, o poder concedente e os consumidores finais

Relacionamento transparente, coerente e justo. Essa é conduta que a Sanepar estabelece com seus clientes ao aprimorar, ano a ano, os seus processos, buscando qualidade, agilidade no atendimento e universalização dos serviços. Dois grupos distintos são atendidos pela Empresa: o Poder Concedente, municípios que concedem os serviços por meio de contratos, e os consumidores finais, que recebem e consomem água potável, se utilizam da rede coletora e do serviço de tratamento de esgoto, e do serviço de gestão de resíduos sólidos urbanos.

Poder concedente

O Marco Regulatório do Saneamento (Lei Federal 11.445/2007), associado às leis que regem o setor, introduziu uma nova forma de relacionamento conhecido como contrato de programa, entre os municípios e o prestador de serviço. Atendendo ao que estabelece a legislação, a Sanepar já firmou 159 contratos nessa modalidade, sendo que em 2017 foram assinados 15 novos. Além dos contratos de programa, a Companhia também mantém os de concessão, o que totaliza 95% de contratos vigentes.

O contrato prevê a prestação de serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto pelo prazo de 30 anos, incluindo a execução de obras, a conformidade com a legislação sanitária e ambiental e a evolução dos níveis de atendimento com foco na melhoria da qualidade de vida da população. A alta capilaridade da empresa, com operações em todas as regiões do Estado, representa uma vantagem competitiva para o negócio em função do grande volume de contratos. Porém, significa também um desafio no que se refere



às formas de gestão e de relacionamento com os representantes do Poder Concedente, em razão das particularidades de cada localidade e dos gestores municipais.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Conforme estabelece o Marco Regulatório do Saneamento, todos os municípios brasileiros devem ter um Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), sob risco de ser vetado o acesso aos recursos federais. A elaboração do PMSB inclui consultas populares, que ocorrem por meio de audiências públicas e funcionam como um mecanismo de controle social. Nesse sentido, a Sanepar tem fortalecido a parceria com os municípios, cooperando tecnicamente para a elaboração dos planos de saneamento que envolvem água e esgoto.

O PMSB deve ser revisado a cada quatro anos, prevendo ações necessárias para assegurar e aumentar o acesso da população aos serviços de saneamento. Serviços esses que incluem: água, coleta e tratamento do esgoto doméstico, limpeza urbana, coleta e destinação do lixo urbano e drenagem e destinação das águas da chuva.

IMPORTÂNCIA DO RELACIONAMENTO

A Companhia mantém uma agenda anual de encontros e visitas com foco no monitoramento dos contratos de programa/concessão e das metas de atendimento dos serviços prestados, na identificação de demandas relacionadas aos contratos e na prospecção de novos clientes. Em 2017, foram realizadas mais de 560 visitas. A Sanepar também implementou o Programa Comunidade Sanepar, que promove reuniões com as comunidades para ouvir os anseios e as necessidades da população nas questões de infraestrutura de saneamento, além de repassar informações sobre os produtos, serviços e investimentos realizados. [G4-26](#) e [PR5](#).

PERFIL DOS CONTRATOS

346

concessões
municipais

159

contratos
de programa

187

contratos
de concessão

332

contratos
vigentes

14

contratos vencidos
(em negociação)

Consumidor final G4- DMA

Para assegurar a excelência dos serviços prestados – água, esgoto e gestão de resíduos sólidos urbanos – a Companhia investe na renovação e expansão das redes de distribuição de água e de coleta de esgoto, na modernização de equipamentos e na estrutura dedicada ao relacionamento com o cliente. Para se manter alinhada aos novos tempos, a empresa tem oferecido cada vez mais serviços *online*, inclusive, por meio de aplicativo disponível para *tablets* e *smartphones* (Android e iOS).

Porém, a necessidade tecnológica não substitui os investimentos nas centrais de atendimento presencial, que contam com painéis eletrônicos de distribuição de senhas para organizar o atendimento por tipo de demanda, auxiliando na redução do tempo de permanência no local. Não menos importante, é o treinamento constante dos empregados para atender os clientes de maneira eficiente e gentil. [G4-26](#).

ANÁLISES DE ÁGUA

A Sanepar realiza continuamente análises cumprindo com o compromisso de entregar água de qualidade à população e tratar de forma ambientalmente adequada o esgoto coletado, conforme prevê a legislação. Para isso, a empresa conta com 182 laboratórios descentralizados de água, 20 laboratórios regionais de esgoto e quatro laboratórios centrais situados em Maringá, Londrina, Cascavel e Curitiba, que possui a mais moderna infraestrutura da América Latina. Em 2017, foram feitas mais de 1,9 milhão de análises (11,76% a mais que em 2016) que apresentaram 99,8% de índice de conformidade da água distribuída. A empresa também realizou 76,9 mil análises de esgoto, aumento de 73% em comparação ao período anterior. [G4-PR1](#).

PROCESSO ÁGUA G4-PR1

	2015	2016	2017
CAPTAÇÃO			
Análises realizadas	76.577	67.670	79.190
Não conformidades	11,32%	11,22%	9,76%
TRATAMENTO			
Análises realizadas	692.216	634.071	716.300
Não conformidades	0,32%	0,20%	0,23%
DISTRIBUIÇÃO			
Análises realizadas	1.063.801	1.023.331	1.141.461
Não conformidades	0,09%	0,12%	0,04%



ACESSO FÁCIL

O aplicativo disponível para Android e iOS é um dos mais bem avaliados entre os produtos oferecidos por outras empresas do setor no país

SANEPAR MOBILE

O aplicativo para dispositivos móveis funciona nas plataformas Android e iOS e possibilita diversos serviços: atualização de cadastro, verificação de falta d'água, localização de centrais de relacionamento e de pontos de pagamento, solicitação de mudanças na data de vencimento de fatura, do endereço para entrega da conta e de consertos, obtenção de códigos para pagamento e consulta a informações sobre pagamentos efetuados, débitos, leitura e consumo. Nas lojas virtuais, onde é possível fazer o *download*, o aplicativo da Sanepar é um dos mais bem avaliados entre os disponibilizados por empresas de saneamento e de energia do Brasil.

SIMULADOR DE TARIFA NO SITE

Uma ferramenta no site da Sanepar auxilia o cliente a entender sua conta e o cálculo da nova estrutura tarifária, em “Clientes – Nossas Tarifas”. O simulador, que possui visual semelhante à conta da Sanepar, permite verificar os valores de água e de esgoto após a inserção de alguns dados, como o consumo, a categoria, a quantidade de economias e o local, além do mês de referência quando o município selecionado possui a sazonalidade.

MUDANÇA DA ESTRUTURA TARIFÁRIA

Atendendo a uma antiga demanda da população, a de pagar pelo volume de água consumido, e aos requisitos da Agência Reguladora do Paraná (Agepar), além de garantir a modicidade tarifária, a Sanepar alterou a estrutura tarifária passando de 10m³ para 5m³ de consumo mínimo faturável. Isso beneficiou cerca de 44% da população atendida pela empresa (4,6 milhões de pessoas) que consomem até 8m³ de água. A mudança na estrutura proporciona maior justiça tarifária e desestimula o consumo perdulário, trazendo ao cliente maior capacidade de gestão do seu consumo.

OUVIDORIA

Canal independente e imparcial que recebe, avalia e responde às queixas ou solicitações das pessoas que não receberam tratamento satisfatório nos canais convencionais de atendimento. O prazo da ouvidoria para respostas é de dez dias úteis. No site (<http://ouvidoria.sanepar.com.br>) é possível registrar contatos e fazer o acompanhamento das solicitações.

CONFIANÇA E CREDIBILIDADE G4-26, G4-DMA

Para monitorar a percepção dos consumidores e identificar pontos de melhoria, a Sanepar realiza anualmente, por meio de uma consultoria especializada, pesquisa para avaliar a satisfação do cliente, aplicando questionários estruturados para clientes residenciais e não residenciais. Especificamente para clientes especiais, em 2017, a Companhia realizou a segunda pesquisa qualitativa. Além de coletar as opiniões dos clientes, a Sanepar acompanha o grau de satisfação das pessoas que entram em contato com a Ouvidoria por meio de entrevistas te-

lefônicas e questionários online. Em 2017, a Sanepar também disponibilizou a Pesquisa do Teleadimento, por meio da qual o cliente pode, após o atendimento telefônico, avaliar o atendimento e o serviço prestado. Nos meses de novembro e dezembro o índice de satisfação ficou em 89%. No balanço do ano, 80,3% dos clientes consultados alegaram satisfação com os serviços prestados, índice menor que o de 2016 (84,8%). O reajuste na tarifa foi o principal motivo que influenciou na avaliação. Embora essa medida necessária tenha afetado a opinião dos consumidores, a Empresa entende que mantém imagem e serviços reconhecidos ao atingir diferentes avaliações na casa dos 80%. G4-PR5

ÍNDICES DE SATISFAÇÃO

80,3%
dos clientes estão
satisfeitos com os
serviços prestados

80,7%
estão satisfeitos
com a qualidade
da água

80,1%
preferem que a
Sanepar continue
atuando em seu
município

SANEAMENTO PARA TODOS

O Programa Tarifa Social garante o acesso à água tratada e aos serviços de coleta e tratamento de esgoto por meio de preço reduzido aos cidadãos que se enquadram nos requisitos previstos.

Em 2017, foram 186 mil famílias que se beneficiaram da tarifa social, cujo valor até 5m³ é de R\$ 13,20 (R\$ 8,80 da tarifa de água e R\$ 4,40 da tarifa de esgotamento sanitário). Esse montante representou 5,3% do total de economias residenciais da Companhia, equivalendo a um subsídio de quase R\$ 97 milhões.

O benefício contribui para a saúde e o bem-estar das famílias atendidas, pois deixam de correr risco de contrair doenças decorrentes da falta de saneamento. Micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais enquadrados no Programa de Isenção de ICMS do Governo do Estado, e entidades filantrópicas registradas em órgãos públicos também contam com tarifas diferenciadas.

PROGRAMA CAIXA-D'ÁGUA FAMÍLIA PARANAENSE

Aprovado em 2017 pela Companhia, o programa é uma parceria entre a Sanepar, a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social e os municípios, com o objetivo de atender as famílias paranaenses em situação de vulnerabilidade social, por meio do fornecimento dos materiais para a instalação de caixa-d'água em suas residências. Esse projeto pretende contemplar mais de 20.000 famílias em quatro anos.

CANAL DE RELACIONAMENTO PARA IMOBILIÁRIAS

Implementado em Curitiba e Região Metropolitana, esse canal é específico para o relacionamento virtual com imobiliárias. O objetivo é facilitar o atendimento e reduzir o tempo de espera nas centrais de relacionamento. A proposta é expandir o canal para todas as localidades atendidas.

REDE PARA O RECEBIMENTO DE CONTAS

A Companhia busca constantemente ampliar os canais para recebimento das contas de água, esgoto e serviços. Em 2017, com a implantação do retorno de arquivos via rajadas (arquivos transmitidos para Sanepar a cada 15 minutos), a rede de correspondentes bancários aptos para recebimento de contas, com qualquer data de vencimento, foi ampliada para 955 postos. Foi disponibilizada também, a modalidade de pagamento de conta por boleto bancário.

CADASTRO COMERCIAL

O cadastro comercial é de extrema importância no relacionamento com os clientes. Para enriquecimento deste cadastro (celular, e-mail entre outros complementos), a Companhia firmou convênio com o Detran-PR para troca de informações. Cerca de 55% dos clientes possuem número do telefone celular cadastrado, o que facilita a comunicação e a disponibilização de novos serviços, inclusive o envio de SMS para informações relevantes.

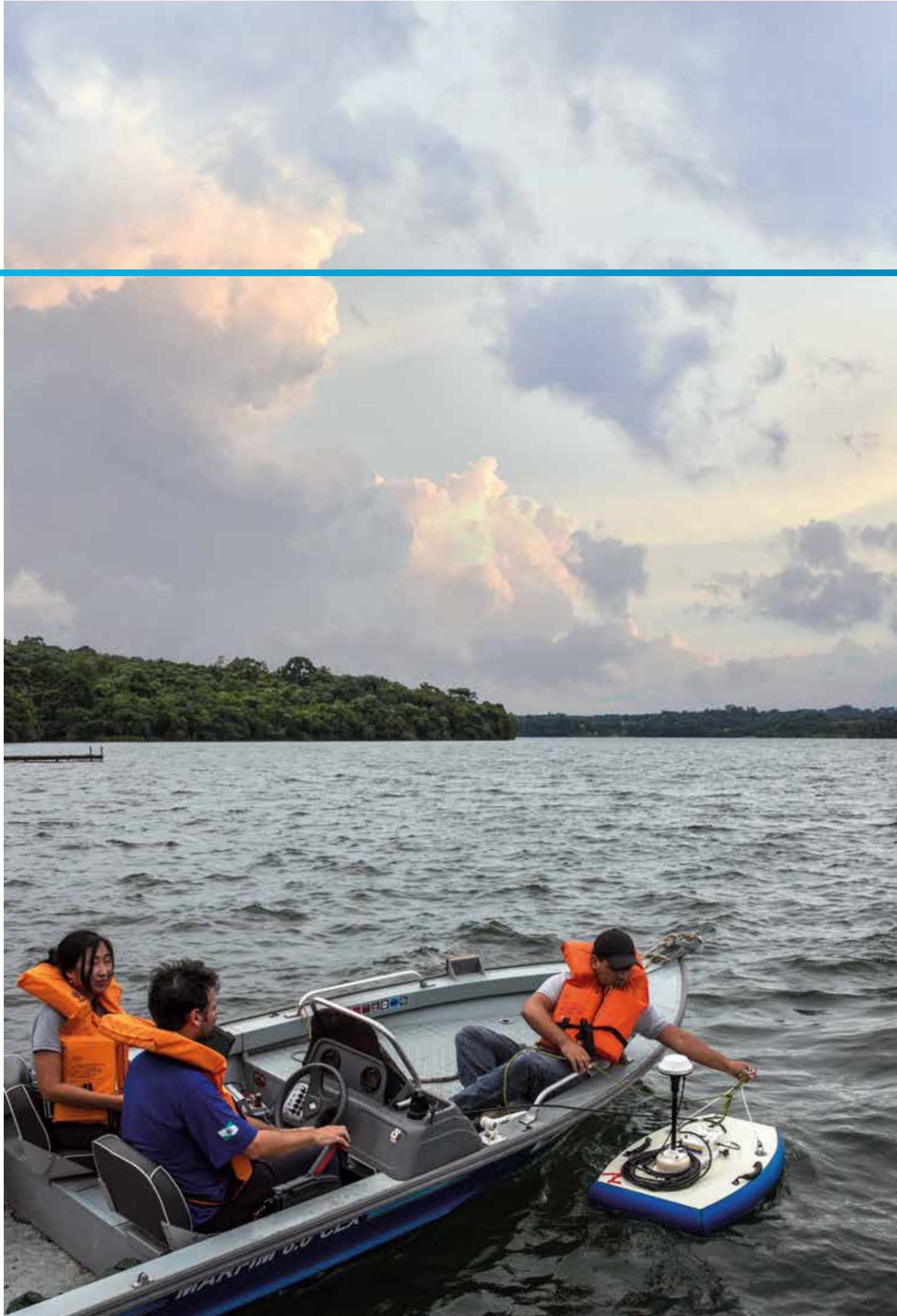


A Sanepar alterou o consumo mínimo faturável, de 10m³ para 5m³, beneficiando 4,6 milhões de pessoas que consomem até 8m³ de água.



ROTINA

Depois de tratada, a água passa por análises (1,9 milhão em 2017) para que chegue à população com a qualidade estabelecida pela empresa



Processos

TEMAS MATERIAIS PRESENTES NO CAPÍTULO

- Redução dos impactos ambientais da operação e busca de eficiência energética
- Gestão dos recursos hídricos
- Eficiência operacional e melhoria da infraestrutura
- Acesso à água e aos serviços de esgotamento sanitário

A eficiência operacional dos processos e a gestão ambiental adequada, perseguidas diariamente pela Companhia, são elementos-chave da atuação da Sanepar, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população e a evolução do negócio, traduzida em resultados positivos.

Para que isso aconteça, a Empresa mantém uma equipe capacitada continuamente, um plano de investimentos consistente que compreende obras de expansão e melhoria nas redes e instalações (estações de tratamento de água e de esgoto, reservatórios de água, elevatórias, redes de distribuição de água e de coleta de esgoto, centrais de relacionamento, etc.), busca da eficiência energética, redução dos impactos socioambientais e inovação dos processos com a adoção de novas tecnologias.

Processo água

O Paraná é um estado com alta disponibilidade hídrica, vantagem que não interfere no rigoroso aprimoramento dos processos e na manutenção da excelência dos serviços da empresa, tendo em vista que o foco da Sanepar é assegurar a já conquistada universalização do serviço de abastecimento de água com qualidade para 100% da população urbana dos municípios em que atua.

A eficiência das empresas de saneamento pode ser medida pelo Índice de Perdas, considerando todo o volume de água não faturado em função de vazamentos, submedições, fraudes e uso pelo Corpo de Bombeiros. Em 2017, a Sanepar atingiu o índice de 231,9 litros de ligação por dia, abaixo dos 233,1 litros registrados em 2016. A perda de água no Brasil, pela métrica do indicador PSD12 (perdas na distribuição na média dos últimos 12 meses) chega a 36,7% e na Sanepar foi de

FREQUÊNCIA

O monitoramento dos reservatórios é contínuo como forma de garantir a capacidade de produção

33,7% em 2016, conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2015).

AÇÕES DE MELHORIA

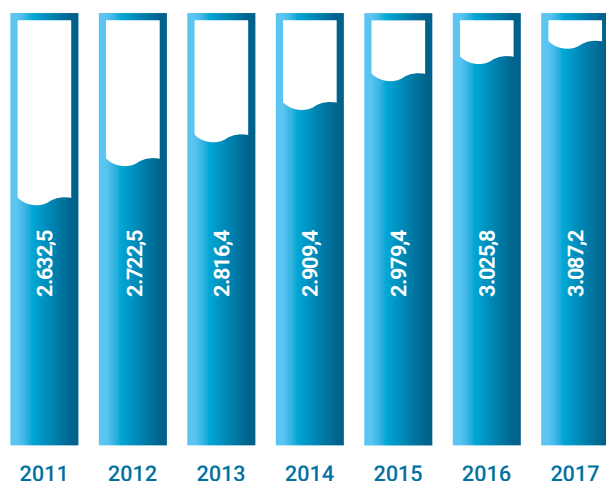
Para reduzir o índice de perdas, a Sanepar, além de manter medidores em 100% das ligações de água, investe na atualização de seu parque de hidrômetros composto por mais de 3 milhões de equipamentos instalados. Todos os anos, são substituídos cerca de

400 mil aparelhos, medida que garante uma idade inferior a cinco anos, prazo em que os hidrômetros passam a apresentar índices de submedição. O custo financeiro acarretado pela queda de eficiência dos aparelhos compensa essa substituição.

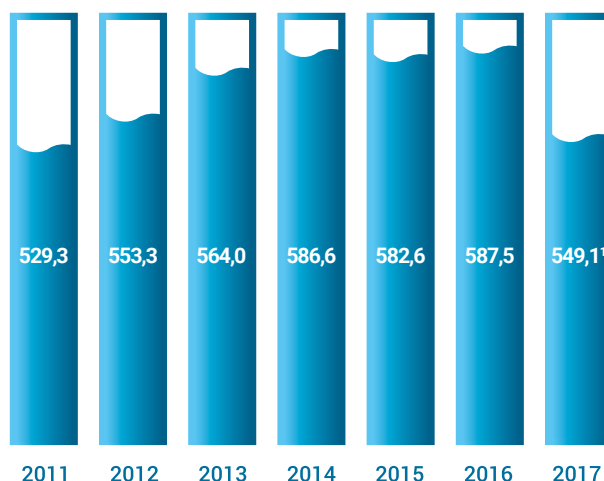
Além disso, um programa piloto de instalação de hidrômetros de alta tecnologia foi implantado em 2017. Os moradores do condomínio Alphaville Graciosa



NÚMERO DE LIGAÇÕES/ÁGUA (EM MILHARES)

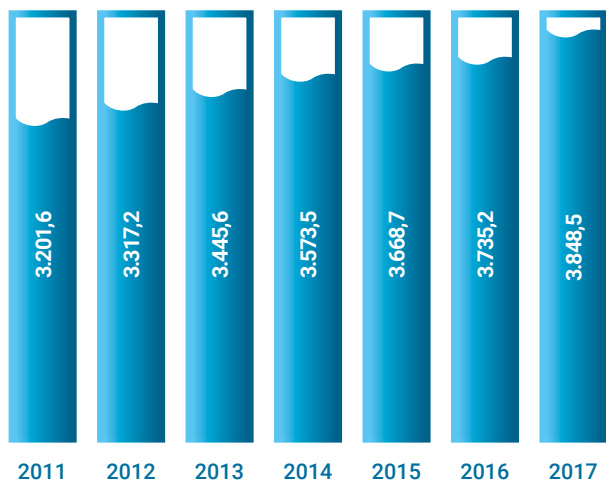


VOLUME FATURADO/ÁGUA (EM MILHÕES DE M³)

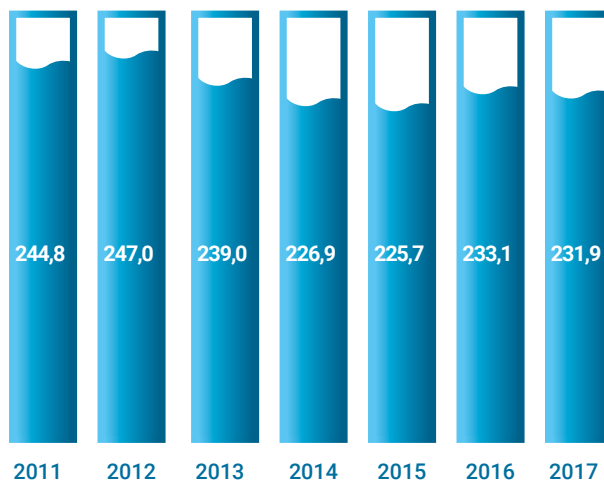


¹ Em 2017, houve a mudança da estrutura básica da tarifa mínima passando de 10m³ para 5m³.

ECONOMIAS ATIVAS¹/ÁGUA (EM MILHARES)



ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO (EM LITROS/LIGAÇÃO/DIA)



¹ O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar.

(854 imóveis no total), em Pinhais, são os primeiros clientes da Sanepar a participarem desse projeto que utiliza hidrômetros ultrassônicos com telemetria. São aparelhos extremamente precisos, capazes de medir vazões muito baixas, o que não ocorre com medidores mecânicos utilizados normalmente.

A Companhia também tem intensificado a utilização do plástico polietileno de alta densidade (PEAD), mais resistente e capaz de diminuir a ocorrência de vazamentos. Há ainda a atuação dos centros de controle operacional, que fazem o gerenciamento dos reservatórios e da pressão de água nas tubulações, direcionam as pesquisas de vazamento *in loco* e o trabalho rápido e eficiente das equipes de manutenção.

CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA G4-DMA

Em 2017, a Companhia lançou o Programa Moringa Cheia, que prevê um trabalho de recuperação de rios, nascentes e minas d'água que afetam o abastecimento dos municípios que a Sanepar atende. Por meio dele, a Sanepar vai disponibilizar recursos para proprietários rurais restaurarem Áreas de Preservação Permanentes (APP) com ações que englobam terraceamento (técnica agrícola de plantio elaborada para a contenção de erosões causadas pelo escoamento da água em áreas de vertentes), adequação de carreadores, recomposição da vegetação ciliar e cercamentos de áreas em recomposição. O ponto de partida é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), obrigatório a todas as propriedades independentemente do tamanho, região ou ocupação do solo. A proposta da Sanepar é disponibilizar o Moringa Cheia como uma linha de crédito no valor de até R\$ 30 mil. Caso o produtor cumpra as exigências feitas pelo CAR na sua propriedade em menos de seis anos, a empresa subsidia 95% do valor contratado.



A Sanepar coordena o Grupo Gestor do Rio Iguaçu, o maior do Estado, articulando iniciativas de revitalização, despoluição e preservação

O Moringa Cheia contemplará também o manejo do entorno dos reservatórios da própria Companhia. Isso demonstra seu engajamento e comprometimento com a efetividade na melhoria da qualidade da água, assegurando que seus reservatórios sejam abastecidos com água infiltrada e não com água de enxurrada. O Reservatório Iraí já está sendo manejado segundo esse princípio.

Ações em áreas patrimoniais da Sanepar, localizadas em perímetros urbanos e periurbanos, ameaçadas por invasões e deposições de lixo e resíduos, também fazem parte do projeto Moringa Cheia. Elas estão sendo objeto de adequações estruturais em termos de segurança e manejo ambiental para que, em um segundo momento, possam ser transformadas em parques, beneficiando a sociedade, não só pela melhoria da qualidade da água, mas também com a conservação do meio ambiente, educação ambiental e lazer para a comunidade.

Outro aspecto a ser destacado são as ações voltadas às Microbacias de Abastecimento. São 255 bacias de mananciais de abastecimento, que passaram a ser objeto de intervenção específica e objetiva por parte da Sanepar. Atendendo ao Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo), no qual a Sanepar está integrada por meio do Moringa Cheia, a intervenção prevista contempla de maneira pontual as Áreas de Preservação Permanente (APPs) de cada propriedade que compõe a microbacia. Em Piraquara, município onde se concentra os mananciais que abastecem Curitiba e Região Metropolitana, está sendo desenvolvido o projeto executivo para manejo de uma microbacia piloto, cuja execução possibilitará a obtenção de indicadores a serem considerados para o Estado como um todo.

O projeto Moringa Cheia será utilizado dentro do acordo estabelecido com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a conversão de multas que a Companhia sofreu entre 2011 e 2016. A despeito dos pontos de vista diferentes sobre essas punições, a Sanepar entende que além de pleitear a revisão de valores e prazos de pagamento, o caminho do consenso e não o da judicialização é a melhor forma de resolver impasses. Em 2017, a Companhia sofreu cinco novas autuações emitidas pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Foz do Iguaçu. As multas estão em fase de contestação pela Empresa. A Sanepar tem como princípio reportar todas as suas multas e não definir uma linha de corte (valor mínimo) para considerá-las como significativas ou não para a Companhia. Todas são avaliadas para que a Empresa possa se posicionar e oferecer uma contrapartida. G4-EN29.

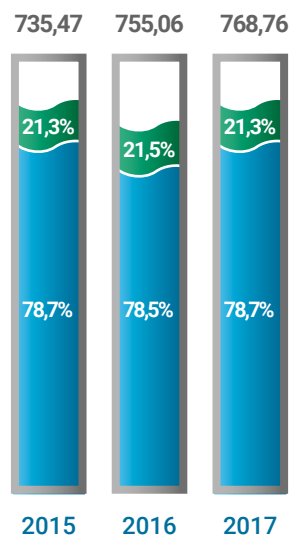
REVITALIZAÇÃO DOS RIOS URBANOS

O Programa de Revitalização dos Rios Urbanos (PRRU) é mais uma iniciativa de conservação dos recursos hídricos que consiste na aplicação de uma metodologia para identificar pontos críticos e apoiar a gestão da rede coletora de esgoto, por meio da medição do teor de oxigênio dissolvido em diferentes trechos de rios, córregos e galerias que cortam as cidades atendidas pela empresa. Essa iniciativa torna mais ágil as medidas necessárias para mitigar os impactos ambientais.

O PRRU engloba um monitoramento participativo, que capacita cidadãos das comunidades próximas para que eles identifiquem e comuniquem eventuais alterações nos corpos hídricos. O programa já passou por 95 bacias hidrográficas da Grande Curitiba, impulsionando iniciativas para a despoluição de parte do Rio Belém, dos rios Uvu, Bachareri, Bachareri Mirim, Pequeno e Itaqui, do Ribeirão Padilha e dos córregos Vila Izabel, Campo Comprido Muller, Água Verde e Henri Ford. Há também o monitoramento das bacias que compõem as barragens Iraí e Passaúna.

A Sanepar também coordena o Grupo Gestor do Rio Iguaçu, o maior do Estado (1.300 km de extensão e bacia de 70 mil km²), buscando articular iniciativas de revitalização, despoluição e preservação. O Rio Iguaçu nasce na Serra do Mar, desemboca no Rio Paraná (fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai) e abarca 109 municípios e mais de 40% da população paranaense, incluindo cidades como Curitiba, Guaruapuava, União da Vitória, Cascavel e Foz do Iguaçu.

CONSUMO DE ÁGUA POR FONTE (MILHÕES M³) G4-EN8, G4-DMA



ÁGUA SUBTERRÂNEA¹

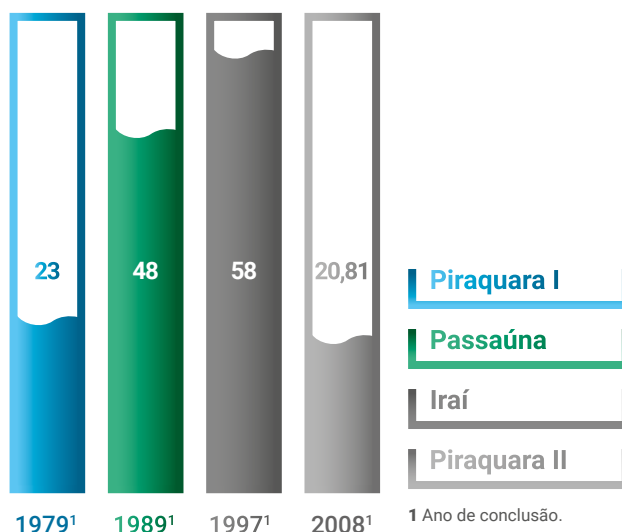
ÁGUA SUPERFICIAL

¹ Água subterrânea: total de água retirada nos processos de captação conforme sistema de macromedição. O cálculo considera o consumo informado nas faturas de energia elétrica referente ao período de janeiro a dezembro de cada ano.

GESTÃO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia possui quatro barragens (Piraquara I, Piraquara II, Iraí e Passaúna) para acumulação de água, localizadas na Região Metropolitana de Curitiba, que integram o Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (Saic). O Plano Diretor de Água da região, que prevê a demanda futura de água pelos próximos 30 anos, conta com a construção de mais duas barragens: Miringuava (obra iniciada em 2017) e Faxinal. O monitoramento dos níveis dos reservatórios é contínuo, a fim de garantir a plena capacidade de produção, assim como a integridade física do maciço, por meio de instrumentação, cumprindo os requisitos previstos na lei de segurança das barragens. Os relatórios completos, conforme as exigências legais, são entregues anualmente ao Instituto das Águas do Paraná (IAP).

SISTEMA INTEGRADO DE CURITIBA (SAIC) (CAPACIDADE EM MILHÕES DE M³)



Processo esgoto G4-DMA

Com foco no aprimoramento dos serviços diretamente ligados à saúde e qualidade de vida dos cidadãos, a Sanepar investe de forma contínua na ampliação e na modernização do sistema de coleta e tratamento de esgoto. Em 2017, a rede coletora alcançou 35,3 mil km de extensão (6,6% maior em relação ao ano anterior) e o destaque foi para a segunda fase de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Belém, com investimento total de R\$ 105 milhões. Com a expansão, essa estação que atende Curitiba e parte de São José dos Pinhais triplica sua capacidade de tratamento de esgoto, para 2.520 l/s.

No Litoral, tem sequência a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Pontal do Paraná e Matinhos, com 25 mil novas ligações de esgoto. As obras, com investimento de R\$ 252 milhões e cronograma de execução até 2019, vão garantir níveis ainda mais adequados de balneabilidade das praias. O índice de coleta e tratamento de esgoto em Matinhos deve alcançar 85% – hoje chega a 69%. Em Pontal do Paraná, passará de 42% para 75%.



35.264 km
de rede coletora

2.040.292
ligações

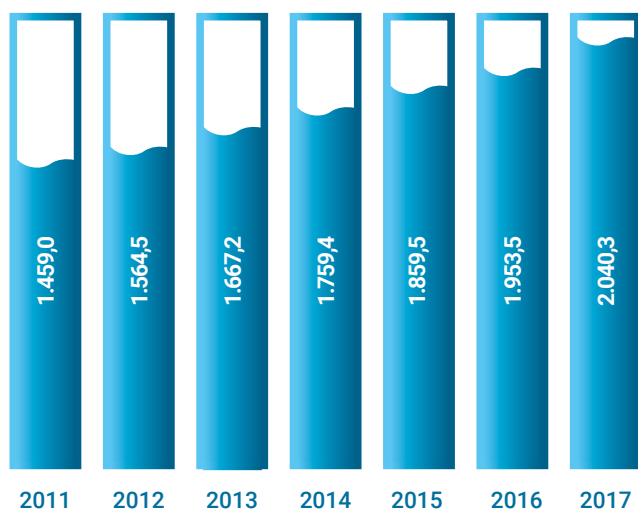
243
estações
de esgoto

70,6%
de cobertura

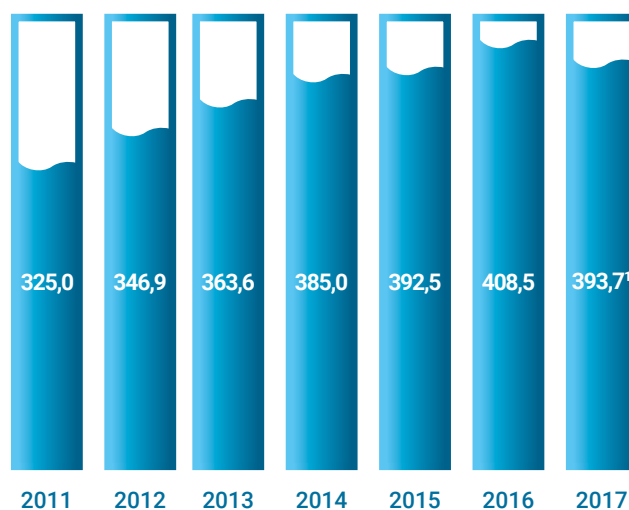
100%
de tratamento
do esgoto
coletado



NÚMERO DE LIGAÇÕES/ESGOTO (EM MILHARES)

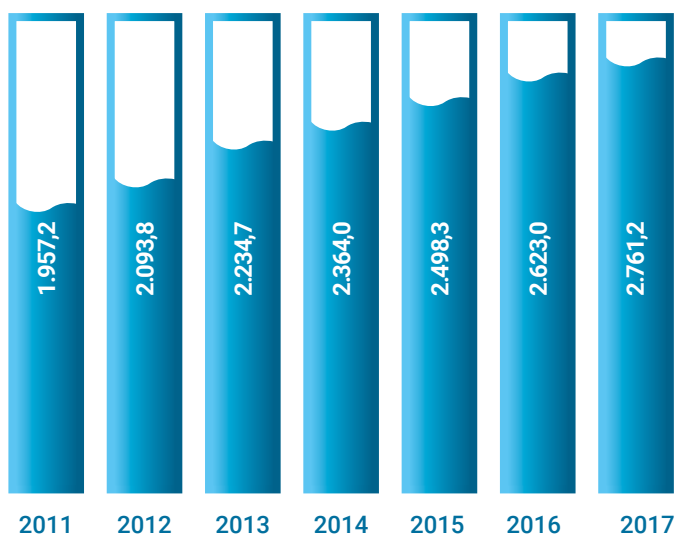


VOLUME FATURADO/ESGOTO (EM MILHÕES DE M³)



¹ Em 2017, houve a mudança da estrutura básica da tarifa mínima passando de 10m³ para 5m³.

ECONOMIAS ATIVAS¹/ESGOTO (EM MILHARES)

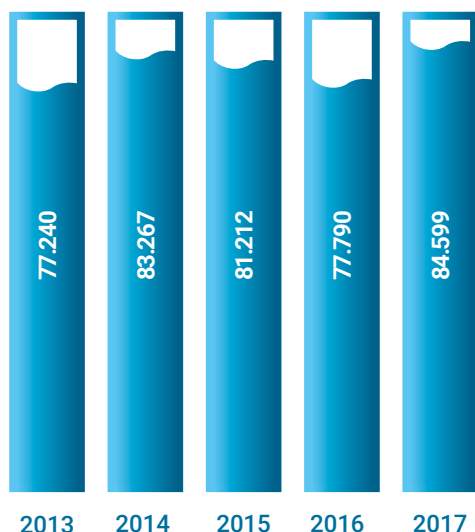


¹ O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar.

DESCARTE DE EFLUENTES G4-EN22

Antes de ser descartado em corpos d'água, o efluente do processo de esgoto passa por diferentes tecnologias de tratamento aeróbio, anaeróbio e físico-químicos. A função das estações de tratamento de esgoto é remover a carga poluidora, atendendo aos limites dos diferentes parâmetros determinados na legislação ambiental. Além de monitorar o descarte, a Sanepar mede a carga removida no processo de tratamento. O indicador utilizado leva em consideração os limites-padrão de todos os parâmetros avaliados e a carga orgânica medida, conforme Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO). Para amenizar odores causados pelo processo de tratamento de esgoto, a Empresa implementa diversas ações como clausura com exaustão para tratamento dos gases, aplicação de produtos químicos e o plantio de arbustos e árvores que formam cortinas verdes para reduzir a dispersão dos gases pela ação dos ventos em torno dos reatores.

CARGA ORGÂNICA REMOVIDA (T/ANO)¹



¹ A referência 2017 foi possível por meio de dados reais, calculados por Concentrações Afluentes e Efluentes Médias e obtidas em 87% das ETE, que respondem por mais de 98% da Carga Orgânica Tratada.

LODO NA AGRICULTURA

No Brasil, o lodo do esgoto gerado durante o tratamento é predominantemente disposto em aterros sanitários. Trata-se de um processo que, além de re-

presentar cerca de 60% do custo operacional de uma estação, gera impactos ao meio ambiente no que se refere ao manejo dos resíduos sólidos urbanos, especialmente nas grandes cidades. Uma das medidas adotadas pela Sanepar foi dar melhor destinação ao lodo produzido nas estações de tratamento, encaminhando parte dele à reciclagem agrícola. Essa decisão ocorreu em decorrência das pesquisas desenvolvidas pela Empresa em parceria com instituições do Brasil e do exterior, além do atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Esse trabalho influenciou diretamente a legislação brasileira de disposição agrícola de lodo, culminando na elaboração da Resolução CONAMA 375/2006 que define critérios e procedimentos para o uso agrícola de lodo de esgoto gerado em estações de tratamento de esgoto sanitário e seus produtos derivados. Em 2017, foram destinadas 25,4 mil toneladas de lodo higienizado a 36 agricultores para adubação de diferentes culturas de grãos em um total de 1.867 hectares. O projeto foi reconhecido como boa prática de gestão sustentável dos recursos naturais por publicação especializada do Programa da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).



MELHOR DESTINAÇÃO

Parte do lodo produzido nas estações de tratamento é encaminhando para uso agrícola.

RESÍDUOS DE ETE (EM TONELADAS) G4-EN23

TIPO	DESTINAÇÃO	2016	2017
Resíduos de tratamento preliminar (gradeamento ¹)	Aterro	9.036	30.330
Resíduos de tratamento preliminar (desarenador ²)	Aterro	22.854	
Lodo	Aterro	45.471	81.969
	Destinação agrícola	25.422	28.388
TOTAL		102.783	140.687

1 Resíduos sólidos grosseiros (lixo) removidos do gradeamento na chegada do esgoto à ETE.

2 Resíduos sólidos sedimentáveis (areia) removidos do desarenador na chegada do esgoto à ETE.

3 Lodo de esgoto com cal (entre 30% e 50%) utilizado para higienização do produto.

4 Não foi possível quantificar separadamente os resíduos de tratamento preliminar em 2017, pois muitas unidades regionais utilizaram a mesma caçamba para descartar os materiais. A Companhia prepara um plano de ação para reverter esse processo e manter o monitoramento como nos anos anteriores.

5 O aumento da destinação de lodo se deve ao envio do produto, armazenado em pátio há mais de um ano, para o aterro de material.

PROCESSO RESÍDUOS SÓLIDOS

Desde 2002, a Sanepar atua na área de gestão de resíduos sólidos urbanos, outro componente do ciclo de saneamento ambiental. A Companhia é responsável pela gestão de três aterros sanitários: Apucarana, Cianorte e Cornélio Procópio. Todo volume de resíduo coletado é tratado e tem destinação correta, como estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em 2017, a Sanepar atuou diretamente no tratamento de mais de 62 mil toneladas de resíduos, atendendo 289 mil pessoas ao longo do ano. O primeiro aterro gerido

foi o de Cianorte, que atende também os municípios de São Tomé, Terra Boa, Guaporema e Indianópolis. Trata-se do primeiro aterro sanitário do país operado por uma empresa estadual de saneamento a obter a certificação NBR ISSO 14.001 de gestão ambiental. Em Apucarana, a Sanepar gerencia as etapas de recebimento, tratamento e disposição final de resíduos. Já em Cornélio Procópio, a atuação é mais complexa e envolve as etapas prévias ao recebimento: coleta, transporte e transbordo.

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS (t) G4-EN23

	2016 ¹	2017
Aterro sanitário	49.321	62.104
Apucarana	22.363	30.907
Cianorte	19.820	20.620
Cornélio Procópio	7.138	10.577
Reciclagem	1.557	1.536
TOTAL	50.878	63.640

1 O aumento de 25,91% em relação ao ano anterior se deve ao aprimoramento da coleta de dados e da gestão de processos.

**3**

aterros sanitários

7

cidades atendidas

100%de tratamento
dos resíduos coletados**62,1**toneladas de resíduos
tratados no ano

Pesquisa, desenvolvimento e inovação

A Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento, ligada à Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social, lidera os projetos de inovação da Companhia, setor que tem recebido investimentos e apoio constantes. Ao todo, a área coordena mais de 100 iniciativas voltadas para soluções tecnológicas, inovadoras e sustentáveis, ao mesmo tempo, para água, esgoto, resíduos sólidos urbanos e eficiência energética. Para isso, a Empresa mantém o Centro de Tecnologias Sustentáveis que atua em parceria com centros de pesquisa e universidades do Brasil, Alemanha, Holanda, México, Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Coreia do Sul, entre outros.

Por meio dos benefícios fiscais, como a Lei do Bem (concessão de incentivos fiscais a empresas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica), as iniciativas buscam aprimorar uma série de processos, como projetos de eficiência energética e até mesmo antecipar tendências, a exemplo de estudos de dessalinização da água do mar. Como se sabe, a água doce não é um bem infinito e antever desafios futuros faz parte das ações da Companhia. Essa pesquisa é realizada em parceria com a

University of North Texas (EUA), University College London (Reino Unido) e Universidade Estadual de Ponta Grossa. O ano de 2017 foi especialmente marcante para a área, que consolidou um convênio com o banco alemão KfW para o projeto Probiogás, no valor de 50 milhões de euros, voltado para a recuperação energética de subprodutos das estações de tratamento de esgoto. Outros programas ligados à reutilização do esgoto tratado estão prestes a entrar no mercado. Um deles é o produto seco e higienizado voltado ao uso agrícola, que se transforma em importante fertilizante para o plantio de grãos sem oferecer nenhum risco de contaminação para a planta e para o solo. Além disso, está em implantação o projeto piloto para utilização da tecnologia biodome nas lagoas de efluentes. Trata-se de redomas que promovem a aeração da água, diminuindo a formação de algas e do mau cheiro.

A Companhia promove, ainda, dois prêmios com o objetivo de estimular a inovação sobre eficiência energética, o Prêmio Inova Sanepar voltado aos empregados, e o Prêmio Sanepar de Tecnologias Sustentáveis, aberto a pesquisadores do Brasil.

Gestão ambiental G4-DMA

A gestão de seus processos em consonância com o uso sustentável dos recursos naturais e com a busca pela conformidade legal são premissas da Sanepar. A Companhia tem uma visão estratégica estruturada sobre o tema e persegue o uso equilibrado e eficiente desses recursos e a consequente conservação do meio ambiente. O assunto é tratado com transparência, integra as discussões da alta liderança e é alvo de esforço contínuo para conscientizar todos os profissionais sobre a importância das questões ambientais para a continuidade do negócio.

Isso se reflete em diversas ações e programas desenvolvidos. O Sistema de Gestão Ambiental Corporativo (SGAC), implantado em 2014, atua em diversas frentes: no controle e atendimento dos requisitos e normas legais, no estabelecimento de objetivos, metas e indicadores de monitoramento, na capacitação de profissionais e na melhoria dos controles internos relacionados à gestão ambiental.

A Companhia também realiza anualmente, desde 2013, diagnósticos ambientais nos processos de produção de água, tratamento de esgoto e nos aterros sanitários, verificando o atendimento aos requisitos da legislação ambiental vigente, direcionando as ações de melhoria e investimentos.

Baseado nos parâmetros da NBR ISO 31000, norma de gestão de riscos, a Sanepar implementou o Sistema de Gestão de Riscos Ambientais, que permite identificar, avaliar, classificar e tratar esse tipo de risco nos processos de água, esgoto e resíduos sólidos.

Nos últimos três anos, a Companhia investiu mais de R\$ 7,7 milhões em proteção ambiental. Em 2017, o direcionamento dos aportes foi na gestão de emissões de gases de efeito estufa e em educação ambiental.

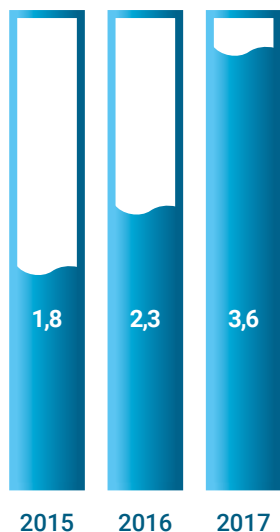
G4-EN31

INVESTIMENTOS EM PROTEÇÃO AMBIENTAL (EM R\$) G4-EN31	2015	2016	2017
Educação socioambiental externa	3.641.293	4.285.815	5.457.409
Educação socioambiental interna	2.353.661	2.622.679	3.205.145
Programa de Revitalização de Rios Urbanos (PRRU)	314.501	272.060	339.928
Projeto sinalização de mananciais	493.864	427.935	180.121
Pesquisa e desenvolvimento¹	4.311.110	4.628.142	7.971.401
Gestão de Gases de Efeito Estufa (GEE)	161.484	189.814	158.168
Gestão de barragens²	-	-	1.683.345
Certificações ISO 14001 e ISO 31000	1.152.349	998.515	2.178.588
TOTAL	12.428.262	13.424.960	21.174.555

¹ O custeio previsto para a Pesquisa Desenvolvimento para 2018, é de R\$ 9,5 milhões contemplando pessoal, materiais, serviços, viagens, convênios e investimentos.

² A gestão de barragens é uma atividade relativamente nova na Sanepar. Em 2015, foi formada uma equipe de monitoramento e inspeções das barragens, que substituiu a Gestão de reservatórios. Para 2018, este indicador tende a aumentar com novos projetos e estudos para a área.

INVESTIMENTO EM PROTEÇÃO AMBIENTAL (R\$ MILHÕES)



CERTIFICAÇÕES

A Sanepar foi a primeira empresa de saneamento da América Latina a obter uma certificação NBR ISO 9001 em um sistema produtor de água, a Estação de Tratamento de Água Itaquí em Campo Largo, em 1997. Atualmente, o escopo do certificado abrange o sistema produtor e o centro de controle de distribuição de água tratada da Região Metropolitana de Curitiba, todos os processos “do rio ao rio” (engloba os processos de água, esgoto, comercial, manutenção e operação de redes e administrativos) de Londrina, além dos processos relativos a projetos e obras. Londrina e Curitiba são as duas maiores cidades do Paraná.

Essa certificação teve influência na Companhia inteira, proporcionando melhor controle e atendimento da legislação aplicável, padronizou as atividades de produção de água, tratamento de esgoto, operação e manutenção das redes, atendimento ao cliente, controle de qualidade dos produtos e serviços, projetos e obras, além dos processos administrativos. Resultou, também, em maior capacitação e desenvolvimento dos empregados, eficiência dos processos, eficácia na gestão e redução no consumo de insumos.

Baseado nos requisitos da norma NBR ISO 9001 e na experiência obtida com as certificações externas, foi implantado o processo de certificação interna, que atualmente contempla o processo comercial da regional de Toledo e o processo água da regional de Cornélio Procopio.

Em 1999, a Companhia foi a primeira das Américas a conquistar certificação externa baseada na NBR ISO 14001 para o sistema de Foz do Iguaçu, englobando os processos “do rio ao rio”. Em 2012, também obteve essa certificação externa para o Aterro Sanitário de Cianorte. Para manter essas certificações, a Sanepar tem definidos controles operacionais, objetivos, metas e planos de ação para reduzir os impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

A exemplo da certificação interna na NBR ISO 9001, também foi implementado o processo de certificação interna na NBR ISO 14001, que atualmente engloba todos os processos da regional do Litoral e os processos de serviços eletromecânicos e das estações de tratamento e elevatórias de esgoto da região Sudoeste.

PRESEÇA EM FÓRUMS

A Sanepar participa de diversos órgãos colegiados com caráter consultivo ou deliberativo nas esferas municipal, estadual e federal, como conselhos, câmaras técnicas e comitês de bacia. Por meio deles, a Empresa compartilha seu conhecimento com outros atores da sociedade (Poder Público, empresas públicas e privadas, ONGs, Ministério Público, entre outros) e tem a oportunidade de se posicionar em discussões e deliberações importantes. Além disso, tal participação mantém a Empresa a par das novas informações e tendências que a auxiliam no aprimoramento da gestão sustentável do negócio e na garantia de conformidade com as legislações pertinentes.

A Companhia integra dez Comitês das Bacias Hidrográficas: Coalhar (Alto Iguaçu e afluentes do Rio Ribeira), Baixo Ivaí e Paraná I, Tibagi, Jordão, Piraponema (Pirapó, Paranapanema 3 e Paranapanema 4), Norte Pioneiro (Cinzas, Itararé, Paranapanema 1 e Paranapanema 2), Paraná III, Baixo Iguaçu e Litorânea vin-

culados ao Instituto das Águas do Paraná e, o Parapanema vinculado à Agência Nacional de Águas. Os órgãos promovem o debate entre diversos setores da sociedade sobre a água e a gestão eficaz dos recursos hídricos. Nos comitês, a Sanepar contribui diretamente para a elaboração de estudos técnicos e a implantação de novas políticas. **G4-16**

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA G4-DMA

A redução do consumo de energia elétrica é um dos grandes desafios ambientais das empresas de saneamento. Na Sanepar, cerca de 91% de toda energia consumida está direcionada às etapas de captação, tratamento e distribuição de água. Por ser considerado o principal custo do negócio, várias medidas são tomadas para a redução do consumo, como a diminuição das atividades operacionais em horários de pico, quando a tarifa é mais cara, e a manutenção periódica das unidades operacionais, como forma de identificar e reparar possíveis vazamentos.

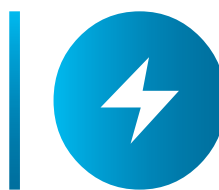
Além do processo consolidado de geração de energia elétrica a partir do biogás na ETE Ouro Verde, em Foz do Iguaçu, a Sanepar está realizando investimentos em usinas experimentais de geração fotovoltaica, com a implantação de usinas na Captação Passaúna (Curitiba) e nas Estações de Tratamento de Água Miringuava (São José dos Pinhais) e Tibagi (Londrina). A energia gerada por essas usinas será consumida nas próprias unidades e o excedente, quando ocorrer, será injetado na rede da concessionária local de energia, gerando créditos nas faturas.

Buscando a geração hidroenergética nos sistemas de água, foi implantado como projeto-piloto no Centro de Reserva Aeroporto, bombas hidráulicas que funcionam como turbinas, em substituição às válvulas redutoras de pressão. Essas bombas, além de reduzir a pressão na rede, permitem o aproveitamento da energia hidráulica excedente, transformando-a em eletricidade, que é consumida no próprio sistema. Novos projetos experimentais serão iniciados em Curitiba e Londrina em 2018.

Foi também implantado o projeto de gerenciamento de energia elétrica online na Estação de Tratamento de Água Iraí (Curitiba), que consiste numa ferramenta de monito-

ramento e gestão. A experiência adquirida com esse projeto-piloto alicerçou conhecimentos e requisitos para a contratação de um sistema completo de monitoramento de energia, por meio da Internet, nas maiores cargas de três regionais da Companhia: Curitiba e Região Metropolitana; Londrina e Cambé; e Cascavel e Foz do Iguaçu, totalizando 93 pontos a serem monitorados. A expectativa é que essa ferramenta auxilie as áreas de operação e de manutenção da Sanepar a melhorar a gestão e reduzir os custos de energia nos processos eletrointensivos.

Cabe destacar a cooperação técnica estabelecida com a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) no âmbito do Proeesa – Projeto de Eficiência Energética em Sistemas de Abastecimento de Água, que tem como objetivo desenvolver ferramentas para avaliação do potencial de economia de ações de eficiência energética além de mecanismos para o autofinanciamento dessas ações.



FUTURO

A Companhia busca aprimorar uma série de processos e, entre eles, estão os projetos de eficiência energética

INTENSIDADE ENERGÉTICA¹ G4-EN5	2015	2016	2017
Processo água (kWh/m ³ produzido)	0,849	0,836	0,839
Processo esgoto (kWh/m ³ tratado)	0,171	0,180	0,170

¹ O consumo de energia foi mensurado de janeiro a outubro e estimado para novembro e dezembro.

CONSUMO DE ENERGIA (GJ) G4-EN3	2015	2016¹	2017	Var. (%) 2016x2017
Não renovável	113.448	112.082	124.432	11,02
Gasolina	76.064	72.705	82.444	13,40
Gás Natura Veicular (GNV)	-	388	-	-
Óleo diesel	37.384	38.991	41.987	7,68
Renovável (etanol)	10.962	16.801	16.297	-3,00
Energia elétrica ²	2.436.120	2.448.684	2.502.090	2,18
TOTAL	2.560.530	2.577.569	2.642.819	2,53

¹ Os dados de 2016 foram atualizados com base na mensuração de novembro e dezembro, reportados no relatório anterior a partir da estimativa do processo.

² O consumo de energia de 2017 foi mensurado de janeiro a outubro e estimado em novembro e dezembro.

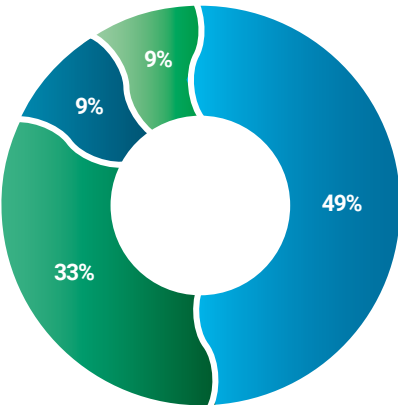
TOTAL DE ENERGIA VENDIDA (GJ) G4-EN3



DIA A DIA

Na ETE Ouro Verde, em Foz do Iguaçu, a geração de energia elétrica é proveniente do biogás

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA¹ G4- EN3



Processo água (produção)

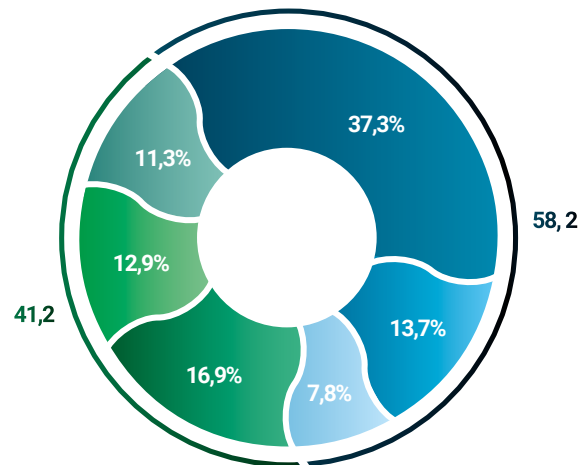
Processo água (distribuição)

Processo esgoto

Outras atividades

¹ Dados referentes a 2017.

ENERGIA ELÉTRICA – FONTES²



Renováveis

Biomassa de cana

Hidráulica

Outras

Não renováveis

Petróleo e derivados

Gás natural

Outras

² Com base no Balanço Energético Nacional (BEN), 2016, do Ministério de Minas e Energia.



TECNOLOGIA

A CS Bioenergia irá produzir energia elétrica a partir de lodo e outros materiais orgânicos em 2018

CS BIOENERGIA

Produzir energia elétrica a partir de lodo e de outros materiais orgânicos é um dos investimentos feitos pela Sanepar (com participação acionária de 40% no negócio) em parceria com a Cattalini Bioenergia, que juntas, formaram a CS Bioenergia S.A. Essa unidade de biodigestão de alta tecnologia construída na Estação de Tratamento de Esgoto Belém, em Curitiba, proporcionará uma solução ambientalmente adequada para o lodo produzido e reduzirá custos da Sanepar com a disposição desse resíduo. Prevista para entrar em funcionamento em 2018, a CS Bioenergia tem potência instalada de 2,8 MW e previsão de geração de 22,4 GW/h de energia elétrica anualmente. Essa energia é suficiente para atender 2.100 casas ou 8.400 pessoas. A energia gerada será utilizada pela Sanepar e o excedente poderá ser comercializado.

REDUÇÃO DE EMISSÕES G4- DMA

Em 2009, a Sanepar tornou-se a primeira empresa do País em seu setor a realizar e divulgar o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), passando a monitorar suas emissões desde então, por meio do Mapeamento de Gases de Efeito Estufa – Margee. Esse mapeamento permite quantificar as emissões de GEE das atividades diretas e indiretas da empresa. Ao identificar os processos principais, quando possível, a Sanepar realiza ações para reduzir ou neutralizar as emissões. Além de reduzir ao mínimo os passivos ambientais, a Companhia está em busca da sustentabilidade no desenvolvimento de seus processos.

A Sanepar é uma das poucas empresas do setor de saneamento a realizar esse mapeamento e seu inventário de GEE é divulgado na plataforma GHG (*Greenhouse Gases*) Protocol, servindo como exemplo para outras organizações. O histórico das publicações de emissões da Sanepar está disponibilizado no www.registropublicodeemissoes.com.br. Em 2017, a Sanepar submeteu seu inventário de GEE a uma verificação de terceira parte, credenciada pelo Inmetro, obtendo o Selo Ouro de Confiabilidade junto ao GHG Protocol. O inventário GEE deste ano será publicado no segundo semestre. Os dados, portanto, só estarão disponíveis no relatório de 2018.

Em relação ao período anterior, o aumento de 5% das emissões diretas registrados em 2016 se deve ao maior número de população atendida pela rede coletora de esgoto e por resíduos aterrados no passado, que ainda continuam emitindo gás metano. Por sua vez, as emissões indiretas diminuíram 33,18%, em razão da redução do fator emissão do Sistema Interligado Nacional (SIN). G4- EN15, G4- EN16, G4-EN18

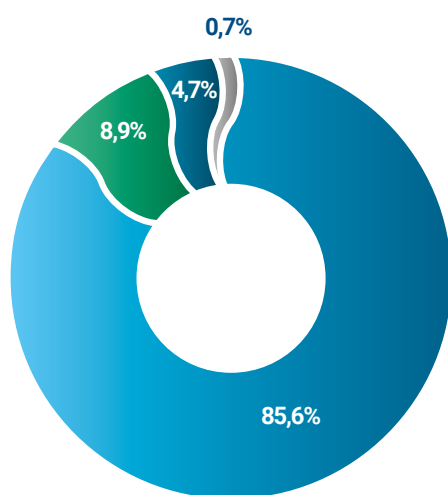
A Sanepar é uma das poucas empresas do setor de saneamento que monitora suas emissões por meio do Mapeamento de Gases de Efeito Estufa-Margee

EMISSIONES POR PROCESO G4-EN18

ÁGUA	2014	2015 ¹	2016
Emissões indiretas (tCO ₂ e)	92,2 mil	84,2 mil	56,3 mil
Intensidade indireta (k CO ₂ e/m ³ produzido)	0,12	0,11	0,08
ESGOTAMENTO SANITÁRIO			
Emissões diretas (tCO ₂ e)	808,2 mil	1.103,9 mil	1.159,7 mil
Intensidade direta (k CO ₂ e/m ³ tratado)	2,49	2,53	3,29
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS			
Emissões diretas ³ (tCO ₂ e)	44,9 mil	44,9 mil	47,1 mil
Intensidade direta (k CO ₂ e/t destinada)	697,0	759,3	828,5

¹ Os valores de 2015 foram recalculados a partir de nova metodologia, implantada em 2016, e, portanto, são diferentes dos números divulgados no relatório anterior.
Nota: O inventário de GEE de 2017 será publicado no segundo semestre de 2018.

EMISSIONES TOTAIS POR FONTE¹ (%)



Tratamento de efluentes e disposição do lodo agrícola

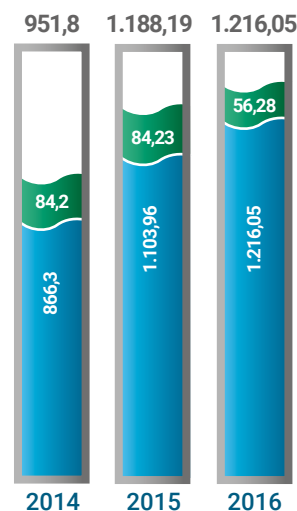
Disposição de resíduos sólidos urbanos

Compra de energia elétrica

Consumo de combustíveis

¹ Dados referentes a 2016.

EMISSIONES TOTAIS¹ (mil t CO₂e) G4-EN15 e G4 EN-16



Diretas

Indiretas

Total emissões diretas e indiretas (mil tCO₂e)

OUTROS RESÍDUOS

Além dos resíduos decorrentes do processo de esgotamento sanitário, as demais instalações e atividades da Companhia geram resíduos que também têm destinação correta. Esse é o caso dos materiais descartados nos laboratórios centrais da Sanepar e nos laboratórios instalados nas próprias estações de tratamento. A empresa ainda realiza algumas iniciativas para assegurar o correto descarte de hi-

drômetros substituídos, de lâmpadas e outros materiais. Em 2017, houve um aumento na geração de resíduos devido a implantação de novos parâmetros e alterações nas metodologias de análises no Laboratório Central de Curitiba da USAV (em atendimento à legislação referente a lodo de esgoto), além da Portaria 2914/2011 para água potável. [G4-EN23](#).

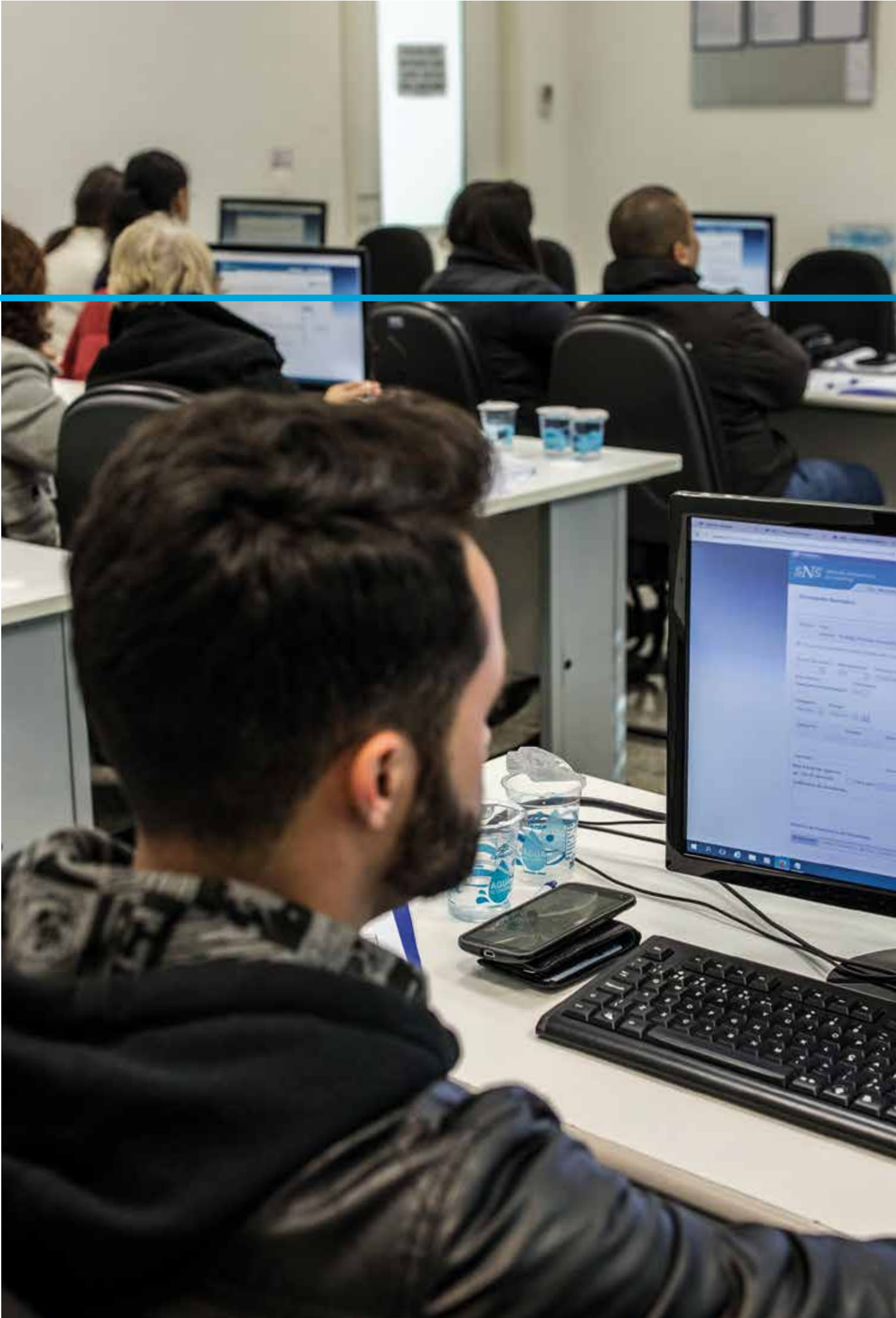
LABORATÓRIOS – DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS (T) [G4- EN23](#)

Material	2015	2016	2017
NÃO PERIGOSOS			
Reciclagem ¹	10,91	10,91	10,43
Aterro sanitário ²	9,24	9,24	5,89
TOTAL	20,15	20,15	16,32
PERIGOSOS³			
Incineração (queima de massa)	5,23	6,29	4,99
Aterro sanitário	0,41	0,09	-
Autoclavagem e/ou micro-ondas	3,01	2,96	6,28
TOTAL	8,65	9,33	11,26

¹ Papel de escritório, A4, jornal, resíduos de plástico, papelão e material reciclável.

² Resíduos sanitários, restos de alimentos, papel toalha contaminado com gordura.

³ Reagentes laboratoriais vencidos e produtos químicos. A autoclavagem também engloba resíduos de serviços de saúde infectantes e perfurocortantes.



Pessoas

TEMA MATERIAL PRESENTE NO CAPÍTULO

• Educação ambiental

EQUIPE

A Sanepar realiza uma série de iniciativas voltadas para o cuidado e o desenvolvimento de seus profissionais

PROFISSIONAIS SANEPAR

Ao longo de seus 54 anos, a Sanepar fez de sua atuação um exemplo para as companhias de saneamento do mercado. Como se sabe, uma empresa, além da competência nos negócios, é construída pela relação que estabelece com seus funcionários. Na Companhia, os 7.165 empregados são a base para assegurar a excelência operacional e, por essa razão, alvo de atenção permanente.

Além do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), de ações que garantem um ambiente de trabalho seguro e saudável a todos e da estratégia de valorização e aprimoramento do conhecimento, a Empresa vem investindo em medidas para assegurar cada vez mais a igualdade de oportunidades. Entre elas, há o programa específico de equidade de gênero, que segue os Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs, na sigla em inglês) da Organização das Nações Unidas (ONU), com uma política empresarial específica, que permeia o Código de Conduta e Integridade da Companhia.

A equidade de gênero faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), do qual a Empresa é signatária. [G4-26](#) Em 2017, as mulheres representavam 21,9% do total de empregados, ocupavam 27,5% dos cargos de liderança e 11,1% do principal órgão de governança da Companhia, que é o Conselho de Administração. A partir de 2017, a companhia passou a integrar os aprendizes em suas operações contando com 268 jovens (174 mulheres e 94 homens). No caso dos estagiários, a proporção é dividida igualmente entre homens e mulheres. [G4-10](#), [G4-LA12](#), [G4-DMA](#)

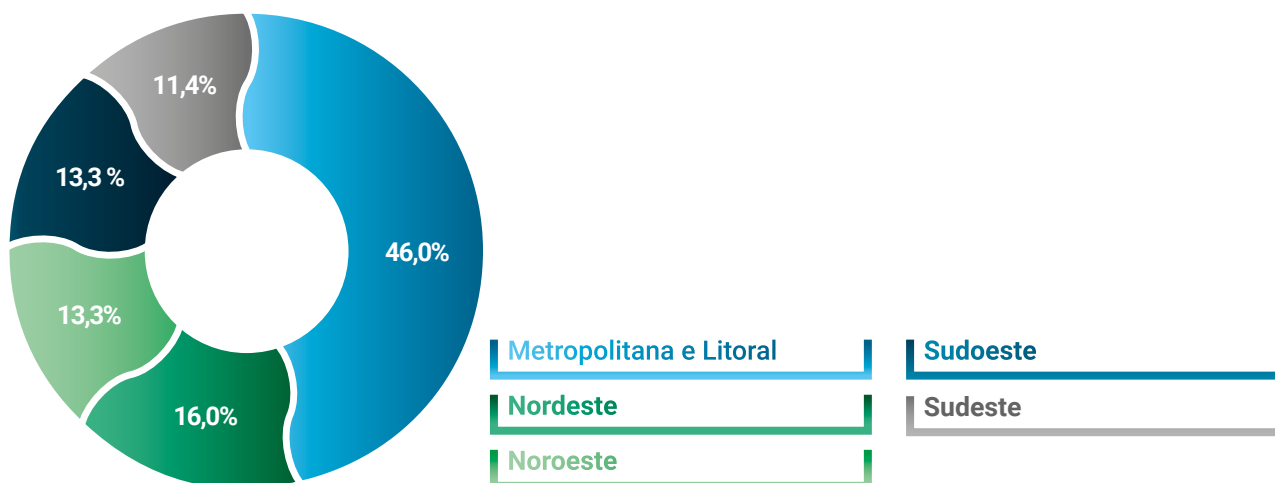
NÚMERO DE EMPREGADOS POR NÍVEL FUNCIONAL G4-10

Número de empregados por nível funcional	2015	2016		2017	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Conselho	33	32	1	38	2
Diretoria	9	9	0	8	0
Gerencial	607	419	152	340	132
Profissional	800	482	267	488	257
Técnico	958	740	198	756	202
Operacional/ Administrativo	5.108	4.129	948	4.046	936
Estagiários	321	104	118	90	89
Total por gênero	7.836	5.915	1.684	5.766	1.618
TOTAL	7.836	7.599		7.384	

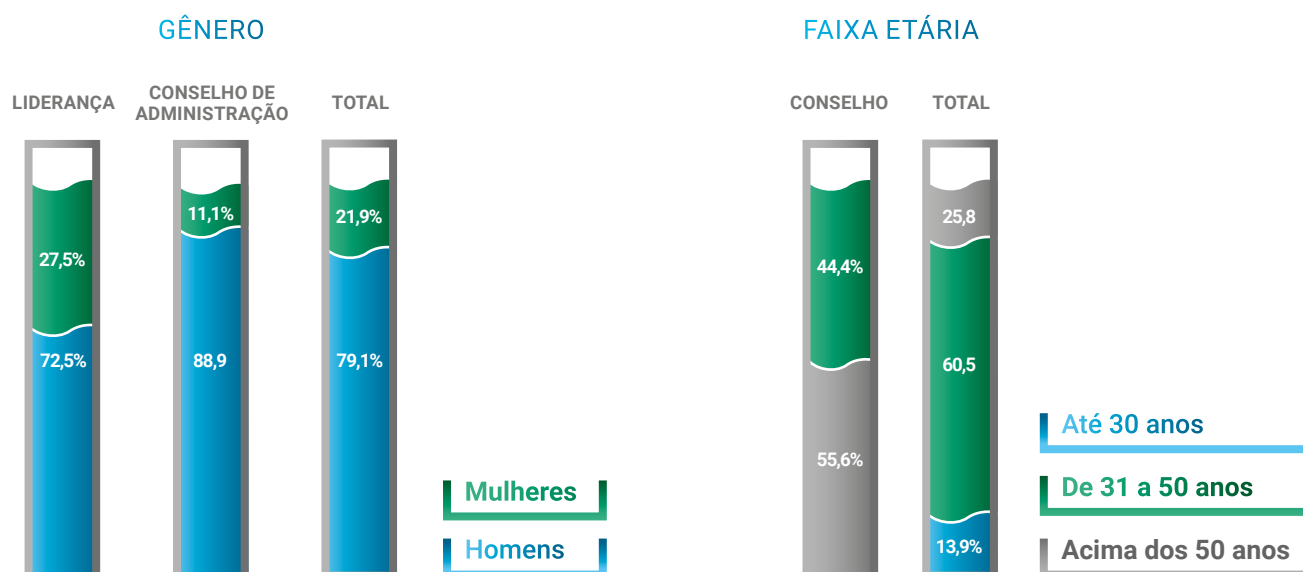
Número de empregados ¹ por região	2015	2016		2017	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Região Nordeste	1.316	1.028	137	1.010	136
Região Noroeste	1.056	786	134	812	141
Região Metropolitana e Litoral	3.183	2.543	1.044	2.329	967
Região Sudeste	879	665	101	693	123
Região Sudoeste	1.039	757	149	794	160
Total por gênero	7.473	5.779	1.565	5.638	1.527
TOTAL	7.473	7.344		7.165	

¹ Não considera estagiários e conselheiros.

EMPREGADOS POR REGIÃO (%) G4-10



DIVERSIDADE (%) G4- LA12



PLURALIDADE

O monitoramento sobre a representatividade de funcionários negros e com deficiência física passou a ser realizado efetivamente em 2016. Nesse período, 4,42% dos colaboradores eram negros e 1,06% deficientes (entre os níveis gerencial, profissional e técnico). Em 2017, esses percentuais foram de 4,72% e 1,31%, respectivamente. G4-LA12.

AVALIAÇÃO SALARIAL G4- DMA

As análises relacionadas a média salarial medem a diferença do salário-base entre homens e mulheres que trabalham na Companhia. Nos últimos três anos, a média salarial das mulheres que pertencem ao Conselho foi superior a dos homens. Para os demais níveis, o aumento do salário masculino foi maior que o feminino. G4-LA13

MÉDIA SALARIAL (MULHERES/HOMENS) G4-LA13

	2015	2016	2017
Conselho	1,33	1,3	1,09
Diretoria¹	-	-	-
Gerencial	0,99	1,06	0,94
Profissional	1,13	0,89	0,89
Técnico	1,15	0,82	0,84
Operacional/Administrativo	1,01	0,91	0,91

¹ Não há mulheres em cargo de direção.

GESTÃO DO CONHECIMENTO G4-DMA

O Programa de Educação Corporativa a Distância, lançado em 2016, possibilita maior acesso à capacitação para todos os empregados, disponibilizando mais de 130 cursos. Dentre eles, cabe destacar aqueles voltados ao negócio e aos conhecimentos mais importantes da Companhia: água, esgotamento sanitário, manutenção de redes, comercial e relacionamento com clientes. Em 2017, o programa emitiu 10,7 mil certificados de um total de 15.609 inscrições.

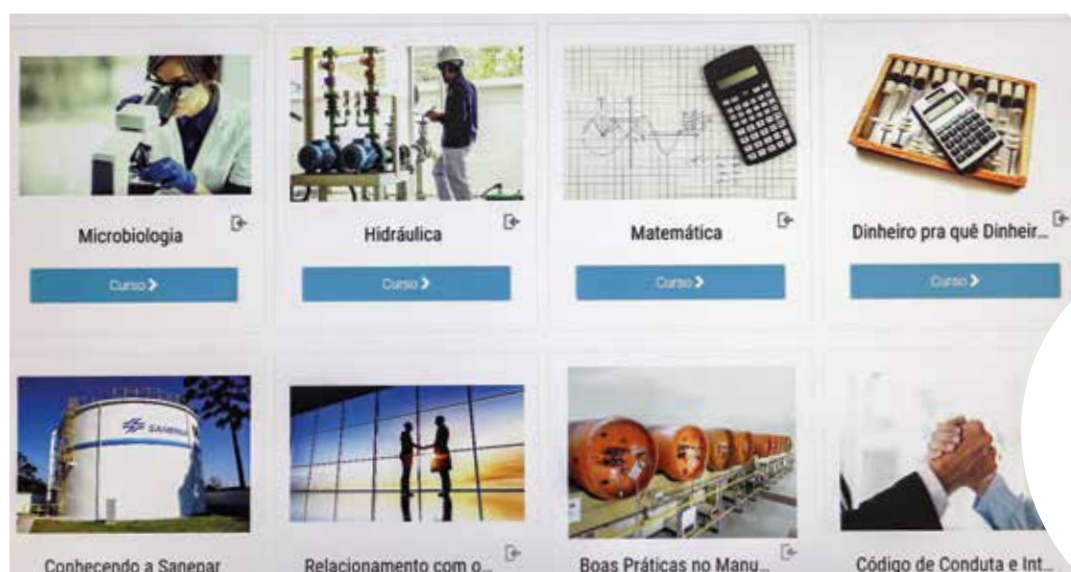
Além da educação a distância, são realizadas capacitações presenciais para as funções gerenciais, técnicas e operacionais, em instalações adequadas para cada público como em laboratórios de água e de esgoto, laboratório de manutenção de redes e ramais e no Complexo Tarumã, em Curitiba. Há também cinco ETAs-Escola (Estações de Tratamento de Água) localizadas em Curitiba, Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, que levam teoria e prática à equipe operacional a partir das salas de aula e dos laboratórios com equipamentos modernos. Em 2017, os treinamentos presenciais e online totalizaram 523.451 mil horas, média de 71,29 horas por empregado. [G4-LA9](#)

Essas iniciativas contribuem para a futura implantação da Universidade do Saneamento, cuja função será a de concentrar a gestão e a disseminação do

conhecimento técnico especializado na Companhia, zelando pelo capital intelectual da equipe e pela qualidade de saneamento ambiental entregue à sociedade.

APERFEIÇOAMENTO E FORMAÇÃO DE LÍDERES

Desenvolvido em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), o programa de Capacitação e Aperfeiçoamento Gerencial (Cage), iniciado em 2015, na sua terceira fase de implementação, em 2017, passou a incluir profissionais com potencial para exercer cargos de liderança, selecionados a partir de um processo seletivo interno. As fases 1 e 2 foram direcionadas para gerentes e coordenadores. O modelo de aprendizado prevê que ao final de cada módulo, os participantes desenvolvam um projeto com aplicabilidade na Companhia, sob a supervisão da alta liderança que compartilha experiências e aproxima os conteúdos desenvolvidos ao longo do curso com a realidade de trabalho na Sanepar. Em 2017, 140 profissionais foram formados e mais 225 iniciaram o Cage. Desde o início, o programa já formou 292 empregados.



CONHECIMENTO

O Programa de Educação Corporativa a Distância possibilita maior acesso à capacitação de todos os empregados

CAPACITAÇÃO MÉDIA POR EMPREGADO (h) G4-LA9

	2015	2016	2017
POR CATEGORIA FUNCIONAL			
Gerencial	99,2	64,1	124
Profissional	79,2	74,8	91,7
Técnico	66,5	62,3	76,8
Operacional	46,2	48,7	63,1
POR GÊNERO			
Homens	54,9	51,7	69,6
Mulheres	63,8	57,6	77,2
TOTAL	56,7	54,3	71,3

AVALIAÇÃO E DESEMPENHO DE CARREIRAS

O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), baseado na gestão para resultados, define procedimentos, políticas de administração de pessoal e salários, estrutura técnica, perfis de carreira profissional, competências desejadas e atribuições de cada cargo, para atender as demandas organizacionais. Anualmente, mensura o desempenho de todos os empregados e líderes para estimular a busca do alto desempenho e do alcance de metas, além de incentivar e proporcionar o crescimento pessoal e profissional dos empregados.

A avaliação de desempenho dos empregados consiste na mensuração do atendimento das competências individuais, desdobradas em conhecimentos, habilidades, atitudes, atributos comportamentais e de entrega, nível de produtividade e efetividade, bem como a apuração dos resultados dos indicadores. Em 2017, a empresa envolveu mais de 90% dos empregados nesse processo. G4-LA11

SATISFAÇÃO DO EMPREGADO

A Sanepar avalia o bem-estar e a satisfação das pessoas, desde 2001, por meio de pesquisa de clima organizacional denominada Fale Francamente.

A pesquisa é disponibilizada a todos os empregados efetivos, via Intranet, com acesso por senha individual, para garantir a credibilidade e a confidencialidade do processo. Os resultados da pesquisa são analisados por meio de metodologia denominada Devolutiva do Fale Francamente, realizada com a participação dos empregados e líderes, com o objetivo de identificar as oportunidades de melhoria e sugestões para tratamento dos fatores e definir planos de ação, que são incluídos no planejamento setorial ou estratégico. Na última pesquisa realizada em 2016, a participação dos empregados chegou a 81,81%, com nota geral de 7,27 pontos, numa escala de 0 a 10.

SAÚDE E SEGURANÇA

A empresa adota uma série de iniciativas, fruto de investimentos significativos, voltadas para a saúde e segurança. As medidas de prevenção estão entre as mais importantes, tais como: técnicos de segurança do trabalho atuando diretamente nas áreas operacionais; avaliações *in loco* das áreas de trabalho para identificação de pontos de melhoria nas rotinas de higiene e padrões de prevenção aos riscos ocupacionais; análise das condições ergonômicas da equipe funcional, com a definição de planos de ação decor-

rentes; campanhas anuais de vacinação contra gripe; atuação efetiva das Cipas, entre outras.

A Sanepar disponibiliza a todos os empregados o plano de saúde e assistência (SaneSaúde), assim como o plano de previdência privada (FusanPrev), benefícios administrados pelas Fundações Sanepar de Previdência e Assistência Social, entidades jurídicas sem fins lucrativos.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Os acordos coletivos abrangem 100% dos empregados e eles são estabelecidos por meio de negociação com 22 sindicatos. Nos últimos anos, a Sanepar estreitou o relacionamento com essas entidades e foi criado na empresa, em caráter permanente, a Comissão de Relações Sindicais. G4-11

Responsabilidade socioambiental

Além de prestar serviços de saneamento ambiental com excelência, contribuindo para melhorar a saúde e a qualidade de vida da população, a Companhia busca consolidar o relacionamento com as comunidades atendidas e engajar esse público na conservação dos corpos hídricos e da biodiversidade e no uso racional dos recursos naturais. As ações de educação ambiental são voltadas à população das cidades em que a Sanepar está presente e aos empregados, que atuam como agentes multiplicadores dos conceitos e práticas. G4-26

SE LIGUE NA REDE

O objetivo do programa é sensibilizar a população sobre a importância de realizar a correta ligação entre o imóvel e a rede coletora para evitar a poluição dos corpos hídricos. Embora a ação seja de responsabilidade de cada morador, a Sanepar acompanha de perto as interligações executadas e fornece as orientações necessárias.

As equipes do programa começam a atuar antes mesmo do início da obra para estabelecer um canal de

diálogo com a comunidade e oferecer informações técnicas, como por exemplo, impactos gerados, cronograma e responsabilidades da empresa e da população. Para ganhar força, a iniciativa ainda engloba a mobilização de lideranças comunitárias e de órgãos públicos locais.

O programa também contempla a capacitação de encanadores para que eles façam corretamente a ligação do imóvel à rede de esgoto da Sanepar, dando oportunidade de formação profissional e geração de renda. Durante e depois do fim das obras, a Sanepar realiza eventos socioeducativos com a finalidade de tornar os moradores em multiplicadores dos conceitos de conservação ambiental.

A resposta positiva da comunidade ao programa se reflete na correta interligação ao sistema de esgotamento sanitário. Em 2017, a Sanepar atuou pelo programa em mais de 50 regiões do Estado, atingindo o índice de quase 21 mil imóveis interligados corretamente.

Educação ambiental para a comunidade

O Centro de Educação Ambiental Mananciais da Serra (Ceam), localizado na área do Reservatório do Carvalho, Região Metropolitana de Curitiba, é o local onde visitantes, especialmente estudantes, podem percorrer trilhas e conhecer as instalações do primeiro sistema de abastecimento público do Paraná. Esse sistema

está dentro de uma Área de Preservação Ambiental no município de Piraquara. Lá, estão situadas as nascentes dos principais rios que abastecem Curitiba e Região Metropolitana. Em 2017, 10.084 pessoas participaram das ações realizadas no Ceam Mananciais da Serra.

O Museu do Saneamento, mantido pela Sanepar, é um espaço de memória e cultura sobre o saneamento do Estado do Paraná, que promove o conhecimento e a reflexão entre o homem e o meio ambiente. Desde 2014, está instalado na antiga Estação de Tratamento de Água Tarumã, a primeira da capital paranaense, construída em 1945. O acervo histórico é composto de 10 mil peças entre plantas, documentos, fotografias e outros objetos. Em 2017, 1.560 pessoas participaram das ações promovidas pelo Museu do Saneamento.

OPERAÇÃO VERÃO PARANÁ

No verão, o uso racional da água é o foco das atividades no litoral paranaense. A Sanepar instala chuveiros, conhecidos como Ecoduchas, nas areias das praias de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. Desde 2016, a empresa disponibiliza “cadeiras anfíbias” para que pessoas com dificuldade de locomoção ou deficiência possam entrar no mar de maneira segura. Essas e outras ações são estratégias para a orientação aos veranistas sobre o uso consciente da água nas piscinas, no banho, sobre a importância das ligações à rede coletora de esgoto, entre outros.

ECOEXPRESSO

As boas práticas de conservação da água chegam até as comunidades de todo Estado a bordo do Ecoexpresso. São cinco ônibus adaptados, com função educativa, que estaciona em escolas ou em praças públicas. Quem o visita tem a oportunidade de conhecer o caminho da água desde o rio até as torneiras. E, principalmente, o processo de tratamento e controle de qualidade pelo qual ela passa antes de chegar a seu destino. Além disso, os visitantes passam a compreender como essa água depois de utilizada, percorre a rede de esgoto, recebe o tratamento adequado e, depois de atingido os parâmetros exigidos, volta ao rio.

Temas como disposição e tratamento de lixo urbano, mudanças climáticas, desmatamento, gestão de resíduos e saúde também fazem parte do repertório do Ecoexpresso, que atendeu 66 Municípios e foi visitado por 56.387 pessoas em 2017.



CIRCULAR

O Ecoexpresso leva informações sobre boas práticas de conservação de água a todas as comunidades

Educação ambiental para os empregados

PROGRAMA USE O BOM SENSO

Por meio desse programa, a Sanepar desenvolve e consolida junto a 100% do seu público interno, atitudes que favorecem a conservação e melhoria do ambiente de trabalho e da qualidade de vida; promoção da sustentabilidade por meio do combate ao desperdício, do uso responsável dos recursos e insumos e da minimização e gestão integrada dos resíduos sólidos gerados. O Use o Bom Senso é uma das estratégias de atuação junto a perspectiva Pessoas para a promoção do objetivo estratégico Atuar com Responsabilidade Socioambiental, junto aos empregados, terceiros e sociedade.

ECOPROSA

A Empresa promove encontros mensais com o objetivo de reunir empregados em um “café com prosa” para a discussão de questões ambientais. Em 2017, alguns dos temas abordados foram: agroecologia e saúde, uso da água na agricultura, destinação do óleo de cozinha, hortas domésticas e consumo de alimentos sem agrotóxicos.

SE LIGUE NESSA IDEIA: SEM ÓLEO NA REDE

Há três anos, a empresa implantou o Se Ligue Nessa Ideia: Sem Óleo na Rede, com o objetivo de conscientizar os empregados sobre os riscos de descarte inadequado do óleo de cozinha, que pode provocar entupimentos e prejuízos às redes coletoras de esgoto.

Agora, com maior abrangência, o programa passou a compor o Trate bem a Rede, e chega para as comunidades alcançando grande repercussão. Por meio de campanhas de esclarecimento e educação ambiental, o programa fixou o objetivo de mostrar que a rede de esgoto não pode ser o destino de todo tipo de resíduo. Em 2017, foram coletados 4.108 litros, destinados posteriormente a parceiros da Sanepar, entidades sem fins lucrativos que apoiam projetos sociais. Desde seu início já foram implantados 128 pontos de coleta à disposição da população em 20 cidades do Estado.



AMBIENTAL

O Ecoprosas promove encontros mensais entre os empregados para abordar temas ambientais que fazem parte do dia a dia, como hortas domésticas, consumo de alimentos sem agrotóxicos etc



Um importante objetivo da Companhia é manter ações de educação ambiental que alcançam empregados e comunidades do entorno de suas operações

RECURSOS POR RENÚNCIA FISCAL (EM R\$ MIL)	2017
Cultural e artístico	4.000
Esportes	1.000
Fundo da Criança e do Adolescente	1.000
Fundo do Idoso	1.000
Pronon (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica)	1.000
Pronas (Programa Nacional de Apoio à Atenção de Saúde da Pessoa com Deficiência)	735
PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador)	5.079
Incentivo Empresa Cidadã	898
Lei do Bem	2.344
TOTAL	17.056

Balanço social Ibase

Balanço social anual	2016			2017		
1) Base de cálculo	Valor (Mil R\$)			Valor (Mil R\$)		
Receita Operacional Líquida (ROL)	3.477.525			3.869.401		
Lucro Operacional (LO)	789.585			914.073		
Folha de Pagamento Bruta (FBP)	899.883			926.708		
2) Indicadores sociais internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre o FBP	% Sobre o ROL	Valor (Mil R\$)	% Sobre o FBP	% Sobre o ROL
Alimentação	89.583	9,95	2,58	94.491	10,20	2,44
Encargos sociais compulsórios	194.333	21,60	5,59	206.464	22,28	5,34
Previdência privada	28.340	3,15	0,81	30.566	3,30	0,79
Saúde	54.877	6,10	1,58	60.241	6,50	1,56
Vale transporte	1.671	0,19	0,05	1.488	0,16	0,04
Segurança e saúde no trabalho	10.504	1,17	0,30	11.638	1,26	0,30
Educação	19	-	-	12	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.837	0,32	0,08	4.191	0,45	0,11
Creches ou auxílio-creche	2.187	0,24	0,06	2.313	0,25	0,06
Participação nos lucros ou resultados	53.123	5,90	1,53	69.681	7,52	1,80
Outros	138.511	15,39	3,98	119.662	12,91	3,09
Total – Indicadores Sociais Internos	575.985	64,01	16,56	600.747	64,83	15,53
3) Indicadores sociais externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre o FBP	% Sobre o ROL	Valor (Mil R\$)	% Sobre o FBP	% Sobre o ROL
Cultural, artístico, audiovisual e desportivo	4.246	0,54	0,12	5.000	0,55	0,13
Fundos da Criança e do Idoso	1.700	0,22	0,05	2.000	0,22	0,05
Programas de assistência à saúde e oncológico	850	0,11	0,02	1.735	0,19	0,04
Lazer e diversão	1.518	0,19	0,04	1.539	0,17	0,04
Outros	9.112	1,15	0,26	6.723	0,74	0,17
Total das contribuições para a sociedade	17.426	2,21	0,49	16.997	1,87	0,43
Tributos (excluídos encargos sociais)	436.880	55,33	12,56	550.414	60,22	14,22
Total – Indicadores Sociais Externos	454.306	57,54	13,05	567.411	62,09	14,65
4) Indicadores ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre o FBP	% Sobre o ROL	Valor (Mil R\$)	% Sobre o FBP	% Sobre o ROL
Relacionados com a operação da empresa	851.251	107,81	24,28	961.734	105,21	24,85
Em programas e/ou projetos externos	30.575	3,87	0,89	43.070	4,71	1,11
Total dos investimentos em meio ambiente	881.826	111,68	25,36	1.004.804	109,93	25,96

Balço social anual	2016			2017		
5) Indicadores do corpo funcional	2016			2017		
Nº de empregados(as) ao final do período	7.344			7.165		
Nº de admissões durante o período	217			212		
Nº de estagiários(as)	222			179		
Nº de empregados(as) acima dos 45 anos	3.094			2.992		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.565			1.527		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	26,00%			24,87%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa¹	326			338		
Nº de pessoas com deficiências ou necessidades especiais²	82			98		
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	15,25			23,04		
Número total de acidentes de trabalho	401			364		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() to-dos(as) emprega-dos(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) emprega-dos(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção	() direção e gerências	(X) to-dos(as) emprega-dos(as) + Cipa	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) emprega-dos(as) + Cipa
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) to-dos(as) emprega-dos(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) emprega-dos(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) to-dos(as) emprega-dos(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) emprega-dos(as)
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são consi-derados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são consi-derados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de emprega-dos(as) em programas de trabalho volun-tário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) or-ganiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incen-tiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	2.435.923			2.720.151		
Distribuição de Valor Adicionado (DVA)	24,1% governo	38,3% emprega-dos(as)	13,5% retido	25,5% governo	35,9% colabora-dores(as)	13,3% retido
	12,2% acionistas	11,9% terceiros		12,0% acionistas	13,3% terceiros	

¹ Cota de afrodescendentes em concurso público a partir do ano-calendário 2005.

² Cota de deficientes físicos em concurso público a partir do ano-calendário 2000.



Sobre o relatório

O Relatório de Administração é um dos principais instrumentos de prestação de contas da Sanepar a acionistas, analistas de mercado, clientes, empregados, fornecedores e demais públicos. O conteúdo do documento abrange o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 e, pela terceira vez, adota a metodologia internacional de relato *Global Reporting Initiative* (GRI), em sua versão G4, opção Essencial.

Também serviram de base para a elaboração do documento a metodologia Conselho de Normas Contábeis de Sustentabilidade (SASB, na sigla em inglês) e os pronunciamentos do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (Codim). A Sanepar também está atenta às tendências em relato corporativo e na busca pela transparência. A partir disso, se inspira nos princípios de relato integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), ainda que não atenda aos requisitos completamente. Esse é um processo constante de melhoria contínua.

A definição dos conteúdos e indicadores reportados no documento considerou os indicadores operacionais pertinentes a Sanepar e ao seu setor de atuação, como taxas de cobertura de rede, índices de perdas, investimentos em expansão e modernização, parâmetros monitorados etc – além de tópicos sociais, ambientais e econômicos mais relevantes na percepção da Sanepar e de seus públicos de relacionamento. Em 2016, foi realizado um processo de materialidade, com consulta aos públicos interno e externo, por meio do qual foram mapeados os temas de maior importância para a gestão e a comunicação da sustentabilidade da empresa, validados pela alta liderança e alinhados à estratégia organizacional.

Para a Sanepar, a divulgação de seu desempenho à sociedade é um processo que deve ser marcado pela escuta ativa e pelo acolhimento de sugestões e avaliações.

Públicos ¹	Aspecto GRI	O aspecto é material ²		Indicador ³	Capítulo ⁴
		Dentro da Sanepar?	Fora da Sanepar?		
Governança corporativa, transparência e combate à corrupção					
Empregados Clientes Poder concedente Investidores e analistas Fornecedores Empresas de saneamento Parceiros de responsabilidade social	Combate à corrupção	Sim	Não	GRI: SO3 e SO5	Governança Corporativa
Conformidade legal e relações com entidades regulatórias					
Empregados Clientes Fornecedores Empresas de saneamento Parceiros de responsabilidade social	Conformidade (Ambiental, Sociedade, Produtos e serviços)	Sim	Sim	GRI: EN29, SO8 e PR9 SASB: IF0103-3	Governança Corporativa, Processos e Clientes
Rentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro					
Investidores e analistas Empresas de saneamento Parceiros de responsabilidade social	Desempenho econômico; Rotulagem de produtos e serviços	Sim	Sim	GRI: EC1 e PR5	Sustentabilidade e Pessoas
Qualidade dos serviços					
Poder concedente Investidores e analistas Fornecedores Parceiros de responsabilidade social	Saúde e segurança; Rotulagem de produtos e serviços	Não	Sim	GRI: PR1 e PR5 SASB: IF0103 e IF0103-7	Clientes
Redução dos impactos ambientais da operação e busca de eficiência energética					
Clientes Fornecedores Empresas de saneamento Parceiros de responsabilidade social	Energia Emissões Efluentes e resíduos Geral (Ambiental)	Sim	Sim	GRI: EN3, EN5, EN15, EN16, EN18, EN23 e EN31 SASB: IF0103-1, IF0103-3, IF0201-1 e IF0201-11	Processos
Gestão de recursos hídricos					
Clientes Poder concedente Fornecedores Empresas de saneamento Parceiros de responsabilidade social	Água Efluentes e resíduos	Não	Sim	GRI: EN8 e EN22	Processos
Eficiência operacional e melhoria da infraestrutura					
Empregados Poder concedente Investidores e analistas Fornecedores Parceiros de responsabilidade social	Energia, Treinamento e educação	Sim	Não	GRI: EN5, LA9 e LA11 SASB: IF0103-13	Processos e Pessoas
Acesso à água e aos serviços de esgotamento sanitário					
Poder concedente Parceiros de responsabilidade social	-	Não	Sim	SASB: IF0103-6 e IF0103-10	Processos e Pessoas
Educação ambiental					
Clientes Parceiros de responsabilidade social	Geral (Ambiental)	Sim	Sim	GRI: EN31	Pessoas

¹ Públicos que indicaram o tema como relevante nas consultas realizadas durante o processo de materialidade.

² Com base na análise de onde se encontram os principais impactos de cada tema material.

³ Os temas não relacionados com aspectos previstos pelas metodologias GRI foram cobertos por meio do levantamento de informações pertinentes e, sempre que possível, dos indicadores de monitoramento do desempenho da própria Sanepar.

⁴ Capítulo onde o tema é tratado neste relatório.

Nota: além dos indicadores definidos com base no processo de materialidade, também foram incluídas, com base na metodologia GRI, informações relacionadas a temas de diversidade de oportunidades, que são objeto de compromissos da Companhia.

Sumário de Conteúdo da GRI

A tabela a seguir aponta a localização dos conteúdos padrão geral e específicos da metodologia GRI. Para facilitar sua identificação pelo leitor, os conteúdos também são sinalizados ao longo do texto.

CONTEÚDO GERAL

Aspecto	Descrição	Página/resposta
Estratégia e análise	G4-1 Mensagem do presidente	8, 9
	G4-2 Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades: focar os principais impactos da organização sobre a sustentabilidade e seus efeitos para stakeholders	8, 9
	G4-3 Nome da organização	11
	G4-4 Principais marcas, produtos e serviços	11
	G4-5 Localização da sede da organização	11
	G4-6 Países onde estão as principais unidades de operação ou as mais relevantes para os aspectos da sustentabilidade do relatório	11
	G4-7 Tipo e natureza jurídica da propriedade	11
	G4-8 Mercados em que a organização atua	13
	G4-9 Porte da organização	13
	G4-10 Perfil dos empregados	67, 68
	G4-11 Percentual de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva	72
Perfil organizacional	G4-12 Descrição da cadeia de fornecedores da organização	A maior parte das licitações da Sanepar é realizada nas modalidades de pregão ou concorrência, que não exigem cadastro prévio, somente os requisitos legais de habilitação definidos em edital. A rede de fornecedores com cadastro vigente soma 567 empresas. A maior parte (54%) é de fornecedores de bens e serviços, cujos principais contratos firmados se referem a produtos químicos, tubos e conexões e materiais de laboratório.
	G4-13 Mudanças significativas em relação ao porte, estrutura, participação acionária e cadeia de fornecedores	35, 36
	G4-14 Descrição sobre como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução	A Companhia não adota integralmente o princípio da precaução, mas o planejamento estratégico e a tomada de decisão são orientados por elementos de gestão de riscos e pelos mais altos padrões de conduta responsável com foco na minimização dos impactos negativos e na geração de valor compartilhado.
	G4-15 Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU); Princípios de Empoderamento das Mulheres da Unidade da ONU para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento da Mulher (ONU Mulheres); Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep); e Comitê de Benchmarking para Excelência em Gestão.
	G4-16 Participação em associações e organizações	59, 60

Aspecto	Descrição	Página/resposta
Aspectos materiais identificados e limites	G4-17 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e entidades não cobertas pelo relatório	O escopo do conteúdo GRI coberto é o mesmo do considerado nas Demonstrações Contábeis.
	G4-18 Processo de definição do conteúdo do relatório	27
	G4-19 Lista dos temas materiais	4, 5
	G4-20 Limite dentro da organização de cada aspecto material	4, 5, 79
	G4-21 Limite fora da organização de cada aspecto material	4, 5, 79
	G4-22 Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	Os dados sobre emissões de gases de efeito estufa (G4-EN15, EN16, EN18) e consumo de energia (G4-EN3) foram alterados conforme nota de rodapé no indicador. 61, 62, 63, 64
	G4-23 Alterações significativas de escopo e limites de aspectos materiais em relação relatórios anteriores	Não houve mudanças significativas de escopo e limites.
Engajamento de stakeholders	G4-24 Lista de grupos de stakeholders engajados pela organização	27
	G4-25 Base utilizada para a identificação e seleção de stakeholders para engajamento	27
	G4-26 Abordagem para envolver os stakeholders	4, 5, 42, 43, 67, 72
	G4-27 Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento de stakeholders	4, 5
	G4-28 Período coberto pelo relatório	78
Perfil do relatório	G4-29 Data do relatório anterior mais recente	78
	G4-30 Ciclo de emissão de relatórios	78
	G4-31 Contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	Quaisquer apontamentos sobre esse relatório devem ser direcionados à Unidade de Serviços de Comunicação Social, no telefone (41) 3330-3077.
	G4-32 Opção da aplicação das diretrizes e localização da tabela GRI	78
	G4-33 Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório	Não houve.
Governança	G4-34 Estrutura de governança da organização, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança. Identifique todos os comitês responsáveis pelo assessoramento do conselho na tomada de decisões que possuam impactos econômicos, ambientais e sociais	22
Ética e integridade	G4-56 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização	21

CONTEÚDO ESPECÍFICO

Aspecto	Descrição	Página/resposta
Categoria econômica		
Desempenho econômico	G4-DMA Forma de gestão	28
	G4-EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído	37
Categoria ambiental		
Energia	G4-DMA Forma de gestão	60
	G4-EN3 Consumo de energia dentro da organização	61, 62
	G4-EN5 Intensidade energética	61
Água	G4-DMA Forma de gestão	52
	G4-EN8 Total de retirada de água por fonte	52
Emissões	G4-DMA Forma de gestão	63
	G4-EN15 Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE)	63
	G4-EN16 Emissões indiretas de GEE	63
	G4-EN18 Intensidade de emissões de GEE	63, 64
Efluentes e resíduos	G4-DMA Forma de gestão	53
	G4-EN22 Descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação	54
	G4-EN23 Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	56, 65
	G4-DMA Forma de gestão	51
Conformidade	Todas as unidades da Sanepar monitoram os parâmetros e a frequência estabelecidos pela Licença Ambiental e pela Outorga de uso dos recursos hídricos. O Plano Plurianual de Investimentos considera as demandas necessárias à manutenção dos parâmetros de excelência dos processos. Sempre que uma não conformidade é identificada, é elaborado plano de ação. Em 2017, a Companhia sofreu 5 autuações por parte do IAP e pela SMMA-Foz do Iguaçu, que estão em processo de defesa pela empresa. Foi realizada conversão ambiental e acordos para quitação de débitos oriundos de autuações, sem assunção de responsabilidade pelo fato no valor de R\$ 31.350.515,68. Além do pagamento da conversão, foram pagas autuações emitidas pelo IAP de anos anteriores no valor de R\$ 731.099,96.	
	G4-EN29 Multas e sanções significativas ¹ por não conformidade a leis e regulamentos ambientais	
Geral	G4-DMA Forma de gestão	58
	G4-EN31 Total de investimentos e gastos com proteção ambiental	58
¹ As multas passaram a ser consideradas individualmente quanto a sua adequabilidade aos fatos ocorridos e ação fiscalizatória. Com isso, a empresa assegura maior controle sobre seus passivos ambientais.		
Categoria social – práticas trabalhistas e trabalho decente		
Treinamento e educação	G4-DMA Forma de gestão	70
	G4-LA9 Média de horas de treinamento por ano	70, 71
	G4-LA11 Percentual de empregados que recebem análises de desempenho	71
Diversidade e igualdade de oportunidades	G4-DMA Forma de gestão	67, 69
	G4-LA12 Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional	67, 68
Igualdade de remuneração entre mulheres e homens	G4-DMA Forma de gestão	69
	G4-LA13 Proporção de salário-base entre mulheres e homens, por categoria funcional e unidades operacionais relevantes	69
Categoria social – sociedade		
Combate à corrupção	G4-DMA Forma de gestão	23
	G4-SO3 Unidades submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	23
	G4-SO5 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	24
	G4-DMA Forma de gestão	20
Conformidade	Nos últimos dois anos não houve multas significativas nem sanções não monetárias por não-conformidade com leis e regulamentos relativos à sociedade e nem aos serviços prestados.	
	G4-SO8 Multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos a aspectos da sociedade	

Categoria social – responsabilidade pelo produto

Saúde e segurança do cliente	G4-DMA Forma de gestão	43
	G4-PR1 Avaliação de impactos na saúde e segurança durante o ciclo de vida de produtos e serviços	43
Rotulagem de produtos e serviços	G4-DMA Forma de gestão	45
	G4-PR5 Resultados de pesquisas de satisfação do cliente	45
	G4-DMA Forma de gestão	43
Conformidade	G4-PR9 Multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	Nos últimos dois anos não houve multas significativas nem sanções não monetárias por não-conformidade com leis e regulamentos relativos à sociedade e nem aos serviços prestados.

INDICADORES SASB RESPONDIDOS (TOTAL OU PARCIALMENTE):

INFRAESTRUTURA – EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ÁGUA

- IF0103-1: Energia consumida, porcentagens provenientes da rede de abastecimento e de fontes renováveis.
- IF0103-3: Estratégias de gestão de efluentes potencialmente perigosos.
- IF0103-6: Gestão de riscos relacionados à qualidade e à disponibilidade de recursos hídricos.
- IF0103-7: Número de violações relativas à água potável, considerando riscos agudos e não agudos de saúde e riscos não relacionados à saúde.

- IF0103-10: Informação sobre como as considerações sobre preços justos e acesso integram a definição das estruturas tarifárias.
- IF0103-13: Volume de perdas reais de água não geradoras de receita.

INDÚSTRIA – GESTÃO DE RESÍDUOS

- IF0201-1: Escopo 1 de emissões globais brutas, parcela sujeita à regulamentação limitadora de emissões e parcela coberta por regulamentação de relato de emissões.
- IF0201-11: Número de incidentes de não conformidade associados a impactos ambientais.
- IF0201-19: Quantidade de material reciclado e compostado.

Expediente

COORDENAÇÃO DO RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2017

Gerência da Assessoria de Planejamento Estratégico da Sanepar

Mário Zigovski

Maria Angela Dumont Sargaço

Apoio: Jamile Gema de Oliveira e Rodrigo Fernando de Oliveira Fernandes

UNIDADE DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Francisco José Zerbeto Assis

Giovani Montano

Maurílio Cheli

CONSULTORIA GRI, COORDENAÇÃO EDITORIAL E DESIGN

Report Sustentabilidade

FOTOGRAFIA

Acervo Sanepar



Demonstrações Contábeis

EXERCÍCIO 2017

86	Balanços Patrimoniais
88	Demonstrações dos Resultados
89	Demonstrações dos Resultados Abrangentes
90	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
92	Demonstrações dos Fluxos de Caixa
93	Demonstrações dos Valores Adicionados
94	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
131	Relatório dos Auditores Independentes
135	Declaração dos Diretores
135	Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria
136	Parecer do Conselho Fiscal
137	Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Contador

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	533.888	638.330
Contas a Receber de Clientes	6	606.250	559.797
Estoques		36.892	36.722
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	24.098	39.021
Depósitos Vinculados	8	5.838	9.844
Outras Contas a Receber	9	32.248	23.526
Total do Circulante		1.239.214	1.307.240
Não Circulante			
Contas a Receber de Clientes	6	11.087	10.706
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	823	760
Depósitos Vinculados	8	49.499	45.834
Ativos Financeiros Contratuais	10	201.077	172.381
Depósitos Judiciais	18.c	185.365	156.442
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.b	453.133	373.997
Outras Contas a Receber	9	42.904	43.695
Investimentos	11	19.466	12.403
Imobilizado	12.a	129.945	131.268
Intangível	12.b	7.790.158	7.199.393
Total do Não Circulante		8.883.457	8.146.879
TOTAL DO ATIVO		10.122.671	9.454.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2017	2016
Circulante			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	13	562.548	379.163
Empreiteiros e Fornecedores		182.655	133.505
Contratos de Concessão	14	7.716	7.501
Impostos e Contribuições	15	66.941	63.260
Salários e Encargos Sociais		176.720	157.379
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	20/22	136.265	134.055
Receitas a Apropriar	17	4.200	542
Cauções e Retenções Contratuais		2.674	2.338
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	19	62.443	53.062
Outras Contas a Pagar	21	54.481	36.513
Total do Circulante		1.256.643	967.318
Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	13	2.154.290	2.332.911
Contratos de Concessão	14	84.273	89.425
Impostos e Contribuições	15	1.268	1.411
Receitas a Apropriar	17	13.300	-
Provisões	18.a	505.634	506.576
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	19	874.199	742.866
Outras Contas a Pagar	21	80.410	4.939
Total do Não Circulante		3.713.374	3.678.128
Total do Passivo		4.970.017	4.645.446
Patrimônio Líquido	22		
Capital Social		2.851.089	2.847.664
Reserva de Reavaliação		81.204	87.200
Ajustes de Avaliação Patrimonial		8.007	10.410
Reservas de Lucros		2.162.899	1.779.937
Outros Resultados Abrangentes		49.455	83.462
Total do Patrimônio Líquido		5.152.654	4.808.673
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.122.671	9.454.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
Receita Operacional Líquida	23	3.869.401	3.477.525
Custos dos Serviços Prestados	24	(1.556.135)	(1.445.108)
Lucro Bruto		2.313.266	2.032.417
Despesas Operacionais			
Comerciais	25	(315.204)	(253.067)
Administrativas	25	(632.769)	(616.161)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	25	(69.335)	(11.197)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	(1.791)	(3.361)
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	18.a	942	(43.153)
Provisões para Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	19	(89.188)	(98.489)
Programa de Participação nos Resultados	26	(69.681)	(53.123)
		(1.177.026)	(1.078.551)
Receitas (Despesas) Financeiras			
Receitas Financeiras	27	91.882	80.526
Despesas Financeiras	27	(314.049)	(244.807)
		(222.167)	(164.281)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		914.073	789.585
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.a	(227.901)	(162.738)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		686.172	626.847
Lucro Líquido Atribuível às Ações Ordinárias		214.429	195.890
Lucro Líquido Atribuível às Ações Preferenciais		471.743	430.957
Lucro Básico e Diluído por Ação	22.e		
Ordinária		1,27703	0,86811
Preferencial		1,40474	1,71311
Quantidade de Ações no Final do Exercício			
Ordinárias		167.911.753	167.911.724
Preferenciais		335.823.420	335.823.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	686.172	626.847
Outros Resultados Abrangentes Líquidos a serem Reclassificados para o Resultado do Exercício em Períodos Subsequentes	(34.007)	3.959
Ganhos e Perdas Atuariais	(51.526)	5.998
Efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social	17.519	(2.039)
Resultado Abrangente do Exercício	652.165	630.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Ajustes de Avaliação Patrimonial
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	2.597.360	92.825	12.147
Aumento de Capital	257.592	-	-
Gastos com Emissão de Ações	(7.288)	-	-
Realização de Reserva de Reavaliação	-	(8.522)	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	2.897	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	(2.631)
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	894
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-
Dividendos Adicionais de 2015	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:			
Constituição de Reserva Legal	-	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-
Retenção de Lucros	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	2.847.664	87.200	10.410
Gastos com Emissão de Ações	3.425	-	-
Realização de Reserva de Reavaliação	-	(9.085)	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	3.089	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	(3.640)
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	1.237
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-
Dividendos Adicionais de 2016	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:			
Constituição de Reserva Legal	-	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-
Retenção de Lucros	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	2.851.089	81.204	8.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
	Plano de Investimentos	Legal	Incentivos Fiscais	Dividendo Adicional Proposto			
	1.112.842	172.681	8.998	103.951	-	79.503	4.180.307
	-	-	-	-	-	-	257.592
	-	-	-	-	-	-	(7.288)
	-	-	-	-	8.522	-	-
	-	-	-	-	(2.897)	-	-
	-	-	-	-	2.631	-	-
	-	-	-	-	(894)	-	-
	-	-	-	-	-	5.998	5.998
	-	-	-	-	-	(2.039)	(2.039)
	-	-	-	(103.951)	-	-	(103.951)
	-	-	-	-	626.847	-	626.847
	-	31.343	-	-	(31.343)	-	-
	-	-	335	-	(335)	-	-
	-	-	-	-	(293.404)	-	(293.404)
	-	-	-	148.792	(4.181)	-	144.611
	304.946	-	-	-	(304.946)	-	-
	1.417.788	204.024	9.333	148.792	-	83.462	4.808.673
	-	-	-	-	-	-	3.425
	-	-	-	-	9.085	-	-
	-	-	-	-	(3.089)	-	-
	-	-	-	-	3.640	-	-
	-	-	-	-	(1.237)	-	-
	-	-	-	-	-	(51.526)	(51.526)
	-	-	-	-	-	17.519	17.519
	-	-	-	(148.792)	-	-	(148.792)
	-	-	-	-	686.172	-	686.172
	-	34.277	-	-	(34.277)	-	-
	-	-	629	-	(629)	-	-
	-	-	-	-	(319.105)	-	(319.105)
	-	-	-	162.816	(6.528)	-	156.288
	334.032	-	-	-	(334.032)	-	-
	1.751.820	238.301	9.962	162.816	-	49.455	5.152.654

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	686.172	626.847
Ajustes para Conciliar o Resultado ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		
Depreciações e Amortizações	247.282	217.111
Custo das Baixas do Imobilizado e Intangível	10.286	12.651
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	826	1.285
Custo das Baixas de Investimentos	214	-
Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros	4.007	(22.625)
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	28.800	21.775
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquidos	(61.617)	(41.261)
Provisões	(942)	43.153
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	89.188	98.489
Juros sobre Financiamentos	234.116	238.666
Variações Monetárias sobre Financiamentos	58.878	50.055
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.791	3.361
Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	825	378
Ajuste a Valor Justo – Investimentos	2.089	-
	615.743	623.038
Variação nos Ativos e Passivos		
Contas a Receber de Clientes	(75.634)	(105.261)
Impostos e Contribuições a Recuperar	14.860	(10.268)
Depósitos Judiciais	(28.923)	(23.548)
Estoques	(170)	(1.060)
Outras Contas a Receber	(7.931)	(27.216)
Empreiteiros e Fornecedores	49.150	8.101
Contratos de Concessão	(4.937)	(1.241)
Impostos e Contribuições	(24.556)	(3.150)
Salários e Encargos a Pagar	19.341	17.093
Cauções e Retenções Contratuais	336	(346)
Receitas a Apropriar	16.958	(3.250)
Títulos a Pagar	-	(3.087)
Outras Contas a Pagar	93.439	65
	51.933	(153.168)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	1.353.848	1.096.717
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicação no Imobilizado e no Intangível	(777.807)	(701.293)
Aplicação em Investimentos	(11.157)	(7.540)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos	(788.964)	(708.833)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Financiamentos Obtidos	213.321	494.178
Amortizações de Financiamentos	(361.409)	(219.152)
Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	(243.699)	(227.344)
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	-	(1.823)
Depósitos Vinculados	341	(11.953)
Pagamentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(281.305)	(197.561)
Emissão de Ações Primárias	-	257.592
Gastos com Emissão de Ações	3.425	(7.288)
Caixa Gerado nas Atividades de Financiamentos	(669.326)	86.649
VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	(104.442)	474.533
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	638.330	163.797
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	533.888	638.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	%	2016	%
Receitas				
Vendas de Serviços Prestados	4.166.955		3.741.006	
Outros Resultados	(69.335)		(11.197)	
Perdas na Realização e Recuperação de Ativos	(28.800)		(21.775)	
	4.068.820		3.708.034	
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Produtos Químicos Consumidos	(83.190)		(73.173)	
Materiais Consumidos	(74.777)		(66.626)	
Energia Elétrica	(379.440)		(385.599)	
Outros Custos de Produtos e Serviços	(377.557)		(347.222)	
Serviços de Terceiros Contratados	(188.169)		(161.326)	
Outras Despesas Operacionais	(88.345)		(98.219)	
	(1.191.478)		(1.132.165)	
Valor Adicionado Bruto	2.877.342		2.575.869	
Depreciações e Amortizações	(247.282)		(217.111)	
Valor Adicionado Líquido	2.630.060		2.358.758	
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.791)		(3.361)	
Receitas Financeiras	91.882		80.526	
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.720.151		2.435.923	
Distribuição do Valor Adicionado				
Empregados e Administradores				
Salários e Encargos	806.668	29,6	787.199	32,3
Remuneração da Diretoria e Agentes da Governança	9.936	0,4	9.141	0,4
Programa de Participação nos Resultados	69.681	2,6	53.123	2,2
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	90.807	3,3	83.217	3,4
	977.092	35,9	932.680	38,3
Governos				
Tributos Federais	692.523	25,5	583.898	24,0
Tributos Estaduais	373	0,0	458	0,0
Tributos Municipais	2.063	0,1	1.924	0,1
	694.959	25,6	586.280	24,1
Financiadores				
Aluguéis	47.879	1,8	45.309	1,9
Juros e Variações Monetárias	314.049	11,5	244.807	10,0
	361.928	13,3	290.116	11,9
Acionistas				
Juros sobre o Capital Próprio	319.105	11,7	293.404	12,0
Dividendos	6.528	0,2	4.181	0,2
Lucro Líquido do Exercício não Distribuído	360.539	13,3	329.262	13,5
Total	2.720.151	100,0	2.435.923	100,0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sane-par”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. De um total de 346 concessões municipais operadas, aproximadamente 4,1% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 17,3% vencem de 2018 a 2027 e 78,6% foram renovados tendo seus vencimentos após 2028. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão.

Apenas a concessão do município de Curitiba possui regras que determinam um custo pela concessão a ser pago pela Companhia, conforme indicado na nota 14.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”, que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota 11. Em setembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou em Reunião Ordinária o aumento de 11% da participação societária da Companhia na CS Bioenergia S.A, e en-

caminhou para à aprovação nos órgãos competentes, estando o processo sob análise.

A Companhia foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, através da Resolução Homologatória nº 003, de 12 de abril de 2017, a aplicar o índice de reposicionamento tarifário de 25,63%, conforme previsto no artigo 3º:

“Art. 3º - Definir que a aplicação da revisão tarifária homologada conforme artigo 2º desta Resolução será diferida em 8 (oito) anos, sendo que a primeira parcela corresponderá, no ano de 2017, a um reposicionamento médio de 8,53% (oito virgula cinquenta e três por cento), e as demais em 7 (sete) parcelas de 2,11% (dois virgula onze por cento), acrescidas da correspondente correção financeira e da correção econômica, a qual se dará pela aplicação da taxa média ponderada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), nos termos definidos na Nota Técnica aprovada no artigo 1º desta Resolução”.

Em analogia a Orientação Técnica OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, a Companhia não registra nas Demonstrações Contábeis os valores a receber decorrentes do diferimento, considerando que: (i) a realização ou exigibilidade destes valores dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade - faturamento futuro dos serviços de água e esgoto; (ii) não é praticável saber, no momento do surgimento do direito a receber quais são os devedores destes valores; e (iii) O efetivo recebimento destes valores ocorrerá somente com a manutenção das concessões. A estimativa do valor a receber decorrente da diferença entre a Receita Requerida e a Receita Verificada será mensurada e divulgada durante todo o período do diferimento, e até 31 de dezembro de 2017 representa R\$361.086. Este valor representa a melhor estimativa em 31 de dezembro de 2017 e poderá sofrer alteração em função da variação da taxa Selic.

Adicionalmente a Companhia, em 21 de julho de 2017, encaminhou ofício à Agepar solicitando que o regulador defina as regras para registro da contabilidade regulatória, para evidenciação de ativos e passivos financeiros. Em 18 de setembro de 2017 foram encaminhadas informações adicionais solicitadas pela Agepar. Em 06 de novembro de 2017 a Agepar publicou portaria designando 4 servidores para com-

porem o Grupo de Trabalho para Desenvolvimento de Normas de Contabilidade Regulatória para a área de saneamento, o qual deverá apresentar o resultado de suas atividades em até 90 dias.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 29 de janeiro de 2018.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- a) Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros** – Nota Explicativa 4
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa** – Nota Explicativa 5
- c) Contas a Receber de Clientes** – Nota Explicativa 6
- d) Provisão para Perdas na Realização de Créditos** – Nota Explicativa 6
- e) Ativos Financeiros Contratuais** – Nota Explicativa 10
- f) Investimentos** – Nota Explicativa 11
- g) Imobilizado** – Nota Explicativa 12
- h) Intangível** – Nota Explicativa 12
- i) Arrendamento Mercantil Financeiro:** A classificação do arrendamento mercantil como operacional ou financeiro é determinado com base em uma análise dos termos e condições dos contratos. São classifica-

dos como Arrendamento Mercantil Financeiro os contratos que evidenciem a transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados à propriedade dos Ativos arrendados. Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 12 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 13.

j) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (*Impairment*) – Nota Explicativa 12

k) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros – Nota Explicativa 12

l) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – Nota Explicativa 13

m) Imposto de Renda e Contribuição Social – Nota Explicativa 16

n) Provisões e Passivos Contingentes – Nota Explicativa 18

o) Benefício Pós-emprego Concedido aos Empregados – Nota Explicativa 19

p) Partes Relacionadas – Nota Explicativa 20

q) Crédito de Juros sobre o Capital Próprio – Nota Explicativa 22.d

r) Receitas – Nota Explicativa 23

s) Estoques: Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

t) Passivo Circulante e Não Circulante: Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.

u) Concessões: A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma:

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões – Lei 8.987/95), são registrados no ativo intangível e amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Contratos de Programas: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Programas”, em observância as regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, na data da assinatura do Contrato de Programa, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro

na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

v) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor

Adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos valores adicionados foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

w) Uso de Estimativas e Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a

Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

Provisão para perdas na realização de créditos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios de

finidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

x) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, que poderão surtir efeitos significativos após a emissão dos respectivos pronunciamentos equivalentes pelo CPC, são as seguintes:

CPC 48 – Instrumentos Financeiros: O CPC 48 (IFRS 9) foi aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e está vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada, em substituição ao CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. Exceto para contabilidade de *hedge*, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Uma das principais alterações está relacionada com as provisões para créditos com liquidação duvidosa, em que o modelo de perda esperada substitui o modelo de perda incorrida. A Companhia avaliou os impactos da nova norma e concluiu, considerando as características de seus Instrumentos Financeiros e a política de recuperação de créditos atualmente adotada, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, que não haverá efeitos significativos em suas Demonstrações Contábeis.

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes: O CPC 47 (IFRS 15) foi aprovado em novembro de 2016 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e está vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, em substituição ao CPC 30 – Receitas e CPC 17 – Contratos de Construção. Segundo o CPC 47, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente, estabelecendo um novo modelo que contempla cinco passos: 1 – Identificar o contrato com o cliente; 2 – Identificar as obrigações de desempenho; 3 – Determinar o preço da transação; 4 – Alocar o preço da transação; e 5- Reconhecer a receita quando (ou a medida que) a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho. Considerando o objeto social da Companhia é possível verificar que não existe etapas contratuais na execução dos

serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, e o reconhecimento da receita ocorre pelo faturamento dos serviços prestados em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, e concluiu que não haverá impactos significativos da referida norma nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

CPC 6 - Operações de Arrendamento Mercantil: O CPC 6 R2 (IFRS 16) foi aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e estará vigente para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada. A norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros (reconhecimento, mensuração, apresentação e evidênciação), porém exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes em relação ao procedimento atual. Esta nova revisão incluiu duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. A Companhia encontra-se em fase de análise dos impactos das alterações deste pronunciamento, considerando os contratos de arrendamento operacional existentes.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

4.1 Gestão de Risco Financeiro

Risco de negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais operadas no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detém as respectivas concessões municipais. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede co-

letora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente poderá rescindir o contrato antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. A riqueza em recursos hídricos e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil em 31 de dezembro de 2017 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 20. Os riscos relativos aos clientes são suavizados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de

encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos teria sido de R\$ 21.881 e R\$ 43.762 a mais ou a menos principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

ANÁLISE

DESCRIÇÃO	Indexador	+ 25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	DI	14.280	(14.280)	28.560	(28.560)
Ativos		14.280	(14.280)	28.560	(28.560)
Caixa Econômica Federal	TR	(1.104)	1.104	(2.208)	2.208
BNDES	TJLP	(1.456)	1.456	(2.912)	2.912
BNDES-PAC2	TJLP	(1.472)	1.472	(2.944)	2.944
Debêntures – 2ª Emissão – 1ª e 3ª Séries	TJLP	(2.004)	2.004	(4.008)	4.008
Debêntures – 2ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(926)	926	(1.852)	1.852
Debêntures – 3ª Emissão – 1ª Série	DI	(3.442)	3.442	(6.884)	6.884
Debêntures – 3ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(907)	907	(1.814)	1.814
Debêntures – 4ª Emissão – 1ª Série	TJLP	(1.575)	1.575	(3.150)	3.150
Debêntures – 4ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(584)	584	(1.168)	1.168
Debêntures – 5ª Emissão – 2ª Série	DI	(5.093)	5.093	(10.186)	10.186
Debêntures – 6ª Emissão – 1ª Série	DI	(2.269)	2.269	(4.538)	4.538
Debêntures – 6ª Emissão – 2ª Série	DI	(4.784)	4.784	(9.568)	9.568
Arrendamento Mercantil Financeiro	IPC	(10.545)	10.545	(21.090)	21.090
Passivos		(36.161)	36.161	(72.322)	72.322
Efeitos no Lucro antes da Tributação		(21.881)	21.881	(43.762)	43.762

A TR considerada no período de 12 meses foi de 0,60% e a TJLP de 7,12%, obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 2,95%, obtida junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 6,89% obtida junto à CETIP SA e o IPC – FIPE foi de 2,27%, obtido na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota explicativa 13, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. Adicionalmente a Administração da Companhia aprovou a política de dividendos e gestão de risco de tesouraria e mercado.

Derivativos: a Companhia não possui operações de troca de índices (SWAP) ou que possam ser caracterizadas

como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (*hedge*).

4.2 Gestão de risco de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa:

	2017	2016
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.716.838	2.712.074
Caixa e Equivalentes de Caixa	(533.888)	(638.330)
Dívida Líquida	2.182.950	2.073.744
Patrimônio Líquido	5.152.654	4.808.673
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,42	0,43

4.3 Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado. A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis, encontra-se a seguir:

Descrição	VALOR CONTÁBIL		VALOR JUSTO	
	2017	2016	2017	2016
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de caixa	533.888	638.330	533.888	638.330
Contas a Receber de Clientes, líquido	617.337	570.503	617.337	570.503
Depósitos Vinculados	55.337	55.678	55.337	55.678
Ativos Financeiros Contratuais	201.077	172.381	201.077	172.381
Total	1.407.639	1.436.892	1.407.639	1.436.892
Passivos Financeiros				
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	2.716.838	2.712.074	2.716.838	2.712.074
Empreiteiros e Fornecedores	182.655	133.505	182.655	133.505
Contratos de Concessão	91.989	96.926	91.989	96.926
Total	2.991.482	2.942.505	2.991.482	2.942.505

Adicionalmente, no exercício de 2017 a Companhia implementou o processo de gerenciamento de riscos corporativos, com suporte de consultoria especializada.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática Contábil:

Incluem a caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas prorata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Depósitos Bancários Livres	3.618	2.988
Depósitos Bancários Vinculados	20.181	24.687
	23.799	27.675
Aplicações Financeiras	510.089	610.655
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	533.888	638.330

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa aplicados em Fundos de Investimentos cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal, com remuneração média de 99,68% do CDI (100,18% em 2016) e Certificado de Depósito Bancário contratado a uma taxa flutuante de 100,50% a 102,00% do CDI de acordo com o prazo contratado e decorrido da aplicação.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática Contábil:

Contas a Receber de Clientes: Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Ajuste a Valor Presente: Os saldos de contas a receber de clientes referente a parcelamentos foram ajustados a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adota para o cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros de poupança para as contas de órgãos públicos.

Provisão para Perdas na Realização de Créditos: Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, e com base nos valores vencidos há mais de 2 anos para Poder Público Municipal, exceto para as prefeituras que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas, para as quais é constituída provisão para a totalidade dos créditos. A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do setor Estadual por se tratar de parte relacionada controladora e devido ao seu histórico de regularização de débitos.

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	2017	2016
Contas a Receber Vincendas	222.911	199.442
Contas a Receber de Parcelamentos	48.943	37.151
Ajuste a Valor Presente	(2.453)	(3.408)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	174.987	160.852
	444.388	394.037
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	109.098	100.748
De 31 a 60 dias	29.817	25.850
De 61 a 90 dias	12.484	11.431
De 91 a 180 dias	20.636	19.505
Mais de 180 dias	172.064	165.268
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(171.150)	(146.336)
	172.949	176.466
Totais de Contas a Receber, líquidas	617.337	570.503
Circulante	606.250	559.797
Não Circulante	11.087	10.706

Do total de contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos, o montante de R\$2.754 (R\$6.244 em 2016) refere-se a pendências de Prefeituras Municipais; R\$166.992 (R\$145.499 em 2016) de Particulares; R\$3 (R\$453 em 2016) do setor Federal e R\$3.200 (R\$24.270 em 2016) do setor Estadual.

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Saldos no Início do Exercício	(146.336)	(125.395)
Valores Registrados como Despesa	(28.800)	(21.775)
Baixas, Líquidas das Recuperações	3.986	834
Saldos no Final do Exercício	(171.150)	(146.336)

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Cientes Particulares	103.896	81.558
Órgãos do Governo Federal	1	7
Prefeituras Municipais	67.253	64.771
Totais	171.150	146.336

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do Ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Saldos no Início do Exercício	(3.408)	(2.840)
Ajuste a Valor Presente	955	(568)
Saldos no Final do Exercício	(2.453)	(3.408)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Imposto de Renda a compensar	19.903	29.219
Contribuição Social a compensar	3.783	9.422
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.235	1.140
Totais	24.921	39.781
Circulante	24.098	39.021
Não Circulante	823	760

8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Agência Nacional da Água - ANA	6.777	6.270
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	3.579	7.754
Reservas mantidas na CAIXA (1)	44.981	41.654
Totais	55.337	55.678
Circulante	5.838	9.844
Não Circulante	49.499	45.834

(1) Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais.

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos a Empregados	3.898	3.739
Pagamentos Reembolsáveis	13.930	4.092
Depósitos Dados em Garantia	2.224	1.888
Fundo Municipal de Meio Ambiente (1)	43.195	44.462
Despesas Antecipadas	4.315	12.105
Cessão para Exploração de Serviços Financeiros	6.800	-
Títulos e Outros Créditos	790	935
Totais	75.152	67.221
Circulante	32.248	23.526
Não Circulante	42.904	43.695

(1) Repasse de percentual da receita para os municípios conforme previsto em contrato de concessão/programa.

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

Prática Contábil:

Os Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela do valor total dos ativos operacionais construídos que possuem vida útil superior ao prazo contratual e que conseqüentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores são reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato de Programa e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

Ajuste a Valor Presente: Os Ativos Financeiros são trazidos a valor presente pelo IPCA projetado para o exercício (índice publicado pelo Banco Central do Brasil – BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (Weighted Average Cost of Capital – WACC) como taxa de desconto, resultando na aplicação de uma taxa equivalente que representa ao spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações do valor presente podem representar uma receita ou uma despesa a serem registrados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	2016	Adições	Receitas de AVP	Despesa de AVP	2017
Investimento Não Amortizado	480.131	89.997	-	-	570.128
Ajuste a Valor Presente	(307.750)	(57.294)	6.649	(10.656)	(369.051)
Totais	172.381	32.703	6.649	(10.656)	201.077

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,0% (spread entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 23 e 30 anos.

11. INVESTIMENTOS

Prática Contábil:

Joint Venture: O investimento da Companhia na joint venture é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, foi reconhecido inicialmente ao custo e é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessa investida é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia.

As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação e com as políticas contábeis alinhadas às da Companhia.

Outros Investimentos: São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Descrição	2017	2016
Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S.A.	18.832	9.466
Investimento Reconhecido pelo Método de Custo	522	522
Investimento Reconhecido pelo Valor Justo	112	2.415
Totais	19.466	12.403

Investimentos em joint venture

A Companhia detém 40% da CS Bioenergia S.A. referente a aporte financeiro no montante de R\$25.858 em seu Capital Social. A participação da Companhia é contabilizada utilizando o método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis da investida, que estão sumariadas a seguir:

Balanço Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	2017	2016
Ativo Circulante	897	1.139
Ativo Não Circulante	60.291	59.858
Imobilizado	40.770	39.831
Arrendamento Mercantil Financeiro	19.519	20.026
Outros	2	1
Ativo Total	61.188	60.997
Passivo Circulante	1.286	37.334
Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil Financeiro	910	37.334
Outros	376	-
Passivo Não Circulante	12.822	-
Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil Financeiro	12.822	-
Patrimônio Líquido	47.080	23.663
Passivo Total	61.188	60.997

Demonstração do Resultado - CS Bioenergia S.A.	2017	2016
Receita	2.633	-
(-) Despesas Operacionais	(5.786)	(2.701)
Resultado Financeiro	(1.324)	(5.693)
Resultado Antes dos Impostos	(4.477)	(8.394)
IRPJ e CSLL	-	-
Resultado do Exercício	(4.477)	(8.394)

A movimentação do investimento no exercício é a seguinte:

Descrição	2017	2016
Saldo no início do exercício	9.466	5.287
Aportes Financeiros	11.157	7.540
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação 40%)	(1.791)	(3.361)
Saldo no final do exercício	18.832	9.466

Outros Investimentos

A Companhia mantém investimentos diversos sobre os quais não exerce influência significativa, de modo que os mesmos são avaliados pelo método de custo e cujo montante é de R\$522 (R\$522 em 2016).

A Companhia possui cotas de investimento no FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia) decorrentes de aplicação de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda no montante de R\$2.201, que trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 31/12/2017 equivale a R\$112.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Prática Contábil:

Imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

Intangível: O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Concessão. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(u). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

Arrendamento Mercantil Financeiro: O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 13. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2017	2016
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Administração	239.507	(109.943)	129.564	130.449
Outras Imobilizações	2.378	(1.997)	381	819
Totais	241.885	(111.940)	129.945	131.268

Por Natureza				2017	2016
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	2.309	-	2.309	2.309
Construções Cíveis	*1,84%	68.145	(14.774)	53.371	54.241
Benfeitorias	2%	1.933	(657)	1.276	1.166
Instalações	*5,83%	3.751	(2.134)	1.617	1.722
Equipamentos	*6,23%	51.346	(20.524)	30.822	24.626
Móveis e Utensílios	7,14%	36.390	(17.025)	19.365	19.554
Equipamentos de Informática	*19,82%	33.446	(23.888)	9.558	13.101
Veículos	*13,05%	27.511	(18.270)	9.241	8.683
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	16.518	(14.365)	2.153	5.629
Ferramentas	6,67%	536	(303)	233	237
Totais		241.885	(111.940)	129.945	131.268

* Taxa Média Ponderada

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2017	2016
Descrição	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Sistemas de Água	4.201.765	(1.382.159)	2.819.606	2.731.814
Sistemas de Esgoto	4.804.732	(962.977)	3.841.755	3.323.219
Resíduos Sólidos	2.076	(2.076)	-	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.093	(67.107)	57.986	62.153
Outros Ativos Intangíveis	94.863	(49.522)	45.341	32.924
Projetos e Obras em Andamento	972.060	-	972.060	1.000.861
Estoque para Obras	53.410	-	53.410	48.422
Totais	10.253.999	(2.463.841)	7.790.158	7.199.393

Por Natureza			2017	2016
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	137.940	-	137.940
Poços	*3,10%	129.581	(35.033)	94.548
Barragens	*2,67%	144.696	(52.040)	92.656
Construções Civas	*2,59%	2.069.512	(446.103)	1.623.409
Benfeitorias	*2,67%	20.863	(2.458)	18.405
Tubulações	*2,64%	4.872.975	(1.124.283)	3.748.692
Ligações Prediais	3,33%	659.653	(204.342)	455.311
Instalações	*5,83%	148.238	(46.273)	101.965
Hidrômetros	10%	176.322	(67.889)	108.433
Macromedidores	10%	5.549	(3.513)	2.036
Equipamentos	*6,23%	532.669	(248.221)	284.448
Móveis e Utensílios	7,14%	4.610	(2.868)	1.742
Equipamento de Informática	*19,82%	85.754	(80.457)	5.297
Programas de Informática	20%	48.611	(35.419)	13.192
Veículos	*13,05%	25.388	(14.794)	10.594
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	18.346	(16.790)	1.556
Ferramentas	6,67%	279	(178)	101
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	156	(127)	29
Proteção e Preservação Ambiental	20%	22.294	(15.946)	6.348
Concessão do Município de Curitiba (1)	3,33%	125.000	(67.014)	57.986
Concessão do Município de Cianorte (2)	5%	93	(93)	-
Projetos e Obras em Andamento	-	972.060	-	972.060
Estoque para Obras	-	53.410	-	53.410
Totais		10.253.999	(2.463.841)	7.790.158

* Taxa Média Ponderada

(1) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos

custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 14.

(2) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

O saldo da conta "Projetos e Obras em Andamento" em 31 de dezembro de 2017, refere-se a 133 (144 em 2016) obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 93 (109 em 2016) localidades, no montante de R\$426.079 (R\$295.787 em 2016); 130 (161 em 2016) obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 91 (99 em 2016) localidades, no montante de R\$372.357 (R\$569.947 em 2016), e ainda R\$173.624 (R\$135.127 em 2016) de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2017 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$47.358 (R\$47.385 em 2016). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 16,4%.

Arrendamento Mercantil Financeiro: A Companhia possui contrato de Locação de Ativos avaliado em R\$199,3 milhões precedida da concessão de direito real de uso das áreas e da execução das obras necessárias para ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017. Os ativos objeto deste Arrendamento Mercantil Financeiro serão construídos e entregues pelo arrendador em quatro etapas, com intervalo de 1 (um) ano entre elas. No final de dezembro de 2017 foram concluídos e entregues para operação 72,2% do objeto do referido contrato equivalente a entregas da 1ª, 2ª e 3ª etapas contratuais (79,5% do objeto físico). A obrigação decorrente deste contrato está demonstrada na Nota Explicativa 13.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil Financeiro registrado no Ativo Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas			2017	2016
Descrição	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Edificações	37.434	(320)	37.114	11.390
Tubulações	94.016	(916)	93.100	26.647
Ligações Prediais	6.068	(101)	5.967	1.815
Instalações	309	(11)	298	94
Equipamentos	6.013	(157)	5.856	1.090
Totais	143.840	(1.505)	142.335	41.036

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2017:

Descrição	2016	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas e Perdas	Transferências	2017
Imobilizado						
Terrenos	2.309	-	-	-	-	2.309
Construções Cíveis	54.241	278	(1.343)	(582)	777	53.371
Benfeitorias	1.166	145	(35)	-	-	1.276
Instalações	1.722	71	(170)	-	(6)	1.617
Equipamentos	24.626	7.905	(2.598)	(49)	938	30.822
Móveis e Utensílios	19.554	2.003	(2.002)	(198)	8	19.365
Equipamentos de Informática	13.101	252	(3.734)	(131)	70	9.558
Veículos	8.683	2.776	(1.744)	(185)	(289)	9.241
Máquinas, Tratores e Similares	5.629	11	(3.261)	-	(226)	2.153
Ferramentas	237	18	(20)	(3)	1	233
Totais Imobilizado	131.268	13.459	(14.907)	(1.148)	1.273	129.945
Intangível						
Terrenos	113.041	8.274	-	-	16.625	137.940
Poços	89.045	209	(1.743)	(144)	7.181	94.548
Barragens	93.351	109	(2.544)	-	1.740	92.656
Construções Cíveis	1.387.226	45.254	(39.342)	(987)	231.258	1.623.409
Benfeitorias	16.072	138	(481)	(12)	2.688	18.405
Tubulações	3.480.386	84.960	(102.780)	(1.320)	287.446	3.748.692
Ligações Prediais	414.824	4.535	(18.931)	(600)	55.483	455.311
Instalações	99.680	792	(8.888)	(946)	11.327	101.965
Hidrômetros	100.813	16	(16.077)	(2.665)	26.346	108.433
Macromedidores	1.939	-	(380)	-	477	2.036
Equipamentos	254.223	22.266	(23.622)	(2.691)	34.272	284.448
Móveis e Utensílios	1.888	113	(203)	(88)	32	1.742
Equipamentos de Informática	8.712	15	(3.338)	(130)	38	5.297
Programas de Informática	10.372	7.523	(4.374)	(328)	(1)	13.192
Veículos	4.352	6.759	(816)	11	288	10.594
Máquinas, Tratores e Similares	3.052	-	(1.723)	-	227	1.556
Ferramentas	103	11	(12)	(1)	-	101
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	34	-	(4)	-	(1)	29
Proteção e Preservação Ambiental	8.844	415	(2.944)	33	-	6.348
Concessão do Município de Curitiba	62.153	-	(4.167)	-	-	57.986
Concessão do Município de Cianorte	-	-	(6)	6	-	-
Subtotais Intangível	6.150.110	181.389	(232.375)	(9.862)	675.426	6.764.688
Projetos e Obras em Andamento	1.000.861	680.703	-	(102)	(709.402)	972.060
Estoques para Obras	48.422	4.988	-	-	-	53.410
Totais Intangível	7.199.393	867.080	(232.375)	(9.964)	(33.976)	7.790.158
Total Geral	7.330.661	880.539	(247.282)	(11.112)	(a) (32.703)	7.920.103

(a) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do exercício.

d) Análise do Valor Recuperável dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2017, mesmo não existindo quaisquer indicadores de diminuição do valor recuperável (*impairment*) sobre os ativos imobilizados e intangível com vida útil definida, a Companhia optou por realizar estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, identificando como unidades geradoras de caixa, os segmentos de negócio de água e esgoto, utilizando as seguintes premissas nos cálculos:

d.1) Unidade Geradora de Caixa – Segmentos Água e Esgoto

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando ainda a política de manutenção da Companhia;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33 b, em moeda corrente, ou seja, foram considerados os efeitos da inflação e ao final deflacionados;
- Taxa de desconto pré-imposto (13,1%) oriunda da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital* – WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seus itens 55 e 56;
- Premissas de crescimento do negócio, reajuste tarifário e evolução do OPEX, projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- Crescimento de demanda segmento água de aproximadamente 1,4% e no segmento esgoto de aproximadamente 1,9% ao ano;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;
- A evolução das despesas foi realizada conforme crescimento da demanda e inflação incidente em cada despesa.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

d.2) Unidade Geradora de Caixa – Resíduos Sólidos

A unidade geradora de caixa para operação de Resíduos Sólidos possui as seguintes características:

- Os contratos do segmento de resíduos sólidos foram tratados isoladamente, ou seja, cada um como UGC;
- Os resultados econômicos de todas unidades geradoras de caixa desta operação demonstram um histórico de prejuízo;
- Não existe nenhum fato relevante que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos destes contratos.

Tendo em vista que as UGC's de resíduos sólidos, apresentaram resultados negativos, e ainda, que não há perspectiva de melhora para o segmento, o estudo técnico concluiu que os ativos que estão em operação não são recuperáveis, portanto, um complemento da provisão para desvalorização, no valor de R\$2.022, foi considerada necessária a provisão já existente em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$8.430, perfazendo o valor total de R\$10.452.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são convertíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual Efetiva	Indexador	2017			2016		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures 6ª Emissão - 1ª série	0,87%	DI	82.394	-	82.394	3.566	79.803	83.369
Debêntures 6ª Emissão - 2ª série	0,90%	DI	5.113	169.726	174.839	7.822	169.315	177.137
Debêntures 5ª Emissão - 1ª série	0,67%	DI	-	-	-	111.886	-	111.886
Debêntures 5ª Emissão - 2ª série	0,72%	DI	189.372	-	189.372	1.225	188.819	190.044
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série	0,74%	DI	67.319	-	67.319	68.997	66.690	135.687
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	6,99%	IPCA	1.092	130.795	131.887	1.130	127.166	128.296
BNDES	1,82% e 2,50%	TJLP	32.069	54.252	86.321	34.393	92.168	126.561
Banco do Brasil – PSI	3,00% a 6,00%	-	3.400	15.760	19.160	3.406	19.129	22.535
Debêntures 2ª Emissão - 1ª série	1,92%	TJLP	12.374	69.563	81.937	12.284	80.788	93.072
Debêntures 2ª Emissão - 2ª série	9,19%	IPCA	20.592	104.870	125.462	20.551	118.953	139.504
Debêntures 2ª Emissão - 3ª série	1,92%	TJLP	16.500	92.750	109.250	16.378	107.718	124.096
Banco Itaú – PSI	3,00% a 6,00%	-	3.588	18.669	22.257	3.595	22.211	25.806
Debêntures 4ª Emissão - 1ª série	1,67%	TJLP	21.026	174.937	195.963	10.162	170.597	180.759
Debêntures 4ª Emissão - 2ª série	7,44%	IPCA	10.797	90.201	100.998	4.680	78.955	83.635
BNDES – PAC2	1,67% e 2,05%	TJLP	26.263	210.332	236.595	17.934	160.215	178.149
Arrendamento Mercantil Financeiro	13,17%	IPC - FIPE	3.981	172.692	176.673	562	40.546	41.108
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,68%	TR	66.668	849.743	916.411	60.592	809.838	870.430
Saldos no Final do Período			562.548	2.154.290	2.716.838	379.163	2.332.911	2.712.074
Empréstimos e Financiamentos			131.988	1.148.756	1.280.744	119.920	1.103.561	1.223.481
Debêntures			426.579	832.842	1.259.421	258.681	1.188.804	1.447.485
Arrendamento Mercantil Financeiro			3.981	172.692	176.673	562	40.546	41.108

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2017	2016
TR	916.411	870.430
TJLP	710.066	702.637
IPCA	358.347	351.435
DI	513.924	698.123
IPC-FIPE	176.673	41.108
Sem Correção Monetária	41.417	48.341
	2.716.838	2.712.074

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro:

Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Pagamentos	
					Amortizações	Juros
Debêntures 6ª Emissão - 1ª série (1)	2016	2018	80.000	8.000	2018	Semestral
Debêntures 6ª Emissão - 2ª série (1)	2016	2019	170.000	17.000	2019	Semestral
Debêntures 5ª Emissão - 1ª série (2)	2015	2017	111.160	11.116	2017	Semestral
Debêntures 5ª Emissão - 2ª série (2)	2015	2018	188.840	18.884	2018	Semestral
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série (3)	2013	2018	199.670	19.967	2016/2017/2018	Semestral
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2013	2020	100.330	10.033	2019/2020	Semestral
BNDES - 3 Contratos (4)	2007	2023	295.967	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Banco do Brasil – PSI - 11 Contratos (5)	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª série (9)	2011	2024	276.609	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª série (9)	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú – PSI - 13 Contratos (6)	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 1ª série (10)	2014	2027	230.012	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª série (10)	2014	2027	98.576	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES – PAC2 - 5 Contratos (7)	2011 a 2014	2029	682.649	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Arrendamento Mercantil Financeiro (11)	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Caixa Econômica Federal - 242 Contratos (8)	1991 a 2017	2041	1.798.476	-	Mensal	Mensal

c) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2038	Total
Debêntures 2ª Emissão	49.466	45.706	45.707	45.707	45.707	45.707	38.649	316.649
Debêntures 3ª Emissão	68.411	65.398	65.397	-	-	-	-	199.206
Debêntures 4ª Emissão	31.823	30.891	30.891	30.891	30.891	30.891	110.683	296.961
Debêntures 5ª Emissão	189.372	-	-	-	-	-	-	189.372
Debêntures 6ª Emissão	87.507	169.726	-	-	-	-	-	257.233
Subtotais Debêntures	426.579	311.721	141.995	76.598	76.598	76.598	149.332	1.259.421
BNDES	32.068	30.863	7.585	7.585	7.585	635	-	86.321
BNDES – PAC2	26.263	25.582	25.582	25.582	23.129	22.408	88.049	236.595
Banco do Brasil - PSI	3.401	3.369	3.369	3.369	3.369	2.093	190	19.160
Banco Itaú - PSI	3.588	3.542	3.542	3.542	3.542	3.055	1.446	22.257
Caixa Econômica Federal	66.668	71.201	75.175	65.903	56.099	44.862	536.503	916.411
Subtotais Empréstios e Financiamentos	131.988	134.557	115.253	105.981	93.724	73.053	626.188	1.280.744
Arrendamento Mercantil	3.981	2.980	3.367	3.805	4.299	4.858	153.383	176.673
Totais	562.548	449.258	260.615	186.384	174.621	154.509	928.903	2.716.838

Em 31 de dezembro de 2017 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente ao Arrendamento Mercantil Financeiro está demonstrado a seguir:

	2017		2016	
Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros Mínimos	Valor Presente dos Pagamentos Futuros Mínimos
Menos de um ano	23.617	(19.636)	3.981	562
Mais de um ano e menos de cinco anos	96.165	(81.880)	14.285	3.020
Acima de cinco anos	327.125	(168.718)	158.407	37.526
Totais	446.907	(270.234)	176.673	41.108

A taxa de desconto aplicada foi de 12,4%

d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	Circulante	2017	Circulante	2016
		Não Circulante		Não Circulante
Saldos no início do exercício	379.163	2.332.911	230.660	2.105.348
Liberações	-	213.321	-	494.178
Juros e Taxas	234.116	-	238.666	-
Variações Monetárias	-	58.878	-	50.055
Transferências	554.231	(554.231)	356.452	(356.452)
Amortizações	(605.108)	-	(446.496)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	146	679	(681)	(764)
Arrendamento Mercantil Financeiro	-	102.732	562	40.546
Saldos no final do exercício	562.548	2.154.290	379.163	2.332.911

e) Os principais eventos no exercício foram os seguintes:

Durante 2017 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	73.949
Debêntures 3ª Emissão	-	91.004
Debêntures 4ª Emissão	37.977	33.601
Debêntures 5ª Emissão	-	139.348
Debêntures 6ª Emissão	-	31.482
BNDES	-	49.527
BNDES – PAC2	75.512	33.454
Banco do Brasil – PSI	-	4.156
Banco Itaú – PSI	-	4.684
Caixa Econômica Federal	99.832	134.373
Arrendamento Mercantil	102.732	9.530
Totais	316.053	605.108

f) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) *Covenants* de contratos do BNDES e da 2ª e 4ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa	Realizado
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2	2,3
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0	1,6
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0	0,7

(ii) **Covenants** de contratos da 3ª, 5ª e 6ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Realizado
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	1,5
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5	6,6

Para os contratos do BNDES e da 2ª e 4ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos Covenants da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 3ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamentos do BNDES.

14. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia possui contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago pela concessão, num total de R\$125.000, devidos em parcelas distintas no decorrer do contrato, corrigidos com base na variação do IPCA divulgado pelo IBGE. O saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$91.989 (R\$96.926 em 2016), sendo R\$7.716 (R\$7.501 em 2016) registrados no passivo circulante e R\$84.273 (R\$89.425 em 2016) no passivo não circulante.

Os vencimentos da dívida estão assim distribuídos:

Anos de Vencimento	Saldo a Pagar
2018	7.716
2019	7.716
2020	7.716
2021	7.716
2022	7.716
2023 a 2031	53.409
Total	91.989

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
COFINS a Pagar	21.616	20.237
PASEP a Pagar	4.683	4.378
COFINS – Parcelamento (1)	4.079	4.079
IPTU – Parcelamento (2)	1.667	1.749
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	36.164	34.228
Totais de Impostos e Contribuições	68.209	64.671
Circulante	66.941	63.260
Não Circulante	1.268	1.411

(1) Parcelamento da multa da COFINS relativo ao período de setembro/1994 a setembro/1996, em conformidade com a Lei nº 11.941/2009. O débito foi parcelado em 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC frente

à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, estando quitado em 31 de outubro de 2014. A Companhia impetrou mandado de segurança perante a 2ª Vara da Justiça de Curitiba em 28/06/2011, contestando o valor consolidado da dívida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conseguindo liminar em 29/06/2011 para redução do montante da dívida. O processo foi julgado em 06/12/2011 favoravelmente à Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação em 07/02/2012, o qual foi julgado e teve o provimento negado. Em 27 de agosto de 2014 o Ministério Público Federal se manifestou pelo desprovimento do recurso especial da União. Em 13 de outubro de 2014, o recurso especial foi à conclusão da Ministra Marga Tesler da 1a. Turma do STJ, que em face do término da convocação, o processo foi devolvido sem despacho para nova distribuição ao Ministro sucessor. Em 08/06/2015 o processo foi redistribuído ao Ministro convocado Olindo Herculano de Menezes. A última movimentação do processo ocorreu em 02/03/2016 quando foi redistribuído ao Ministro Gurgel de Faria.

- (2) Valor do débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto a Prefeitura de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 31/12/2017 foram quitadas 40 parcelas no montante de R\$1.022.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática Contábil:

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

Descrição	2017		2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	914.073	914.073	789.585	789.585
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquotas Vigentes	(228.518)	(82.267)	(197.396)	(71.063)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	79.776	28.719	73.351	26.406
Subvenções e Doações Recebidas de Órgãos Públicos	(2.334)	(839)	84	30
Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber (1)	852	307	(142)	(51)
Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (2)	8.466	-	5.969	-
Incentivo Empresa Cidadã (3)	673	-	458	-
Equivalência Patrimonial	(448)	(161)	(840)	(303)
Reversão Custo com Emissão de Ações	(856)	(308)	-	-
Arrendamento Mercantil Financeiro	(8.566)	(3.084)	-	-
Parcelamento IBAMA (4)	(13.978)	(5.032)	-	-
Outros	(157)	(146)	603	156
Totais das Despesas	(165.090)	(62.811)	(117.913)	(44.825)
Totais do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(227.901)		(162.738)	
Alíquota Efetiva	24,9%		20,6%	

(1) De acordo com a Lei nº 11.941, de 27/05/2009;

(2) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(3) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008;

(4) De acordo com a Lei nº 13.494/2017.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
Imposto de Renda	(210.740)	(148.607)
Contribuição Social	(78.778)	(55.392)
Realização do Imposto de Renda Diferido	45.650	30.694
Realização da Contribuição Social Diferida	15.967	10.567
Totais	(227.901)	(162.738)

Eventuais impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

c) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

					2017	2016
Descrição	Prazo Estimado de Realização	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	369.051	92.263	33.215	125.478	104.635
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	936.642	234.160	84.298	318.458	270.615
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	13.427	3.357	1.208	4.565	4.258
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	505.634	126.409	45.507	171.916	172.236
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	49.535	12.384	4.458	16.842	15.912
PAI – Programa de Aposentadoria Incentivada	2 anos	17.408	4.352	1.567	5.919	-
Provisão para PPR	1 ano	40.704	10.176	3.663	13.839	12.647
AVJ – Investimento FINAM	1 ano	2.089	522	188	710	-
AVP de Contas a Receber	1 ano	2.453	613	221	834	-
Totais			484.236	174.325	658.561	580.303
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	362.393	90.599	32.615	123.214	107.900
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	25 anos	131.481	32.870	-	32.870	34.169
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	9.962	2.490	897	3.387	-
Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-	-	-	-	13.952
Reserva de Reavaliação	16 anos	123.036	30.759	11.073	41.832	44.922
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	6 anos	12.132	3.033	1.092	4.125	5.363
Totais			159.751	45.677	205.428	206.306
Total líquido			324.485	128.648	453.133	373.997

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2017, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2018	34.281	12.341	46.622	7.508	2.210	9.718
2019	33.442	12.039	45.481	7.508	2.210	9.718
2020 a 2022	184.360	66.370	250.730	22.524	6.629	29.153
2023 a 2025	57.952	20.862	78.814	20.704	5.974	26.678
2026 a 2028	57.084	20.550	77.634	20.704	5.974	26.678
2029 a 2031	57.084	20.550	77.634	20.704	5.974	26.678
2032 a 2034	25.862	9.310	35.172	16.602	4.498	21.100
2035 a 2037	10.251	3.691	13.942	14.531	3.752	18.283
2038 a 2040	10.251	3.691	13.942	14.175	3.624	17.799
2041 a 2043	10.251	3.691	13.942	11.436	3.624	15.060
2044 a 2046	3.418	1.230	4.648	3.355	1.208	4.563
Totais	484.236	174.325	658.561	159.751	45.677	205.428

17. RECEITAS A APROPRIAR

Em 23 de janeiro de 2017, a Companhia renovou o contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, a partir de março/2017, no montante de R\$21.000. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o exercício de 2017 foi de R\$4.042 (R\$3.250 em 31/12/2016). O saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$17.500 (R\$542 em 31/12/2016), sendo R\$4.200 (R\$542 em 31/12/2016) registrados no passivo circulante e R\$13.300 no passivo não circulante.

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Prática Contábil:

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	2016	Adições	Reversões	2017
Ações Trabalhistas (i)	184.236	103.259	(36.682)	250.813
Ações Cíveis (ii)	196.994	83.482	(70.495)	209.981
Ações Ambientais (iii)	113.228	133	(85.921)	27.440
Ações Tributárias (iv)	12.118	5.296	(14)	17.400
Total	506.576	192.170	(193.112)	505.634

b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais esta envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	2017	2016
Ações Cíveis (i)	209.613	143.176
Ações Ambientais (ii)	268.120	252.819
Ações Tributárias (iv)	14.625	8.328
Totais	492.358	404.323

(i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia encontra-se envolvida são referentes à: i) incidência do adicional de insalubridade no cálculo de horas extras e ii) adicional de periculosidade no patamar de 30%.

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) pedido de nulidade do contrato de concessão do município de Maringá; ii) indenização referente a contratos de obras em virtude de desequilíbrio econômico-financeiro e iii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

No mês maio de 2017 foi proferida decisão pela Seção Cível do TJ-PR no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, determinando a imediata suspensão de todos os processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Maringá e Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Paraná, referente a pedidos de indenização por danos morais devido à falta de água no município de Maringá. Em 2017 foi registrado provisão de R\$66.177 e reversão de R\$39.213, resultando em uma provisão líquida de R\$26.964.

(iii) Ambientais

As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais, principalmente por: i) danos ao meio ambiente decorrentes de vazamento e extravasamento de redes coletoras de esgoto, além de lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e ii) instalação e funcionamento de estações de tratamento de água e de esgoto sem licença ambiental.

Conforme aprovado na 11ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, referente a 31 Autos de Infração Ambiental – AIA. O montante consolidado dos débitos, considerando o desconto (R\$30.566) preconizado na lei nº 13.494/2017, foi de R\$113.412. Para esses processos havia provisão constituída de R\$70.943, que foi revertida no mês de dezembro de 2017, e o complemento de R\$42.469 foi registrado como despesa. O detalhamento do parcelamento está demonstrado na nota 21.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Piraquara, Paranavaí, Campo Mourão, Pinhais e Porecatu.

c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	2017	2016
Ações Trabalhistas	117.447	91.216
Ações Cíveis	57.366	57.259
Ações Ambientais	5.080	2.981
Ações Tributárias	5.472	4.986
Totais	185.365	156.442

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Prática Contábil:

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$30.566 (R\$28.340 em 2016) como contribuição à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,9% pela patrocinadora e 36,1% pelos beneficiários ativos

e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$60.241 (R\$54.877 em 2016).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário, instituindo a partir de janeiro/2017 um plano de equacionamento do déficit técnico de acordo com a legislação e aprovação dos órgãos estatutários e patrocinadores. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial.

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2017	2016
Valor presente da obrigação no início do ano	979.125	510.374	1.489.499	1.192.600
Custo de juros sobre a obrigação	103.656	55.232	158.888	165.063
Custo do serviço corrente	11.526	10.303	21.829	18.715
Benefícios pagos no exercício	(97.309)	(23.037)	(120.346)	(100.717)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	196.803	6.134	202.937	213.839
Obrigação total no exercício	1.193.801	559.006	1.752.807	1.489.500
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(690.149)	(3.423)	(693.572)	(479.636)
Juros sobre os ativos do plano	(70.538)	-	(70.538)	(63.900)
Contribuição dos participantes	(1.896)	-	(1.896)	(1.897)
Contribuição da patrocinadora	-	(19.094)	(19.094)	(19.493)
Benefícios pagos no exercício	97.309	23.037	120.346	100.717
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	(149.271)	(2.140)	(151.411)	(229.363)
Valor justo dos ativos no exercício	(814.545)	(1.620)	(816.165)	(693.572)
Passivo reconhecido no final do exercício	379.256	557.386	936.642	795.928
Circulante	25.284	37.159	62.443	53.062
Não Circulante	353.972	520.227	874.199	742.866

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

	2017	2016
Hipóteses Econômicas		
Taxa de Desconto para Saúde	10,03% ao ano	11,53% ao ano
Taxa de Desconto para Previdência	9,87% ao ano	11,54% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Saúde	10,03% ao ano	11,53% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Previdência	9,87% ao ano	11,54% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,50% ao ano	3,50% ao ano
Inflação	4,50% ao ano	5,15% ao ano
Crescimento Real dos Custos Médicos	3,00% ao ano	3,00% ao ano
Hipóteses Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss D10	Winklevoss D10
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Light Média D40
Idade de aposentadoria	55 anos	55 anos

Análise da sensibilidade de alteração na taxa de juros:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Valor da Obrigação no Período	1.193.801	559.006
Taxa de Juros		
Com Acréscimo de 1%	1.081.763	506.543
Variação %	(9,0%)	(9,0%)
Com Redução de 1%	1.317.443	616.902
Variação %	10,0%	10,0%
Crescimento de Custos		
Com Acréscimo de 1%	-	615.600
Variação %	-	10,0%
Com Redução de 1%	-	507.615
Variação %	-	(9,0%)
Crescimento Salarial		
Com Acréscimo de 1%	1.201.746	-
Variação %	1,0%	-
Com Redução de 1%	1.186.601	-
Variação %	(1,0%)	-

Ativos do Plano

O valor justo dos ativos do plano aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2017	%	2016	%
Renda Fixa (a)				
Cotas de Fundos de Renda Fixa	996.016		934.743	
Cotas de Fundos de Investimento em Crédito Privado	92.611		93.067	
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	30.977		28.201	
Total Renda Fixa	1.119.604	78,9	1.056.011	79,6
Renda Variável (b)				
Cotas de Fundos de Investimentos Abertos	27.587		32.479	
Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de FI	57.488		49.257	
Carteira de Ações	-		12.929	
Total Renda Variável	85.075	6,0	94.665	7,1
Imóveis (c)	40.564	2,9	41.240	3,1
Operações com Participantes (d)	75.647	5,3	66.198	5,0
Estruturados (e)				
Cotas de FIP's	28.673		22.637	
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	68.869		46.365	
Total Estruturados	97.542	6,9	69.002	5,2
Valor Justo dos Ativos do Plano	1.418.432	100	1.327.116	100

a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra;

b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;

c) Imóveis: Empreendimentos imobiliários de propriedade da Fundação;

d) Operações com participantes: Operações de empréstimo para participantes do plano;

e) Estruturados: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa e fundos multimercados enquadrados neste segmento.

Tipos de investimentos não permitidos:

- *Day-Trade*: é vedada a realização de operações de *day-trade* nos fundos exclusivos investidos pelo plano;
- Financiamentos imobiliários: é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos;

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2018:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2018
Custo do Serviço Corrente	9.065	9.301	18.366
Custo dos Juros	107.913	52.801	160.714
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(70.678)	-	(70.678)
Contribuições da Patrocinadora	(2.050)	(20.532)	(22.582)
Totais	44.250	41.570	85.820

20. PARTES RELACIONADAS

Prática Contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia destinou ao Estado do Paraná, Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2017, no montante de R\$74.755 (R\$114.211 em 2016) e dividendos adicionais propostos de R\$1.226 (R\$1.174 em 2016) totalizando R\$75.981 (R\$115.385 em 2016). Este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. A Companhia também forneceu água e serviços de esgoto ao Estado do Paraná cuja receita foi de R\$102.624 e R\$89.611 para os exercícios de 2017 e 2016, respectivamente.

A Companhia fornece água e serviços de esgoto sanitário a diversas prefeituras municipais principalmente do Estado do Paraná, com as quais mantêm contratos de concessões e contratos de programas, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2017, foi de R\$96.147 (R\$97.022 em 2016).

A Companhia também atua na gestão de resíduos sólidos urbanos com alguns municípios do Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$8.564 (R\$7.867 em 2016).

Essas operações são consideradas, pela Administração da Sanepar, como normais de mercado, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício. Quanto à forma de liquidação financeira desses créditos, além do pagamento na rede bancária autorizada, poderá acontecer por intermédio de encontro de contas com as prefeituras devedoras que possuam créditos junto à Companhia.

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi aprovada pela 53ª/2017 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 27 de abril de 2017, no montante global de R\$14.255. Para o exercício de 2016 a aprovação se deu pela 52ª/2016 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2016, no montante de R\$13.055, sendo pago a título de remuneração o montante de R\$9.142 e R\$2.454 referente a encargos e benefícios, totalizando o montante de R\$11.596. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$2.272 referem-se a encargos sociais, R\$51 referem-se a participação nos resultados, R\$47 referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE), R\$65 referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN) e R\$19 referem-se a Programas Complementares.

Durante o exercício de 2017, foi pago o montante de R\$12.771 (R\$11.596 em 2016), sendo R\$10.001 (R\$9.142 em 2016) a título de remuneração e R\$2.770 (R\$2.454 em 2016) referente a encargos e benefícios. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$2.538 (R\$2.272 em 2016) referem-se a encargos sociais, R\$83 (R\$51 em 2016) referem-se a participação nos resultados, R\$55 (R\$47 em 2016), referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE), R\$88 (R\$65 em 2016) referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN) e R\$6 referem-se a Programas Complementares (R\$19 em 2016).

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	8.012	7.409
Contratos e Convênios com Terceiros	8.753	12.224
Convênios com Prefeituras Municipais	13.669	11.338
Cauções e Valores a Reembolsar	10.355	6.701
Indenizações Trabalhistas – PAI/PDVTC	7.020	-
Acordo Instituto Ambiental do Paraná - IAP (1)	1.620	3.780
Parcelamento IBAMA – PRD Lei 13.494/2017 (2)	85.462	-
Totais	134.891	41.452
Circulante	54.481	36.513
Não Circulante	80.410	4.939

- (1) Termo de compromisso firmado em 03/06/2016 para parcelamento de multas junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, referente a 41 Autos de Infração Ambiental – AIA. Acordo firmado no montante de R\$4.320 parcelados em 24 vezes de R\$180, sendo que até 31/12/2017 foram quitadas 15 parcelas no montante de R\$2.700.
- (2) Parcelamento de débitos referentes a 31 Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, em conformidade com o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD instituído pela Lei nº 13.494/2017. Até 31/12/2017 foi quitado 20% da dívida consolidada no montante de R\$29.083 (adesão ao parcelamento) e o restante foi parcelado em até 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 503.735.173 ações, sem valor nominal, sendo 167.911.753 ações ordinárias e 335.823.420 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a partir de novembro de 2017, a Companhia passou a negociar Certificados de Depósitos de Ações (“Units”), sendo cada “Unit” formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2017, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$10,23 (R\$9,55 em 31 de dezembro de 2016).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$2.854.952, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$2.851.089, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	100.914.575	60,1	1	-	100.914.576	20,0
Prefeituras Municipais	-	-	2.310.702	0,7	2.310.702	0,5
Investidores Estrangeiros	35.631.610	21,2	192.918.997	57,4	228.550.607	45,4
Demais Investidores	31.365.568	18,7	140.593.720	41,9	171.959.288	34,1
Totais	167.911.753	100,0	335.823.420	100,0	503.735.173	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$5.996 (R\$5.625 em 2016), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Saldos no início do exercício	87.200	92.825
Realização da Reserva de Reavaliação	(9.085)	(8.522)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	3.089	2.897
Saldos no final do exercício	81.204	87.200

c) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$334.032 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

d) Remuneração aos Acionistas

Prática Contábil:

Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R\$108.496, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia em observância a Política de Dividendos e Plano de Negócios vigentes, considerando ainda a boa condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	686.172	626.847
Doações e Subvenções Governamentais	(629)	(335)
Constituição da Reserva Legal	(34.277)	(31.343)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	651.266	595.169
Dividendos Obrigatórios (25%)	162.816	148.792
Dividendos Complementares	162.817	148.793
Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio	325.633	297.585

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2017 foi de R\$319.105 (R\$293.404 em 2016), sendo retido o valor de R\$28.025 a título de Imposto de Renda na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 8,8% (5,5% em 2016). Em razão dos Juros sobre o Capital Próprio não atingirem 50% do lucro líquido do exercício, face ao que estabelece a política de dividendos, a Administração da Companhia está propondo o pagamento de Dividendos Adicionais de R\$6.528 (R\$4.181 em 2016), totalizando uma remuneração bruta no montante de R\$325.633 (R\$297.585 em 2016).

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$162.817, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia é atribuído com base na posição acionária de 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício e eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas ex-dividendos (juros sobre o capital próprio e dividendos).

e) Resultado por Ação

Em decorrência do crédito de remuneração aos acionistas ocorridos em 30/06/2017 e 31/12/2017 os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

Juros sobre o Capital Próprio – 30/06/2017	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.724	49.847	0,29686
Ações Preferenciais	335.823.449	109.663	0,32655
Totais	503.735.173	159.510	

Juros sobre o Capital Próprio – 31/12/2017	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.753	49.873	0,29702
Ações Preferenciais	335.823.420	109.722	0,32672
Totais	503.735.173	159.595	
Remuneração para 1 UNIT			1,60390

Dividendos Adicionais – 31/12/2017	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.753	2.040	0,01215
Ações Preferenciais	335.823.420	4.488	0,01336
Totais	503.735.173	6.528	
Remuneração para 1 UNIT			0,06559

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foram os seguintes:

	2017	2016
Ações Ordinárias	0,60603	0,57312
Ações Preferenciais	0,66663	0,63043
Valor para 1 "Unit"	1,66949	-

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2017	2016
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	214.429	195.890
Ações preferenciais	471.743	430.957
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	167.912	225.650
Média ponderada de número de ações preferenciais	335.823	251.564
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	1,27703	0,86811
Por ação preferencial	1,40474	1,71311

f) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$34.277 em 2017 (R\$31.343 em 2016), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

g) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$629 em 2017 (R\$335 em 2016), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Foi realizado no exercício, transferido-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$2.403 (R\$1.737 em 2016), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Saldos no início do exercício	10.410	12.147
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(3.640)	(2.631)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	1.237	894
Saldos no final do exercício	8.007	10.410

23. RECEITAS OPERACIONAIS

Prática Contábil:

***Receita de Serviços:** As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impontualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.*

***Receita de Construção:** De acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de construção, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.*

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2017	2016
Receitas		
Receitas de Água	2.539.747	2.309.458
Receitas de Esgoto	1.444.407	1.270.631
Receitas de Serviços	131.699	125.877
Receitas de Resíduos Sólidos	8.564	7.867
Serviços Prestados a Prefeituras	14.133	7.870
Doações efetuadas por Clientes	21.898	14.525
Outras Receitas	6.507	4.778
Totais das Receitas Operacionais	4.166.955	3.741.006
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(244.628)	(216.586)
PASEP	(52.926)	(46.895)
Totais das Deduções	(297.554)	(263.481)
Totais das Receitas Operacionais, líquidas	3.869.401	3.477.525

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$181.389 (R\$87.772 em 2016), durante o exercício de 2017, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2017			2016		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	281.909	97.117	379.026	260.680	84.818	345.498
Materiais	79.961	34.780	114.741	75.930	25.802	101.732
Energia Elétrica	334.698	36.493	371.191	345.389	37.074	382.463
Serviços de Terceiros	194.390	144.191	338.581	181.168	116.544	297.712
Depreciações e Amortizações	117.836	106.075	223.911	103.828	92.342	196.170
Outros Custos	96.747	31.938	128.685	88.873	32.660	121.533
Totais	1.105.541	450.594	1.556.135	1.055.868	389.240	1.445.108

25. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2017	2016
Comerciais		
Pessoal	115.479	104.757
Materiais	3.932	3.497
Serviços de Terceiros	79.160	69.785
Depreciações e Amortizações	6.277	5.723
Perdas na Realização de Créditos	26.401	21.890
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	28.517	19.388
Indenizações Danos a Terceiros (1)	15.856	1.182
Programa Sanepar Rural	9.479	213
Outras Despesas	30.103	26.632
Totais das Despesas Comerciais	315.204	253.067
Administrativas		
Pessoal	574.940	582.353
Materiais	39.294	34.571
Serviços de Terceiros	161.134	144.943
Depreciações e Amortizações	17.094	15.218
Taxa de Regulação (2)	14.259	45
Despesas de Viagens	9.224	7.457
Programas Sociais e Ambientais	7.116	2.160
Outras Despesas	29.633	39.425
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (3)	(133.761)	(122.900)
Despesas Capitalizadas (4)	(86.164)	(87.111)
Totais das Despesas Administrativas	632.769	616.161
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		
Despesas		
Multas Ambientais (5)	(55.911)	-
Baixas de Ativos	(11.326)	(13.948)
Ajuste a Valor Justo – Investimentos	(2.098)	2.751
Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais, líquidas	(69.335)	(11.197)

(1) Pagamento de ação cível referente nulidade de cobrança mínima por economia para alguns condomínios do litoral;

- (2) Início do pagamento da taxa de regulação para AGEPAR;
- (3) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;
- (4) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços;
- (5) Maiores detalhes nas Notas Explicativas 18 b (iii) e 21 (2).

26. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$40.704 (R\$37.198 em 2016), a título de Participação nos Resultados do exercício de 2017, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante. Em julho de 2017, a Companhia efetuou o registro contábil do complemento da provisão do Programa de Participação nos Resultados referente ao exercício de 2016, no total de R\$28.977, representando no exercício de 2017 o montante de R\$69.681.

27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2017	2016
Receitas Financeiras		
Variações Monetárias Ativas	13.766	15.092
Aplicações Financeiras	65.622	39.510
Outras Receitas Financeiras	12.494	25.924
Totais das Receitas Financeiras	91.882	80.526
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos e de Debêntures	(188.085)	(193.566)
Variações Monetárias Passivas	(53.711)	(44.914)
Outras Despesas Financeiras	(72.253)	(6.327)
Totais das Despesas Financeiras	(314.049)	(244.807)
Resultado Financeiro, líquido	(222.167)	(164.281)

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio. A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	2017			2016		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	2.640.111	1.484.306	4.124.417	2.402.458	1.311.375	3.713.833
Outras Receitas Operacionais	24.776	17.762	42.538	16.027	11.146	27.173
Total da Receita Operacional Bruta	2.664.887	1.502.068	4.166.955	2.418.485	1.322.521	3.741.006
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(173.216)	(124.338)	(297.554)	(155.364)	(108.117)	(263.481)
Receita Operacional Líquida	2.491.671	1.377.730	3.869.401	2.263.121	1.214.404	3.477.525
Custo	(1.105.541)	(450.594)	(1.556.135)	(1.055.868)	(389.240)	(1.445.108)
Lucro Bruto	1.386.130	927.136	2.313.266	1.207.253	825.164	2.032.417
Despesas Comerciais	(183.589)	(131.615)	(315.204)	(149.265)	(103.802)	(253.067)
Despesas Administrativas	(368.554)	(264.215)	(632.769)	(363.428)	(252.733)	(616.161)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(41.427)	(27.908)	(69.335)	(8.587)	(2.610)	(11.197)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(1.791)	(1.791)	-	(3.361)	(3.361)
Resultado Financeiro, líquido	(82.961)	(139.206)	(222.167)	(71.665)	(92.616)	(164.281)
Programa de Participação no Resultado	(40.585)	(29.096)	(69.681)	(31.333)	(21.790)	(53.123)
Provisões	259	683	942	(25.151)	(18.002)	(43.153)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(51.984)	(37.204)	(89.188)	(58.103)	(40.386)	(98.489)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	617.289	296.784	914.073	499.721	289.864	789.585
Imposto de Renda e Contribuição Social	(154.484)	(73.417)	(227.901)	(102.995)	(59.743)	(162.738)
Lucro Líquido do Exercício	462.805	223.367	686.172	396.726	230.121	626.847
Margem Operacional	23,2%	19,8%	21,9%	20,7%	21,9%	21,1%
Margem Líquida	18,6%	16,2%	17,7%	17,5%	18,9%	18,0%
EBITDA	831.690	551.832	1.383.522	687.567	483.410	1.170.977
Margem EBITDA	33,4%	40,1%	35,8%	30,4%	39,8%	33,7%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (a)	395.065	485.474	880.539	280.391	462.010	742.401
Participação Societária – CS Bioenergia	-	18.832	18.832	-	12.403	12.403
Endividamento – Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	1.056.211	1.660.627	2.716.838	1.069.901	1.642.173	2.712.074
Imobilizado e Intangível, líquidos	3.445.960	4.474.143	7.920.103	3.206.916	4.123.745	7.330.661
Depreciações e Amortizações do Período	(131.440)	(115.842)	(247.282)	(116.181)	(100.930)	(217.111)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (b)	522.722	268.218	790.940	473.193	247.054	720.247
Total do Ativo	4.404.276	5.718.395	10.122.671	4.135.857	5.318.262	9.454.119
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	2.102.761	2.867.256	4.970.017	1.870.188	2.775.258	4.645.446
Quantidade de Usuários – Não Auditado/Revisado (c)	3.087.160	2.040.292	-	3.025.780	1.953.484	-
Volume Milhares de m³ Faturados – Não Auditado/Revisado (d)	549.127	393.667	-	587.460	408.530	-

(a) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(b) Apresentadas pelo valor bruto;

(c) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(d) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a SOMPO Seguros S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$968.336, com vigência abrangendo o período de 09/01/2017 a 10/03/2018, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	497.299
Máquinas e Equipamentos e Veículos	411.931
Estoque	59.106
Total	968.336

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2017 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 84 processos judiciais no montante de R\$294.516 com a Pottencial Seguradora S/A.

A Companhia também firmou contrato com a Zurich Minas Brasil Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de Indenização R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 14/04/2018.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar Curitiba-PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanepar em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sane-

par, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita não faturada

Conforme apresentado na nota explicativa 23, a Companhia reconhece mensalmente como parte da receita operacional, valores referentes a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas não faturadas"). Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a Companhia cria estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia.

Levando em consideração o montante envolvido, e o grau de julgamento da administração na preparação estimativa, entendemos que existem riscos relevantes referentes ao reconhecimento da receita em período incorreto e/ou risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de receita não faturada. Além disso, efetuamos recálculo das estimativas de faturamento que resultaram nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas não faturadas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

Plano de aposentadoria e assistência médica

Conforme apresentado na nota explicativa 19, a Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar na modalidade de benefício definido, bem como também patrocinadora do plano de saúde destinado aos empregados ativos e aposentados. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos pelo seu atuário. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na nota explicativa supracitada.

O assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado a determinação dos passivos atuariais. Variações nas premissas utilizadas, como taxa de juros de Longo Prazo, mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente nos passivos reconhecidos pela Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais e, confrontamos as premissas com os dados de mercado. Além disso, revisamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

Demandas administrativas e judiciais

Conforme apresentado na nota explicativa 18, a Companhia é parte passiva com probabilidade provável de desembolso em diversos processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, cujo valor total soma um montante de R\$ 505.634 mil, resultado de suas atividades operacionais.

O monitoramento desse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, e ao grau de julgamento envolvido para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente tributário no Brasil.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca dos processos em aberto com as posições mantidas pela administração, bem como a realização de reuniões periódicas com a administração e com o departamento jurídico, para discutir as premissas utilizadas para contabilização e a evolução dos principais processos judiciais em andamento. Além disso, avaliamos se a divulgação sobre o assunto, constante na Nota Explicativa nº 18, está adequada.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento de provisões para contingências da Companhia são apropriadas para suportar os saldos contabilizados e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

Contratos de concessão

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém o montante de R\$ 7.790.158 mil registrado no Ativo Intangível, relacionado a investimentos realizados baseados em contratos de concessão de serviços de saneamento. Esses investimentos realizados, possuem expectativa de recuperação ao longo dos contratos de concessão, baseada no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários. Essas análises de estimativas futuras de fluxo de caixa descontado a valor presente, refletem a situação de avaliação de usufruto de benefícios econômicos vinculados a esses contratos de concessão, nas quais se exige um alto grau de julgamento da Administração nas projeções de resultados. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de impairment desses ativos, por meio do método de determinação do valor com base em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos significativos sobre os resultados futuros do negócio.

Resposta da auditoria ao assunto

Como procedimento de auditoria para fazer frente ao conforto na manutenção do registro dos saldos do referido ativo, adotamos os seguintes procedimentos: (i) a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (UGC); (ii) Questionamos as principais premissas da Administração que foram utilizadas para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias, individual ou coletivamente, para resultar em impairment do ativo intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas; e (iii) Análise da divulgação adequada destas transações, riscos relacionados e avaliação de perdas, nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento e avaliação dos saldos de ativos intangíveis relativos aos contratos de concessão, são apropriados para suportar os saldos contábeis e as informações incluídas nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sanepar, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sanepar. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 30 de janeiro de 2017, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sanepar continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sanepar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sanepar são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, pos-

sam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sanepar. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 29 de janeiro de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes S.S.
CRC 2 PR-006853/F-9
Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9 - S - PR

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de auditoria da BDO RCS Auditores Independentes relativamente às demonstrações contábeis da Sanepar referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2017; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Sanepar relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Curitiba, 29 de Janeiro de 2018.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – 2017

Aos Conselheiros de Administração da
Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR:

Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR foi instalado na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 30 de maio de 2017. A composição, disciplina e funcionamento do CAE estão contemplados em Regimento Interno próprio, constante do site oficial da Companhia. O CAE é integrado por 3 membros independentes, eleitos com mandato para 2 anos, permitido sua recondução por 3 mandatos consecutivos.

O CAE é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação permanente e independente, tendo como principais atribuições a avaliação e acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e dos auditores independentes. Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pelas Fundações vinculadas à SANEPAR e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com as partes relacionadas da Companhia.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das demonstrações financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na verificação de sua efetividade e adequação dos critérios de governança aplicáveis.

A BDO RCS Auditores Independentes é a responsável pela auditoria das demonstrações contábeis anuais da Companhia e pela revisão especial de suas informações trimestrais. Como parte normal de suas atribuições, também efetua avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e pelo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

Principais atividades do CAE no exercício

Em face às peculiaridades próprias de um primeiro ano de atividades, o CAE desenvolveu um intenso processo de conhecimento dos negócios da Companhia e de familiarização com suas principais áreas de risco, políticas, mecanismos de controle e suporte de governança. Nesse sentido, ao longo dos 8 meses de atividade o CAE manteve 36 reuniões formais com Administradores da Companhia, Administradores das Fundações e da coligada CS Bioenergia e com o Conselho Fiscal. Também foram mantidas diversas reuniões com os responsáveis técnicos da auditoria independente e das empresas de consultoria envolvidas nos processos de desenvolvimento de gestão de riscos e na revisão da estrutura organizacional.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados com as demonstrações financeiras, processos contábeis e fisco-tributários, gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas.

Nos diálogos dos Membros do CAE com as auditorias interna e externa foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações. As revisões das demonstrações contá-

beis dos trimestres encerrados em 30 de junho e 30 de setembro, bem como a anual para o ano findo em 31 de dezembro de 2017 foram praticadas com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes.

Conclusões

As opiniões e julgamentos do CAE repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial nas áreas Contábil, Jurídica, Gestão de Riscos e Auditoria Interna), de sua coligada CS Bioenergia, das Fundações envolvidas no atendimento dos benefícios aos seus funcionários e da Auditoria Externa.

Com relação à Auditoria Externa, o CAE não identificou situação que pudesse afetar sua independência e objetividade em relação à SANEPAR, bem como não tem conhecimento de quaisquer divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio CAE.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o CAE considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia. Estes assuntos, no entanto, receberam forte atenção e alocação de investimentos no transcorrer de 2017, incluindo a contratação de consultorias externas especializadas, cujos benefícios deverão resultar em consideráveis aprimoramentos a partir de 2018.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2017 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade. No entanto, estão sendo concluídos estudos para revisão do escopo de atuação e na estrutura organizacional da Auditoria Interna, o que permitirá, a partir de 2018, alguns aprimoramentos em relação à cobertura presentemente praticada.

O CAE considera que todos os assuntos relevantes pertinentes à sua atuação foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, o que lhe permite concluir que foram adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, sem ressalvas. Recomenda, portanto, ao Conselho de Administração, a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2018.

Artemio Bertholini
Caio Marcio Nogueira Soares
Cristiane Debastiani

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Contábeis e da Proposta para Destinação dos Lucros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer dos auditores independentes, "BDO RCS Auditores Independentes S/S", datado de 29 de janeiro de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2018.

Ivens Moretti Pacheco
Presidente

George Hermann Rodolfo Tormin
Conselheiro

Cléver Ubiratan Teixeira De Almeida
Conselheiro

Reginaldo Ferreira Alexandre
Conselheiro

Cesar Augusto Seleme Kehrig
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Mounir Chaowiche
Presidente

Paulo Rogério Bragatto Battiston
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Paulo Alberto Dedavid
Diretor de Operações

João Martinho Cleto Reis Júnior
Diretor de Investimentos

Antonio Carlos Salles Belinati
Diretor Comercial

Flávio Luis Coutinho Slivinski
Diretor Jurídico

Luciano Valério Bello Machado
Diretor Administrativo

Glauco Machado Requião
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

CONTADOR

Ozires Kloster
Gerente Contábil

Contador
CRC-PR 030386/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mauro Ricardo Machado Costa
Presidente

Luiz Carlos Brum Ferreira
Vice-Presidente

Michele Caputo Neto

Marcia Carla Pereira Ribeiro

Eduardo Francisco Sciarra

Paulino Viapiana

Ezequias Moreira Rodrigues

Adriano Cives Seabra

Elton Evandro Marafigo

CONSELHO FISCAL

Ivens Moretti Pacheco
Presidente

Cléver Ubiratan Teixeira de Almeida

George Hermann Rodolfo Tormin

Reginaldo Ferreira Alexandre

Cesar Augusto Seleme Kehrig

